

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
CENTRO DE POLÍTICAS PÚBLICAS E AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO PROFISSIONAL EM GESTÃO E AVALIAÇÃO
DA EDUCAÇÃO PÚBLICA

GIVANDETE EVANGELISTA DOS SANTOS

A GESTÃO DA POLITICA DA EDUCAÇÃO DO CAMPO NA BAHIA

JUIZ DE FORA
2015

GIVANDETE EVANGELISTA DOS SANTOS

A GESTÃO DA POLITICA DA EDUCAÇÃO DO CAMPO NA BAHIA

Dissertação apresentada como requisito parcial para a conclusão do Mestrado Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública, da Faculdade de Educação, Universidade Federal de Juiz de Fora, para obtenção do título de Mestre em Gestão e Avaliação da Educação Pública.

Orientadora: Prof(a). Dr(a). Maria Isabel da Silva Azevedo Alvim

JUIZ DE FORA

2015

GIVANDETE EVANGELISTA DOS SANTOS

A GESTÃO DA POLITICA DA EDUCAÇÃO DO CAMPO NA BAHIA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública da Universidade Federal de Juiz de Fora como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Gestão e Avaliação da Educação Pública.

Aprovada em 21/12/2015.

Prof(a). Dr(a). Maria Isabel da Silva Azevedo Alvim (Orientadora)
Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF)

Prof. Dr. Lourival Batista de Oliveira Junior

Prof(a). Dr(a). Maria Andréia de Paula Silva

Dedico este trabalho ao meu pai, meu orgulho, que desempenhou sempre a tarefa de educador, apostando no meu crescimento; à minha mãe, que orgulhosamente me estimula e contagia com sua alegria e generosidade e, ao meu companheiro Enoque, pelo estímulo e parceria nos momentos de dificuldades.

AGRADECIMENTOS

A Deus que cotidianamente reafirma Sua proteção, amor e iluminação.

Aos Santana's, minha família, pelo apoio, estímulo e aconchego.

Ao meu filho Cleber pelo acolhimento e paciência de esperar minha atenção.

Aos filhos do coração que Deus me presenteou: Marcos, Railson Junior, Ana Caroline e Thiago pelo colo aberto e aconchegante que sempre me ofereceram.

À minha amiga-irmã e companheira dessa e de outras trajetórias, Suzana Martins, pelo aprendizado nos embates, pela generosa parceria e apoio incondicional em todo o trajeto.

À minha companheira de mestrado Lindinalva Almeida nosso estímulo desde o ingresso nessa viagem e pelo apoio generoso e cuidadoso em todo o percurso.

A Enoque, meu companheiro de vida, que me inspira com sua abnegada devoção aos estudos.

Ao Movimento Popular e Histórico de Canudos, espaço de revitalização da história de Canudos e da identidade do povo do Sertão, ao qual orgulhosamente me incluo.

À Secretaria de Educação do Estado pela oportunidade de avançar no meu processo formativo em especial à Prof^a Eni Santana Bastos

À Amélia Maraux, Olgalice Suzart, Iracema Lima, Ivânia Freitas, Sandra Magalhães, Marize Carvalho pelas valiosas contribuições a este estudo.

Às amigas que renovaram sempre minhas forças apostando nesta conquista - brilho no olhar que me seduziu: Ivone Meireles, Sonja Mara.

Aos gestores e professores da Escola Municipal D. Pedro I pelo acolhimento e solidariedade

À equipe da Coordenação de Educação do Campo pela parceria e apoio.

À Universidade Federal de Juiz de Fora/Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação pelo programa, orientação e competência da equipe, com destaque para minha orientadora Maria Isabel Alvim e, em especial, aos professores e suportes de orientação Helena Rivelli de Oliveira e Vitor Figueiredo pelo empenho e crença na minha capacidade o que potencializou o crescimento e aprendizado.

Aos colegas da Turma A do curso de Mestrado da Universidade Federal de Juiz de Fora/MG pelo aprendizado colaborativo.

Temos o direito de ser iguais quando a nossa diferença nos inferioriza; e temos o direito de ser diferentes quando a nossa igualdade nos descaracteriza. Daí a necessidade de uma igualdade que reconheça as diferenças e de uma diferença que não produza, alimente ou reproduza as desigualdades. (SANTOS, 2010, p.56)

RESUMO

A presente pesquisa, desenvolvida no Programa de Pós-graduação Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública da Universidade Federal de Juiz de Fora, trata da política de Educação do Campo na Bahia, com enfoque na dinâmica de gestão da Secretaria da Educação do Estado (SEC). No cenário educacional tem se intensificado, na última década, o movimento de reconhecimento da Educação do Campo enquanto política no Estado da Bahia com a legalização da especificidade para a oferta, criação e organização da Coordenação de Educação do Campo (CEC), espaço institucional para execução da política nacional, bem como a construção da Educação do Campo no âmbito do Estado. Dessa forma, nossa pergunta norteadora foi como tem se desenvolvido a gestão da política de Educação no Campo na Bahia, a partir das ações da Secretaria de Educação do Estado (SEC). Para tanto se traçou como objetivo analisar a gestão da Educação do Campo na Bahia, através da Secretaria da Educação do Estado (SEC) buscando avaliar a ação desenvolvida pela Coordenação de Educação do Campo (CEC) como instância de execução da política com seus limites institucionais e operacionais. Para compreender a gestão desenvolvida realizamos estudo por meio da pesquisa sistemática a documentos oficiais da SEC e entrevistas com gestores envolvidos com a Educação do Campo tendo como referências os autores Arroyo (2006, 2008, 2010) Tenório (1998, 2010) e Paula (2004). O estudo está organizado em três capítulos. No primeiro, é apresentado o cenário político que permeia a construção e a implementação da política de Educação do Campo no âmbito nacional e estadual, com ênfase na sua materialização. No segundo, trazemos a abordagem teórica sobre Educação do Campo e gestão pública, o trajeto metodológico de pesquisa de campo e a análise dos dados coletados, que identificaram, dentre outros aspectos, o isolamento e a desarticulação na gestão como limites impeditivos do avanço na gestão da política na Bahia. O último capítulo apresenta uma proposta de intervenção na SEC/CEC com ações que possibilitam o fortalecimento da gestão por meio de formação em serviço e proposições voltadas para a integração, alinhamento e articulação das ações da política de Educação no Campo.

Palavras-chave: Educação do Campo; Política Pública; Gestão.

ABSTRACT

This research was developed on the Public Education Management and Evaluation Professional Postgraduate Program, from the Federal University of Juiz de Fora. It discusses about the Rural Education Policy in Bahia, focusing on the management dynamics of the State Secretariat for Education (SEC). In the educational setting, the run for recognition of the Rural Education as a policy in the State of Bahia has been intensified with the legalization of the supply specificity, the creation and organization of the Rural Education Coordination (CEC), an institutional space for the implementation of the national policy, as well as the construction of Rural Education in the State range. Thus, our guiding question was: how has the management of Rural Education policy been developed in Bahia, from the actions of the State Secretariat for Education (SEC). For this purpose, the goal has been to analyze the management of Rural Education in Bahia, through the State Secretariat for Education (SEC), seeking to evaluate the action developed by the Rural Education Coordination (CEC) as an instance for the policy enforcement with its institutional and operational limits. In order to understand the developed management, we have conducted this study through a systematic research of official documents from SEC and interviews with managers involved with the Rural Education, having as reference the authors Arroyo (2006, 2008, 2011), Tenório (1998, 2010) and Paes de Paula (2005). The study is organized into three chapters. In the first one, we present the political setting that permeates the construction and implementation of the Rural Education policy at national and state levels, emphasizing on its materialization. On the second one, we bring the theoretical approach on Rural Education and public administration, the methodological path of field research and data analysis, which identified, among other things, the isolation and disarticulation in the management as advancement in management of politics in Bahia precluding limits. The final chapter presents a proposal for intervention in SEC / CEC with actions that enable the strengthening of management through in-service training and proposals aimed at the integration, alignment and coordination of the actions for the Rural Education policy.

Keywords: Rural Education; Public policy; Management.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1- Estrutura Organizacional da Secretaria da Educação.....	38
Figura 2- Organograma da SEC/SUDEB.....	42

LISTA DE QUADROS

Quadro 1-	Marcos políticos e legais da Política Nacional de Educação do Campo.....	26
Quadro 2-	Principais programas e ações do MEC – 2013.....	29
Quadro 3-	Distribuição das funções na CEC.....	46
Quadro 4-	Ações em desenvolvimento na CEC – 2015.....	47
Quadro 5-	Problemas/desafios identificados na gestão da Educação do Campo na SEC/Coordenação de Educação do Campo.....	53
Quadro 6-	Perfil acadêmico e profissional dos entrevistados.....	68
Quadro 7-	Formação da equipe técnica da CEC.....	95
Quadro 8-	Implementação dos Diálogos Formativos/Educação do Campo.....	98
Quadro 9-	Espaço institucional de interlocução e proposição.....	100
Quadro 10-	Fortalecimento institucional.....	103

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Distribuição da população rural no censo demográfico.....	31
Tabela 2	Distribuição da população do campo na Bahia, em 2012, por território de identidade.....	32
Tabela 3	Distribuição da população analfabeta maior de 10 anos de idade por território de identidade 2012.....	33

LISTA DE ABREVIATURAS

AECOFABA	Associação das Escolas Família Agrícola da Bahia
BIRD	Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento
CEC	Coordenação de Educação do Campo
CEB	Câmara de Educação Básica
CEE	Conselho Estadual de Educação
CENPEC	Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária e Pesquisas
CFRB	Constituição da República Federativa do Brasil
CIN	Coordenação da Educação Indígena e do Campo
CNE	Conselho Nacional de Educação
CONTAG	Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
CNEPT	Comissão Nacional de Educação Profissional e Tecnológica do Campo nas Redes Públicas
DIREM	Diretoria de Educação e suas Modalidades
DIREC	Diretorias Regionais de Educação
EFA	Escolas Famílias Agrícolas
EJA	Educação de Jovens e Adultos
EMITEC	Ensino Médio com Intermediação Tecnológica
ENERA	Encontro Nacional de Educação na Reforma Agrária
FAEEBA	Faculdade de Educação do Estado da Bahia
FEEC	Fórum Estadual de Educação do Campo
FETAG	Federação dos Trabalhadores na Agricultura
FETRAF	Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar
FONEC	Fórum Nacional de Educação do Campo
FNDE	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
FUNDEB	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação
FUNDEF	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização do Magistério
FUNDESCOLA	Fundo de Fortalecimento da Escola
IAT	Instituto Anísio Teixeira
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

IDEB	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
LDBEN	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MEC	Ministério da Educação
MST	Movimento dos Trabalhadores Sem Terra
PAIP	Programa de Acompanhamento, Monitoramento, Avaliação e Intervenção Pedagógica
PDDE	Programa Dinheiro Direto na Escola
PAR	Plano de Ações Articuladas
PEE	Plano Estadual de Educação
PNAIC	Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa
PNATE	Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar
PNE	Plano Nacional de Educação
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PNLD	Programa Nacional do Livro Didático
PPA	Plano Plurianual
PROAM	Programa de Apoio à Educação Municipal
PROCAMPO	Programa de Apoio à Formação Superior - Licenciatura em Educação do Campo
PRONACAMPO	Programa Nacional de Educação do Campo
PRONERA	Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária
REFAISA	Rede das Escolas Famílias Agrícolas Integradas do Semiárido
RESAB	Rede de Educação do Semiárido Baiano
SEC	Secretaria da Educação do Estado da Bahia
SECADI	Secretaria de Educação Continuada Alfabetização Diversidade e Inclusão
SECULT	Secretaria de Cultura do Estado da Bahia
SDR	Secretaria de Desenvolvimento Rural
SEMA	Secretaria do Meio Ambiente
SEPROMI	Secretaria da Promoção da Igualdade
SEI/BA	Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia
SGE	Sistema de Gestão Escolar

SUDEB	Superintendência de Desenvolvimento da Educação Básica
SUDEPE	Superintendência de Desenvolvimento de Pessoal
SUPAV	Superintendência de Acompanhamento e Avaliação
SUPEC	Superintendência de Planejamento e Organização da Rede Escolar
SUPROF	Superintendência de Educação Profissional
UFBA	Universidade Federal da Bahia
UFRB	Universidade Federal do Recôncavo Baiano
UNEB	Universidade do Estado da Bahia
UNCME	União dos Conselhos Municipais de Educação
UNDIME	União dos Dirigentes Municipais de Educação
UNICEF	Fundo das Nações Unidas para a Infância

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	18
1 O CONTEXTO DA GESTÃO DA EDUCAÇÃO DO CAMPO NO BRASIL E NA BAHIA.....	22
1.1 A construção da política de Educação do Campo no Brasil	23
1.2 A Educação do Campo na Bahia	30
1.3 A gestão da Educação do Campo na Secretaria da Educação do Estado da Bahia	36
1.3.1 A Coordenação de Educação do Campo.....	42
1.3.2 Programas desenvolvidos.....	46
1.3.3 Desafios e perspectivas na gestão da Educação do Campo	49
2 A GESTÃO DA EDUCAÇÃO DO CAMPO NA SEC: COMPROMISSOS E DESAFIOS	56
2.1 A educação para os povos do campo	57
2.2 O princípio democrático e participativo na gestão da Educação do Campo	60
2.3 Aspectos metodológicos e pesquisa de campo.....	67
2.4 Apresentação e análise dos dados.....	70
2.4.1 A gestão da política pela CEC	70
2.4.2 Descentralização da gestão.....	78
2.4.3 Articulação interinstitucional: formas de integração e de diálogo externos	83
3 PROPOSTA DE INTERVENÇÃO PARA A GESTÃO DA EDUCAÇÃO DO CAMPO NA SECRETARIA DA EDUCAÇÃO DO ESTADO/COORDENAÇÃO DE EDUCAÇÃO DO CAMPO	89
3.1 Considerações para a construção do Plano de Ação Educacional	90
3.1.1 Curso de Aperfeiçoamento da equipe técnica da Coordenação de Educação do Campo.....	92
3.1.2 Criação do Grupo de Trabalho Intersetorial da SEC	96
3.1.3 Criação da Comissão Estadual de Educação do Campo	99
3.1.4 Criação do Comitê Estadual de Educação do Campo	101
CONSIDERAÇÕES FINAIS	106
REFERÊNCIAS.....	111
APÊNDICE A	116

APÊNDICE B 118
APÊNDICE C 121

INTRODUÇÃO

O objeto de preocupação do presente estudo é a gestão da Educação do Campo na Bahia, com enfoque na dinâmica de gestão da Secretaria da Educação do Estado (SEC), por meio do espaço político e administrativo de desenvolvimento da Educação do Campo, a Coordenação de Educação do Campo (CEC).

Este trabalho se constitui numa necessidade de atendimento à oferta educacional destinada a quatro milhões de pessoas, visto que, 30% da população baiana residem no campo. O Estado tem uma economia eminentemente forte na área rural, onde 90% dos municípios têm abaixo de 50 mil habitantes. Dos 26 territórios de identidade existentes na Bahia, seis concentram mais de 50% da população no campo; outros contam com uma população acima de 30% e apenas três apresentam médias abaixo de 20%. (BAHIA, 2012)

De acordo com dados da SEC, a população estudantil das escolas do campo da Rede Estadual de Ensino, com base no Censo Escolar 2014, é de 74.989 estudantes. Portanto, esses dados reafirmam os desafios da Secretaria da Educação na gestão da Educação do Campo e nos impulsionou a estudar este segmento para melhor compreender os desafios na materialização da política e, em que medida a SEC vem atendendo ao direito constitucional à educação das populações do campo. (SEC, 2015)

Considerando as questões apresentadas, estabelecemos como objetivo geral analisar as ações da SEC voltadas para a Educação do Campo a fim de identificar possíveis limites e perspectivas na gestão da política.

Para tanto, foi necessário estabelecer como objetivos específicos: descrever a CEC e o atual gerenciamento da política; analisar esse gerenciamento com vistas a um mapeamento crítico das ações; e propor um plano de ação com o intuito de superar os principais desafios na gestão da política.

A análise da gestão da Educação do Campo na Bahia possui, para mim, especial significado, pois este tema está relacionado à minha origem. Sou oriunda do interior da Bahia, do município de Monte Santo, cenário da Guerra de Canudos, área rica em histórias e memórias. Contudo, somente aos 19 anos fui apresentada à história de Canudos, não por meio da escola, mas por um movimento social que luta pela revitalização da história desta região no seio das populações do sertão.

Essa militância me ensinou a sustentar minha identidade e, mesmo migrando para a capital, não me afastei das tradições do campo, da religiosidade, dos saberes, das lendas, enfim, de toda a cultura de que faço parte e que também constitui o universo camponês. Esta relação com a Educação do Campo foi intensificada em minha vida profissional quando assumi, em 2003, a função de técnico da Coordenação da Educação Indígena e do Campo (CIN), e, depois, em 2013, a função de gestora da Coordenação da Educação do Campo.

Com o propósito de compreender como se dá a gestão da Educação do Campo, nos apoiamos na análise dos documentos e nos dados do processo de gestão disponibilizados pela Coordenação de Educação do Campo para identificar os desafios e as possibilidades presentes neste cenário. Para tanto, buscamos subsídios no diálogo com alguns protagonistas. Realizamos entrevistas com um gestor responsável pelas ações da Educação do Campo na SEC: a Superintendente de Educação Básica que estabelece o diálogo direto com os gestores de todos os programas e ações da SEC, inclusive aqueles que atendem aos povos do Campo; e responde, na função de Superintendente, pela elaboração e execução da política curricular para a educação básica, instância a qual a Coordenação de Educação do Campo está vinculada.

Também foi entrevistada uma profissional que já desempenhou a função de gestora da CEC no período de 2010 a 2013. A experiência acumulada no exercício da gestão da Educação do Campo no Estado da Bahia contribuiu com as nossas reflexões, visto que se trata de uma profissional que também cursou o mestrado em Políticas Públicas e Educação do Campo no período em que esteve à frente da gestão da CEC. Consideramos necessária também a participação de representantes de movimentos sociais, sindicais e entidades vinculadas à Educação do Campo, por isso entrevistamos um representante do Fórum Estadual de Educação do Campo, instância que congrega os demais movimentos e entidades do campo.

A interlocução com os atores da política, por meio das entrevistas, bem como a análise dos resultados da pesquisa documental nos forneceu subsídios para o entendimento dos entraves na execução da política de Educação do Campo no âmbito da SEC/CEC, o que nos possibilitou, a partir dos elementos apontados e estudados neste trabalho, desenhar um plano de intervenção que pudesse contribuir com a gestão da Educação do Campo.

O referencial para análise da realidade teve como parâmetro os estudos de pesquisadores que desenvolvem trabalhos voltados para a construção da política pública de Educação do Campo. Destacamos Arroyo (2006, 2008, 2011), Caldart (2008) e Molina e Jesus (2004). No âmbito da gestão, a perspectiva estudada é a da gestão social. Para isso, foram relevantes as análises desenvolvidas por Tenório (2005) Paula (2005) e Luck (2010). Apoiamo-nos também em algumas publicações de pesquisadores, como Souza (2010), bem como em publicações dos departamentos de educação da Universidade do Estado da Bahia (UNEB) que, ao longo das últimas décadas, tem intensificado estudos sobre Educação do Campo.

Organizamos este trabalho em três capítulos. No capítulo 1, “O contexto da gestão da Educação do Campo no Brasil e na Bahia”, apresentamos o cenário político que permeia a construção e a implementação desta política, tanto no âmbito nacional como no estadual, com ênfase na materialização da política.

Verificamos, a partir de dados educacionais, o quadro de escolarização no campo, o protagonismo dos povos, por meio dos movimentos sociais e sindicais na luta pelo direito à educação no e do campo. Identificamos e apresentamos alguns desdobramentos e conquistas na gestão da política por meio de ações, programas e projetos desenhados a partir do diálogo do poder público (MEC) com os movimentos sociais e com as entidades do campo. Ainda, neste capítulo, apresentamos, no contexto da Bahia, os desafios educacionais do Estado, a gestão da Educação do Campo por meio das instâncias legais de operacionalização da política da SEC e os principais problemas identificados na condução da gestão na Coordenação de Educação do Campo.

No segundo capítulo, subdividido em três subseções, fazemos a abordagem teórica sobre educação do campo e gestão pública, detalhamos o caminho metodológico, o trajeto da pesquisa de campo, bem como a apresentação e análise dos dados coletados à luz do referencial teórico pertinente às nossas análises. Nessa trajetória, o propósito foi identificar e analisar os impasses, os desafios e as possibilidades da gestão desta modalidade de educação na SEC. Dentre os aspectos revelados na pesquisa, destaca-se, no âmbito da SEC, o isolamento entre os setores e as ações desenvolvidas na gestão da política, tanto no âmbito interno da Superintendência de Desenvolvimento da Educação Básica, a qual está vinculada a CEC, quanto nos outros setores da Secretaria da Educação que respondem pelo atendimento às escolas do campo. É perceptível que o formato de

gerenciamento da SEC possui estrutura que mantêm o padrão de isolamento e desarticulação entre os setores, o que foi detectado como limites e desafios na condução da política. Destaque também para a carência de quadro de pessoal e ausência de formação da equipe técnica para condução da gestão. Os aspectos identificados se constituem em entraves no atendimento às demandas educacionais dos povos do campo.

O terceiro capítulo propõe, a partir da reflexão acerca dos problemas e das possibilidades identificadas no órgão gestor, um plano de intervenção para a Coordenação de Educação do Campo, com medidas propositivas para a gestão da política no âmbito da SEC, visando avançar na operacionalização da Educação do Campo no Estado da Bahia. Como premissa básica deste plano, apresentamos ações que visem ao exercício do diálogo, da participação dos sujeitos envolvidos com a política de Educação do Campo e possibilite a elaboração coletiva a partir de 04 ações estabelecidas para o quadriênio 2016/2019. O propósito é criar, manter e fortalecer espaços de interlocução, formação colaborativa, deliberações consensuadas em torno da implementação das ações no sentido de avançar na sua operacionalização.

Neste sentido, as proposições preveem a elaboração coletiva de planos de ação a partir das demandas e das ações específicas de cada setor para a Educação do Campo no enfrentamento das questões reveladas neste estudo e que desafiam a gestão da implementação da Educação do Campo na Bahia. As propostas definidas para os espaços institucionais são pensadas no sentido de desenvolver uma atuação alinhada e articulada dos diversos setores da SEC e dos pares de outras secretarias e entidades que têm como atribuição a coordenação e execução dessas ações.

1 O CONTEXTO DA GESTÃO DA EDUCAÇÃO DO CAMPO NO BRASIL E NA BAHIA

A perspectiva de Educação do Campo retratada, neste trabalho, parte do reconhecimento da Educação como direito constitucional subjetivo e inalienável. Entendê-la, nessa dimensão, significa reconhecer cada indivíduo como sujeito social de direito, embora, o histórico de vivência dessas populações seja permeado de restrições. A educação, assim, assume um caráter emancipador, inclusivo e universal, consolidando-se como direito social, conforme consta no artigo 405 da Constituição Federal. (BRASIL, 1988)

A Educação do Campo foi construída atrelada à garantia do acesso à terra, ao trabalho, à educação como condição de existência. Assim, a escola passa a ser requisitada não só como meio de escolarização, mas, também, como estratégia de luta no avanço das condições básicas para a emancipação humana.

A materialização desta política educacional tem desdobramentos pela ação do Estado, o que implica compreender a dinâmica de gestão da Educação do Campo, isto é, como as instituições públicas e os agentes sociais definem, implementam, reformulam e operam no atendimento às demandas educacionais do campo. Neste estudo, nos debruçamos na ação cotidiana da gestão na CEC, nos limites e possibilidades presentes no exercício do gerenciamento, nas estratégias, ações, atividades e procedimentos utilizados para integrar e potencializar as ofertas da educação básica no campo.

No capítulo 1, apresentamos o cenário nacional de desenvolvimento da política, em razão do seu reflexo direto na Bahia, o que nos ajuda na contextualização da gestão na SEC, recorte deste estudo.

Para ampliar a compreensão da gestão da Educação do Campo apresentamos a seção: “A construção da política de Educação do Campo no Brasil”, com o intuito de ressaltar o processo que embasou a formulação da política nacional, as bases legais e institucionais da Educação do Campo.

Ressaltamos, ainda, no capítulo 1, na seção: “A Educação do Campo no Estado da Bahia”, o cenário da oferta educacional em estudo. Apresentamos na seção: “A gestão da Educação do Campo na Secretaria da Educação do Estado da Bahia” a configuração da estrutura da SEC, ações em desenvolvimento, funcionamento nas redes de articulação interna e externas, principais aspectos

observados na dinâmica de gestão da SEC/ Superintendência de Desenvolvimento da Educação Básica (SUDEB)/ Coordenação de Educação do Campo (CEC). Assim, descrevemos sua estrutura, as formas de gestão, com destaque para as propostas e ações formatadas e em desenvolvimento sob sua responsabilidade, além de, analisar os limites e possibilidades para articulação e alinhamento interinstitucional entre as ações integrantes da gestão no Estado e quais os desafios observados na configuração atual do setor no exercício da gestão da Educação do Campo.

1.1 A construção da política de Educação do Campo no Brasil

A Educação do Campo foi originada da luta dos movimentos sociais e sindicais e está vinculada à construção de um modelo de desenvolvimento que tem como premissa a valorização dos sujeitos e saberes do campo. É uma proposta de desenvolvimento do campo que se contrapõe ao modelo agrário que, por muito tempo, privilegiou os grandes proprietários de terra nos programas de desenvolvimento econômico, social e político do país, enquanto os pequenos agricultores eram deixados à margem dos processos. Trata-se do reconhecimento dos pequenos proprietários, dos sem terra, dos povos do campo, compreendidos como: agricultores familiares, camponeses, arrendatários, pescadores, ribeirinhos, quilombolas, indígenas, assentados e acampados da reforma agrária, atingidos por barragens, fundo e fecho de pasto entre outros. (BRASIL, 2008)

Nesse contexto, é possível afirmar que, a proposta de educação dessas populações vem sendo formulada para atender a essa perspectiva, o que exige efetiva participação, especialmente dos segmentos sociais mais vulneráveis, possibilitando a ampliação e a garantia dos direitos humanos, tornando-os cada vez mais reconhecidos institucionalmente; representando, na medida do possível, as expectativas de transformação e reversão da desigualdade tão comuns na sociedade capitalista. Para Capanema (2004), as políticas públicas devem ter “[...] como foco uma reorganização da sociedade, pautadas pela justa distribuição de bens materiais e culturais e determinadas a construir a cidadania” [...]. (CAPANEMA, 2004. p.40).

Ainda, segundo esta autora, as políticas públicas precisam buscar a minimização das desigualdades, e “[...] só a educação pode dar conta desta assimetria no desenvolvimento social e econômico das sociedades, realizando a

compatibilização entre crescimento econômico e justiça social”. (CAPANEMA, 2004. p.41)

Então, convém reafirmar que, a educação é um direito social, previsto na Constituição Federal (1988) e não uma questão de mercado. Enquanto organizadora e produtora da cultura de um povo, a educação não pode permanecer seguindo a lógica da exclusão do direito à educação de qualidade para todos e todas. (BRASIL, 2004)

Para compreender a defesa desse direito é importante destacar o percurso histórico da organização dos povos do campo na luta por educação, considerando que essa trajetória foi o que impulsionou as conquistas e avanços neste setor.

O debate, no Brasil, ganhou força, a partir de 1989, após mobilização de organismos e de diferentes movimentos sociais e sindicais na denominada “Articulação Nacional por uma Educação do Campo”. Representantes dos movimentos sociais e sindicais, além de estudiosos, reunidos em uma Conferência Nacional de Educação do Campo (CONEC), em agosto de 1998, em Luziânia/GO, analisaram as condições de acesso à educação e as dificuldades enfrentadas pelo conjunto da população do campo nos diferentes níveis de escolarização. Ao final da Conferência, foi constatada a ausência e/ou inadequação de ações educacionais para o atendimento das populações do campo. Essa constatação impulsionou os movimentos sociais e sindicais na defesa coletiva e organizada da Educação do Campo como ação estratégica para avançar num projeto de desenvolvimento. (FERNANDES, 1998)

A partir dessas mobilizações, foi firmado o “Movimento pela Educação do Campo”, que agregou as lutas e ações dos diferentes sujeitos, entidades e pesquisadores para construir a agenda para o desenvolvimento da política pública de Educação do Campo. Trata-se da luta das populações pelo acesso, permanência, sucesso e direito à escola pública e pela construção de uma escola que esteja no campo, enquanto espaço geográfico, mas que também incorpore práticas educativas que atendam aos diferentes grupos que vivem no e do campo. Portanto, a educação do campo, defende a construção de uma escola que consiga refletir a luta dessas populações, impulsionando e fortalecendo os seus projetos de vida e de sociedade.

A defesa da educação para os sujeitos do campo traz, em sua essência, o direito ao acesso, permanência e sucesso numa escola que ofereça uma formação

contextualizada, que promova uma formação específica para a docência, permeada por uma concepção de campo, de sujeito e de processo ensino e aprendizagem em consonância com os fundamentos históricos e políticos da Educação do Campo. (MOLINA, 2010)

Compreender a construção dessa política, implica conhecer o processo de mobilização e participação dos segmentos sociais na luta pela construção da Educação do Campo no Brasil que teve como destaque o I Encontro Nacional de Educação na Reforma Agrária (ENERA), realizado em 1997, em Brasília. Neste fórum, também se desencadeou a Articulação Nacional por uma Educação Básica do Campo, atualmente denominada: Fórum Nacional da Educação do Campo (FONEC), instâncias políticas que demandam e constroem a política educacional no diálogo com o poder público.

Essa mobilização dos trabalhadores foi se consolidando e impulsionando as instâncias públicas para a definição de políticas. Assim, a I CONEC recolocou na pauta nacional a discussão sobre um novo conceito de rural, a partir da perspectiva de luta e de vivências dos trabalhadores do campo, e uma educação que se vincule a essa perspectiva.

Como iniciativa do estado brasileiro na oferta da educação, foi criado, em 1998, o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA), instituído com o objetivo de garantir o direito à educação das populações do campo organizadas e em processo de reivindicação pelo direito à terra, assentados e acampados da Reforma Agrária. O PRONERA, em parceria com as universidades públicas, sistemas de ensino e movimentos sociais tem viabilizado a oferta de cursos em todos os níveis de ensino, desde alfabetização até o ensino superior, inclusive a formação inicial de professores.

Contudo, no âmbito da institucionalização da política, o marco na Educação do Campo se dá, a partir da aprovação das “Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo”, pois, pela primeira vez na história da educação brasileira, foram elaboradas políticas específicas para educação básica do campo. Segundo Fernandes (2004):

[...] a aprovação das Diretrizes representa um importante avanço na construção do Brasil rural, de um campo de vida, onde a escola é espaço essencial para o desenvolvimento humano. Afirma ainda que, esse documento significa um novo passo da caminhada de quem acredita que o campo e a cidade se complementam e, por isso mesmo, precisam ser

compreendidos como espaços geográficos singulares e plurais, autônomos e interativos, com suas identidades culturais e modo de organização diferenciado, que não podem ser pensados como relação de dependência eterna ou pela visão urbanóide e totalitária. (FERNANDES, 2004, p.136)

Aprofundando estudos sobre as Diretrizes, Silva (2003) salienta que elas são normas e critérios políticos, pedagógicos, administrativos e financeiros que têm fundamentos legais e servem para orientar a organização das escolas do campo, “[...] cujas regras devem ser regulamentadas pelos sistemas de ensino municipal, estadual e federal, na oferta da educação para a população do campo”. (SILVA, 2003, p.36) Isto significa que, todos os sistemas de ensino deverão implementar o que está previsto nas Diretrizes, o que representa um avanço legal. Entretanto, sua efetividade só se dará com a devida aplicabilidade pelos sistemas de ensino.

No esforço de organizar a trajetória de construção dos instrumentos legais e operacionais da política, elencamos, a seguir, no Quadro 1, os marcos principais da Educação do Campo.

QUADRO 1 - Marcos Políticos e Legais da Política Nacional de Educação do Campo

ANO	MARCOS
1996	Lei 9394/96 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.
1996	Lei nº 9.424/1996 - institui o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF).
1997	I Encontro Nacional de Educadores e Educadoras da Reforma Agrária.
1998	Criação dos Fóruns Estaduais de Educação do Campo – FEEC. I Conferência Nacional Por uma Educação do Campo.
2004	II Conferência Nacional Por uma Educação do Campo.
2004	Criação da Coordenação Geral de Educação do Campo, na estrutura do MEC.
2003	Elaboração e publicação do caderno Referências para uma Política Nacional de Educação do campo-Caderno de Subsídios.
2005	Seminários Estaduais de Educação do Campo - constituição de Comitês Estaduais
2006	Recomendação do CNE a adoção da Pedagogia da Alternância em Escolas do Campo.
2007	LEI Nº 11.494/2007 – Cria o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB).
2007	Criação do Programa de Apoio à Formação Superior em Licenciatura em Educação do Campo– Procampo.
2008	RESOLUÇÃO Nº 2, DE 28 DE ABRIL DE 2008- Estabelece diretrizes complementares, normas e princípios para o desenvolvimento de políticas públicas de atendimento da Educação Básica do Campo.
2010	DECRETO Nº 7.352/2010. Dispõe sobre a Política da Educação do Campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária –PRONERA.
2012	LEI Nº 12.695, DE 25 DE JULHO DE 2012.[...]Contempla com recursos do FUNDEB as instituições comunitárias que atuam na educação do campo[...].

2013	PORTARIA Nº 86/2013, que institui o PRONACAMPO-Programa Nacional de Educação do Campo.
	PORTARIA 579//2013- Institui Escola da Terra como uma das ações do Programa Nacional de Educação do Campo – PRONACAMPO.
	PORTARIA Nº 674, de 1º de agosto de 2013 Institui a Comissão Nacional de Educação do Campo, órgão colegiado de caráter consultivo, com a atribuição de assessorar o Ministério da Educação na formulação de políticas para a Educação do Campo.
2014	LEI Nº 12.960 DE 27 DE MARÇO DE 2014 - Altera a LDBEN para fazer constar a exigência de manifestação de órgão normativo do sistema de ensino para o fechamento de escolas do campo, indígenas e quilombolas.
2015	PORTARIA Nº 505, D.O.U de 22 de maio de 2015 que cria a Comissão Nacional de Educação Profissional e Tecnológica do Campo nas Redes Públicas – CNEPT
	II Encontro Nacional de Educadores e Educadoras da Reforma Agrária

Fonte: Elaborado por (JESUS, 2010), baseado nos documentos oficiais do MEC/SECAD (2007 e 2013). Atualizado pela autora.

Nesse sentido, o Ministério da Educação (MEC) criou, em 2004, a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD), ampliando posteriormente para Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade e Inclusão (SECADI) cujo objetivo foi:

[...] contribuir para o desenvolvimento inclusivo dos sistemas de ensino voltado para a valorização das diferenças e da diversidade, a promoção da educação inclusiva, dos direitos humanos e da sustentabilidade socioambiental com a efetivação de políticas públicas transversais e intersetoriais. (BRASIL, 2006).

Como destaque para a Educação do Campo, o MEC criou, em 2004, a Coordenação Geral de Educação do Campo, com a finalidade de construir as bases para uma educação do campo no país e incorporar essas políticas à agenda educacional nacional.

Avançando nessa articulação, para a gestão da Educação do Campo pelos sistemas de ensino, o MEC, por meio da SECADI, fomentou e realizou 25 seminários estaduais de Educação e Diversidade do Campo, contemplando os estados da federação. Promovidos pelo MEC em parceria com as secretarias estaduais e com a União dos Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME), os seminários tiveram como objetivo divulgar as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo, e definir no sistema de colaboração com os estados e municípios, políticas de educação específicas para as populações do campo. Nestes espaços, foram instituídos Comitês Estaduais constituídos por representantes do poder público federal, estadual e municipal e dos movimentos e organismos sociais e sindicais do campo. Os seminários tiveram como produto uma

carta específica de cada estado documentando ações/proposições a serem desenvolvidas por meio de políticas públicas como forma de concretização das orientações preconizadas nas Diretrizes Operacionais para Educação Básica nas Escolas do Campo.

Destacou-se, dentre as proposições assumidas pelos entes federados, a criação de instâncias específicas de gestão da política de educação do campo nas estruturas administrativas das secretarias de educação no âmbito dos estados e municípios.

O atendimento às especificidades desdobradas nas políticas públicas transversais e intersetoriais trouxe, como desafio aos estados e municípios brasileiros, o cumprimento das diretrizes nacionais demandadas pelo MEC, e, além de incorporar os programas nacionais nessa perspectiva, desenhar e desenvolver políticas próprias para atender à alfabetização, à educação de jovens e adultos; à educação ambiental; à educação em direitos humanos; à educação especial, à educação do campo, à escolar indígena, à quilombola e à educação para as relações étnico-raciais.

O surgimento dessas políticas, embora tenha produzido visibilidade dessas populações, na medida em que apontam a obrigatoriedade do atendimento educacional, contrasta com condições reais das escolas públicas do campo ainda marcadas por carência de recursos físicos, materiais, pedagógicos e do transporte escolar; enfrentam a precariedade nos processos de formação inicial e continuada, no reconhecimento e legitimação de uma escola que atenda às expectativas e necessidades dos diferentes povos que compõem o campo.

Considerado um avanço na construção da política, o Decreto nº 7352/2010 normatizou a Educação do Campo como política pública, o que superou os limites impostos à execução das ações da política, desenvolvida a partir de programas e projetos pontuais, sem garantia de continuidade. Este decreto reconhece e legitima a necessidade de condições específicas para o atendimento à universalização do acesso à educação das populações do campo.

O Decreto reforça os princípios estruturantes da educação, como: o respeito à diversidade presente no campo; o trato da educação com as devidas especificidades dos sujeitos presentes no campo; a dimensão específica no desenvolvimento dos projetos políticos pedagógicos que atendam à articulação da escolarização e o desenvolvimento local; a organização do tempo e espaço pedagógico adequado à

realidade climática e a produção da vida no campo com ênfase na participação da comunidade no controle social para defesa da qualidade da educação. (BRASIL, 2010)

Para melhor explicitar como estão configuradas as ações e os programas na política de Educação do Campo no âmbito do MEC, apresentamos, a seguir, o Quadro 2, que contem uma síntese dos principais programas e ações que podem ser acessados pelos estados e municípios.

QUADRO 2- Principais Programas e Ações do MEC (2013)

PROGRAMA	OBJETIVO/FINALIDADE
Programa Nacional de Educação do Campo (PRONACAMPO)	Oferecer apoio técnico e suporte financeiro para estados e municípios desenvolverem suas respectivas políticas de Educação do Campo, através de um conjunto de ações articuladas que atendem às escolas do campo e quilombolas. São ações organizadas com o propósito de atender a todas as dimensões da especificidade das escolas do campo e quilombola, estruturadas a partir dos eixos: Gestão e Práticas Pedagógicas; Formação Inicial e Continuada de Professores; Educação de Jovens e Adultos e Educação Profissional e Infra Estrutura Física e Tecnológica. (BRASIL, 2011).
Programa Dinheiro Direto na Escola do Campo – PDDE Campo	Promover ações voltadas para a melhoria da qualidade de ensino nas escolas públicas das redes municipais estaduais e distrital localizadas no campo.
Pnate/Programa Caminho da Escola	Renovar e ampliar a frota de veículos de transporte escolar, destinada ao transporte diário de alunos da educação básica dos sistemas estadual e municipal, conduzidos da zona rural por meio de financiamento exclusivamente por intermédio de instituições financeiras credenciadas.
Projovem Campo Saberes da Terra	Possibilita ampliar o acesso e a qualidade da educação para os jovens do campo, filhos de agricultores familiares que não concluíram o ensino fundamental.
Pronera	Atender a educação das populações do campo organizadas e em processo de reivindicação pelo direito à terra – assentados e acampados da Reforma Agrária (desde a alfabetização até o ensino superior, inclusive a formação inicial de professores.
Programa de Apoio à Formação Superior em Licenciatura em Educação do Campo (Procampo)	Apoia a implantação de cursos regulares de licenciatura em educação do campo nas instituições públicas de ensino superior de todo o país, voltados especificamente para a formação de educadores para a docência nos anos finais do ensino fundamental e ensino médio nas escolas rurais.
Programa Nacional do Livro Didático para as escolas do campo (PNLD Campo)	Prover com livros didáticos específicos as escolas públicas participantes do Programa Nacional do Livro Didático que possuam segmentos de aprendizagem, classes multisseriadas ou seriadas dos anos iniciais do ensino fundamental e estejam situadas ou que mantenham turmas anexas em áreas rurais.

Fonte: Catálogos de Programas Federais para municípios e estados. Fortalecimento da Gestão Municipal 2008 e 2013, MEC.

Assim, o cenário de construção da educação do campo, a partir da trajetória histórica delineada no percurso e dos avanços legais conquistados, apontam

direcionamentos específicos para a escola do campo e reafirmam na agenda governamental, o atendimento e o tratamento diferenciado como direito.

Embora alguns indicadores comecem a apresentar avanços na conquista do acesso à educação, esses mesmos dados, ainda, apontam a necessidade de adoção de políticas capazes de enfrentar essas desigualdades e de oferecer possibilidades de desenvolvimento para os sujeitos do campo e suas comunidades. É o reconhecimento da especificidade do campo, com respeito à diversidade sociocultural, conforme determina o artigo 28 da LDB, que acolhe as diferenças sem transformá-las em desigualdades. (BRASIL, 1996)

1.2 A Educação do Campo na Bahia

Embora a política de Educação do Campo já tenha sido instituída há mais de uma década, iniciada com a aprovação das Resoluções nº 1 e 2 do Conselho Nacional de Educação e culminando com o Decreto 7.352/2010, o Estado da Bahia ainda não dispõe de mecanismos institucionais básicos como as Diretrizes Estaduais de Educação do Campo¹ para implementação de uma Política de Educação do Campo do Estado da Bahia.

Portanto, aqui nos referimos à demanda de implantação da política específica, que promova o reconhecimento jurídico e político das escolas do campo, o atendimento às demandas e às especificidades dos diversos povos, traduzidos no Relatório Diagnóstico das Escolas do Campo da Bahia². Conforme este documento, o Estado possuía, em 2012, 30% da população residente em espaços rurais. Este percentual representa uma população que se aproxima dos 4 milhões de habitantes, apresentando, em geral, indicadores educacionais abaixo da média nacional, 5,2. (BAHIA, 2012),

¹ Segundo informações da SEC/CEC, o documento base para elaboração das Diretrizes Estaduais de Educação do Campo foi construído no esforço coletivo SEC, universidades, organismos sociais e sindicais do campo. Desde 2013 encontra-se no Conselho Estadual de Educação para apreciação e publicação da resolução como documento norteador da política no estado. (SEC, 2015)

² Diagnóstico das Escolas do Campo do Estado da Bahia, pesquisa realizada pela SEC com o objetivo de mapear as condições reais de funcionamento das escolas nos 416 municípios da Bahia, identificando seus limites enquanto instituições de ensino e de aprendizagem, desafios apresentados para o cumprimento de sua missão, e as potencialidades a elas vinculadas, com o propósito de buscar indicativos que subsidiem a formulação e desenvolvimento de políticas de educação básica do/no campo. Processo em conclusão e elaboração de relatório Panorama da Educação do Campo na Bahia (BAHIA, 2015).

Para ampliar nosso olhar sobre o universo estudado, observemos os dados da Tabela 1.

Tabela 1- Distribuição percentual da população rural no censo demográfico por regiões em 2010

Regiões brasileiras	Percentual %
BRASIL	15,6%
Região Norte	26,5%
Região Nordeste	26,9
Região Sudeste	7,1%
Região Sul	15,1%

Fonte: BAHIA 2012.

Verificamos que a concentração de população do campo no país se dá nas regiões Norte e Nordeste.

A observação das Tabelas 1 e, 2, que virá a seguir, reafirma que, enquanto no Brasil a concentração de população do campo é observada no Norte e Nordeste, regiões que historicamente apresentam os mais baixos indicadores sociais, na Bahia, essa concentração está nos territórios integrantes do semiárido baiano, região carente de políticas públicas regionais e onde ainda persistem indicadores econômicos e sociais desfavoráveis, segundo o ³ Relatório SELO do Fundo das Nações Unidas para a Infância. (UNICEF, 2012)

A Tabela 2 apresenta a distribuição por território de identidade, que é a forma de organização do espaço físico baiano, definido, geograficamente, a partir de critérios de identidade, semelhanças, proximidade nos aspectos econômico, social, cultural, político, constituídos a partir da especificidade de cada região do Estado. São 27 territórios na Bahia que congregam 417 municípios, conforme dados da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia. (SEI – BA, 2014)

³ Relatório de acompanhamento, produzido pelo Unicef, com indicadores sociais que estão sendo monitorados no programa e serão considerados na avaliação final dos concorrentes à certificação Selo 2009-2012. O documento reúne informações referentes ao pré-natal, mortalidade infantil, desnutrição, imunização, aleitamento materno, entre outros dados que retratam a situação das crianças e adolescentes nos municípios do semiárido baiano. O Selo Unicef Município Aprovado

Tabela 2- Distribuição da população do campo na Bahia, em 2012, por território de identidade

TERRITÓRIO DE IDENTIDADE	TAXA MÉDIA (%)
Metropolitana de Salvador	1,32
Litoral Sul	19,66
Itapetininga	21,21
Médio Rio de Contas	21,86
Portão do Sertão	21,86
Extremo Sul	21,98
Itaparica (BA/PE)	29,82
Recôncavo	30,78
Oeste Baiano	33,20
Vitória da conquista	35,24
Sertão do São Francisco	36,13
Agreste de Alagoinhas / Litoral Norte	36,14
Piemonte do Paraguaçu	36,74
Piemonte de Diamantina	38,23
Irecê	38,61
Vale do Jiquiriçá	42,82
Piemonte Norte do Itapicuru	44,92
Baixo Sul	45,03
Sertão Produtivo	45,28
Bacia do Jacuípe	48,42
Chapada Diamantina	51,58
Velho Chico	53,41
Bacia do Rio Corrente	53,50
Semiárido Nordeste II	55,08
Sisal	57,21
Bacia do Parnamirim	63,83

Fonte: (BAHIA, 2012).

Identificamos que, do total da população do Estado, quase 30% vive no campo. Dos 26 territórios de identidade existentes na Bahia, seis concentram mais de 50% da população no campo; outros contam com uma população acima de 30% e apenas três apresentam médias abaixo de 20%.

Consideramos importante compreender os dados apresentados no Relatório Bahia (2012), quando registra que a população baiana residente no meio rural equivale a quase 30% da população geral do Estado, o que reafirma a necessidade de políticas educacionais específicas para essas populações.

A diversidade presente no campo baiano, ou seja, os diferentes modos de existir e de produzir dos sujeitos nesses espaços revelam a necessidade de um atendimento específico, que seja permeado pela valorização cultural, os saberes e fazeres comunitários e a intrínseca relação da escola com a questão da terra, das

condições de trabalho e de produção da vida nesses espaços diversos. (BAHIA, 2012)

No que se refere à escolarização da população com idade maior ou igual a 10 anos, destacam-se os altos índices de analfabetismo nas áreas rurais, que variam de 16% no Território de Identidade Região Metropolitana de Salvador, a 34% no Semiárido Nordeste II, o que resulta num percentual médio de 28% de analfabetos rurais por território, dado que expressa um dos elementos de distanciamento entre o campo e a cidade (Tabela 3).

A Tabela 3, a seguir, intitulada “Distribuição da população analfabeta maior de 10 anos de idade por território de identidade – 2012” apresenta apenas os territórios que possuem dados significativos para a nossa reflexão. Conforme observamos, o campo baiano ainda possui elevada taxa de analfabetismo, o que evidencia a necessidade de medidas para acelerar o processo de universalização da oferta de educação que atenda aos diferentes grupos etários no campo.

Tabela 3 Distribuição da população analfabeta maior de 10 anos de idade por território de identidade – 2012

TERRITÓRIO DE IDENTIDADE	TAXA MÉDIA (%)
Metropolitana de Salvador	16,01
Agreste de Alagoinhas/ Litoral Norte	27,54
Bacia do Rio Corrente	27,76
Vale do Jiquiriçá	28,00
Sertão do São Francisco	28,10
Bacia do Jacuípe	28,38
Baixo Sul	28,86
Itaparica (BA/PE)	28,92
Bacia do Parnamirim	28,97
Litoral Sul	29,08
Sisal	29,98
Vitória da Conquista	30,16
Itapetinga	30,31
Médio Rio de Contas	32,10
Semiárido Nordeste II	33,60

Fonte: (BAHIA, 2012).

Segundo dados do Relatório SEC no que se refere ao processo de escolarização da população com idade igual ou superior a 10 anos, verificam-se altos índices de analfabetismo entre os Territórios de Identidade. (BAHIA, 2012) Segundo o mesmo Relatório, o quadro de professores que atuam na educação básica é de 152.316. Desse total, 47.746 estão atuando nas escolas do campo, o

que perfaz 30% dos professores baianos. Esse número é menor quando comparado ao número de escolas: são 47.746 professores para 12.809 escolas do campo e 104.570 professores para 8.003 escolas urbanas. É uma proporção de três professores para cada escola no campo. Este dado indica o perfil de escola do campo, isto é: pequenos estabelecimentos com classes multisseriadas ou bisseriadas com professores unidocentes. (BAHIA, 2012)

De acordo com o Censo Escolar (INEP, 2010), a Bahia possui um quantitativo de matrículas nas escolas em áreas rurais correspondente a 1.017.551, sendo 159.818 da Educação Infantil, 744.019 do Ensino Fundamental e 28.984 do Ensino Médio. (INEP, 2010). Com relação ao Ensino Médio, um indicativo que merece nossa atenção é o fato de que, no país, apenas 21% das crianças que viviam no campo terminavam o Ensino Fundamental e apenas 10% terminavam o Ensino Médio (BAHIA, 2012).

Em relação ao número de escolas do campo no Estado, existem, atualmente, 12.875 estabelecimentos escolares. Destes, 114 são estaduais, 4 federais, 12.696 municipais e 60 privados. A Rede Estadual, responsável direto pela oferta do Ensino Médio e Profissional possui matrícula de 74.989 estudantes nas escolas do campo. São dados significativos, considerando tratar-se apenas da Rede Estadual e da oferta predominante dos anos finais do Ensino Fundamental e Ensino Médio. (SEC, 2012)

Com relação à formação profissional, o mesmo Relatório (SEC, 2012) indica que são 24.867 docentes atuando em 2011, na área rural, sem nível superior, sendo 24.036 no Ensino Fundamental, nas séries iniciais. Destes, apenas 10.174 professores possuem o Ensino Médio completo com formação em Magistério. Dos 1.860 professores que exercem a docência no Ensino Médio, 831 não têm nível superior, ou seja, atuam no mesmo nível de ensino que a sua escolaridade. (BAHIA, 2012)

As escolas do campo da Bahia apresentam características semelhantes às de muitos estados brasileiros, especialmente aquelas situadas na Região Nordeste. Em sua maioria, são pequenas salas adaptadas ou escolinhas de apenas uma ou duas salas organizadas em multissérie (no nosso Estado temos, de acordo com censo 2014, 13.518 turmas multisseriadas). São estas as escolas multisseriadas que, segundo dados do Censo Escolar (INEP, 2014), têm 85.854 turmas enfrentando as mais diversas dificuldades e carências, que vão da infraestrutura a questões da formação docente. O atendimento à especificidade das classes multisseriadas tem

se tornado uma exigência para os sistemas públicos, considerando o histórico de descaso a que estiveram submetidas essas escolas desde o seu surgimento, e a necessidade de sua manutenção como alternativa de oferta escolar para populações dispersas.

As iniciativas de melhoria desta realidade têm-se refletido na nucleação das escolas, fechamento das pequenas escolas e concentração dos alunos nos distritos que possuam melhor infraestrutura. Para tanto, é adotado um sistema de transporte escolar para facilitar o deslocamento dos estudantes. Apesar dos gastos com transporte, este processo de concentração para os gestores municipais, visa reduzir o custo aluno, já que elimina a necessidade de contratação de vários profissionais da educação e, também, os custos de manutenção de várias unidades de ensino, contudo o enfrentamento dessa questão nos municípios não confirma essa redução de custos educacionais.

Com base nos dados do censo escolar, mais de 37 mil escolas foram fechadas nos últimos 15 anos. Em 2014, foram 4.084. A Bahia teve o maior quantitativo de escolas fechadas: 872 só no ano de 2013. (MST, MEC/INEP, 2014)

A prática de fechamento de escolas pelo poder público municipal passou a ser revista por força da reivindicação dos organismos e movimentos sociais. Pressionado, o Governo Federal criou, recentemente, um instrumento para dificultar o fechamento das escolas rurais, indígenas e quilombolas. Trata-se da Lei 12.960, de 27 de março de 2014, que altera a LDB para incluir a obrigatoriedade de manifestação dos conselhos de educação e de consulta à comunidade beneficiada pela escola antes dela ser fechada. Acerca dessa questão a Resolução CNE/CEB nº 02/2008, no Artigo 4º, recomenda:

Quando os anos iniciais do Ensino Fundamental não puderem ser oferecidos nas próprias comunidades das crianças, a nucleação rural levará em conta a participação das comunidades interessadas na definição do local, bem como as possibilidades de percurso a pé pelos alunos na menor distância a ser percorrida. (CNE/CEB, 2008. p.04)

Contudo, vale ressaltar o que afirma Hage (2010) quanto ao atendimento à educação das populações do campo, que tem avançado significativamente na construção de instrumentos legais que asseguram direitos, mas na operacionalização das ações permanece pautado pela relação custo-benefício.

Outra referência de dados que consideramos necessário ressaltar é uma pesquisa da UNEB intitulada: Ruralidades diversas, diversas ruralidades: sujeitos, instituições e práticas pedagógicas nas escolas do campo Bahia – Brasil, 2011. (FAEEBA/UNEB, 2011) A pesquisa revela que as escolas municipais seguem currículos oficiais pré-estabelecidos, desvinculados da realidade concreta dos sujeitos do campo e de suas necessidades humanas e sociais, constata, ainda, a fragilidade física e material das escolas do campo e o comprometimento desses aspectos na ação pedagógica dos professores, que também são submetidos a condições precárias de trabalho, remuneração e formação docente.

Este documento é valioso como fonte de informação por cumprir a função de atualizar dados apresentados no diagnóstico do Plano Estadual de Educação (BAHIA, PEE 2006) e reafirmar quão tímidos são os avanços na melhoria efetiva da educação para as populações do campo no nosso Estado.

1.3 A gestão da Educação do Campo na Secretaria da Educação do Estado da Bahia

A Secretaria da Educação do Estado da Bahia, por meio da Coordenação de Educação do Campo, tem como desafios principais o desenvolvimento da gestão das ações da política com foco no enfrentamento de dificuldades educacionais históricas. São lacunas e desafios que passam por todas as dimensões da gestão.

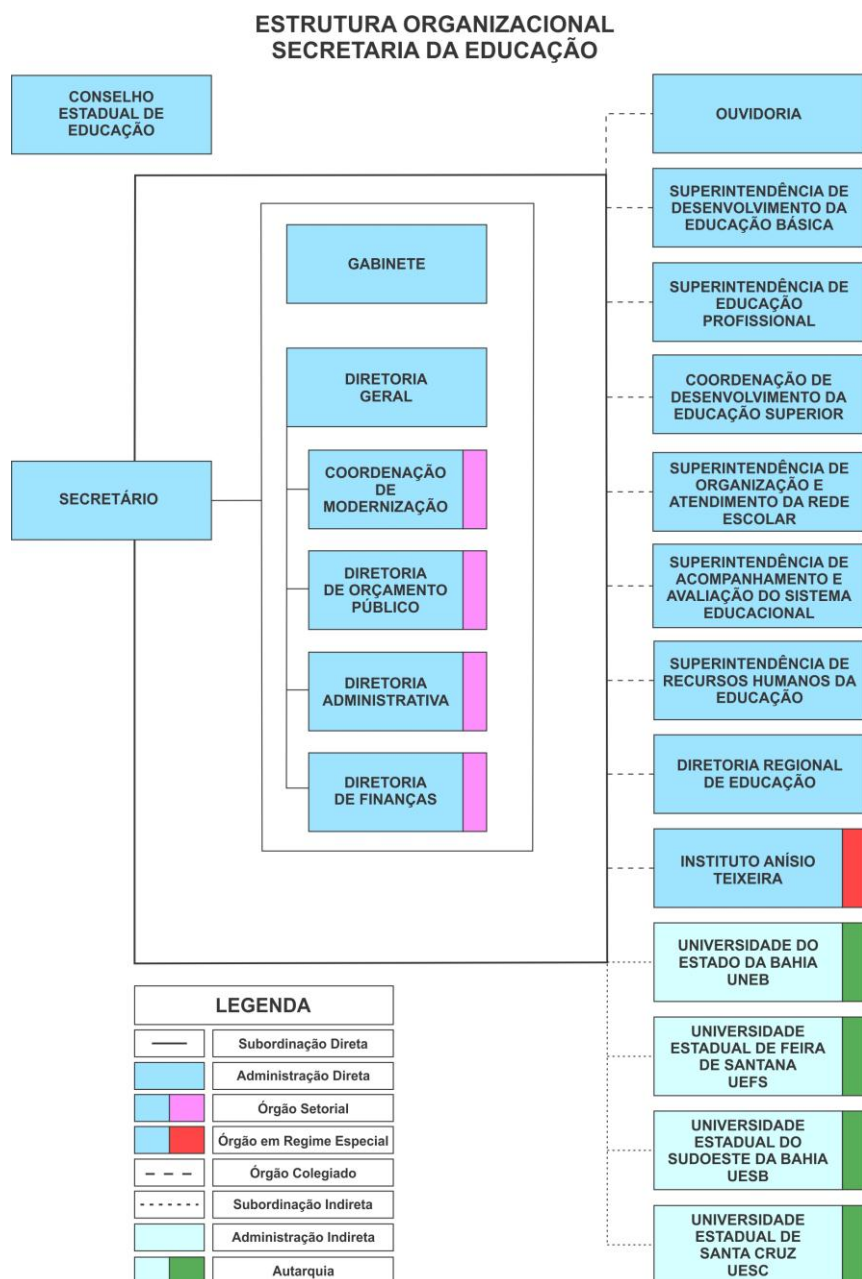
Sob o ponto de vista das condições estruturais, para operacionalização da oferta educacional, destacam-se como limitações questões como melhoria na infraestrutura, formação de professores, ampliação das ofertas no campo, a implementação de uma educação contextualizada com a construção de currículos que atendam à especificidade dos povos; a institucionalização da gestão, o apoio à articulação política e administrativa dos municípios no cumprimento das atribuições dos sistemas de ensino no desenvolvimento, acompanhamento e avaliação das políticas públicas de educação para o campo.

A gestão da política de Educação do Campo fica a cargo, a princípio, da Coordenação de Educação do Campo – órgão vinculado à SEC e que elabora e monitora as ações relativas à política de Educação do Campo na Bahia. Para contextualizarmos as ações da CEC, iniciaremos apresentando um breve panorama sobre como está organizada a Secretaria de Educação. Para compreender a

Secretaria da Educação do Estado faz-se necessário apresentar a sua estrutura organizacional. Conforme Regimento, Decreto nº 8.877, de 19 de janeiro de 2004, que dispõe sobre a organização da SEC, ela possui três grandes instâncias de organização da política educacional: Órgão Colegiado – Conselho Estadual de Educação (CEE), órgão que exerce funções normativas, deliberativas, fiscalizadoras, consultivas e de controle de qualidade dos serviços educacionais no âmbito do Sistema Estadual de Ensino; Órgãos da Administração Direta – Gabinete do Secretário, a Diretoria Geral, Diretoria Administrativa, Diretoria de Finanças, Ouvidoria e Superintendências; Órgão em Regime Especial de Administração Direta – Instituto Anísio Teixeira (IAT), Instituto de Formação dos Profissionais da Educação, que tem sob sua responsabilidade a elaboração e execução de programas de formação para profissionais da educação, e Entidades da Administração Indireta que são as quatro universidades estaduais. (BAHIA, 2004) A Figura 1, a seguir, ilustra esta organização.

A estrutura da SEC é hierarquizada, o Gabinete do Secretário e Superintendências definem e organizam a operacionalização da política educacional no interior dessa estrutura, bem como programas e projetos no âmbito nacional que a Bahia pactua.

Figura 1- Estrutura Organizacional da Secretaria da Educação



Fonte: SEC, (2011).

Visando explicitar mais claramente nosso objeto de estudo, fizemos um recorte nessa estrutura, identificando e descrevendo apenas os setores que estão mais diretamente relacionados à Educação do Campo, os que exercem ações operacionais no âmbito da Secretaria e que possuem como atribuições as ações educacionais para a Educação Básica e Profissional.

A Superintendência de Desenvolvimento da Educação Básica (SUDEB) tem como atribuições planejar, coordenar e acompanhar o desenvolvimento do currículo da Educação Básica.

A Superintendência de Acompanhamento e Avaliação do Sistema Educacional (SUPAV) responde pela formulação das políticas e diretrizes educacionais, avalia os seus resultados, bem como coordena as unidades regionais e presta assistência técnica aos municípios.

A Superintendência de Organização e Atendimento da Rede Escolar (SUPEC) responde pelo planejamento e coordenação de ações que apoiem o funcionamento das unidades escolares do sistema de ensino, segundo normas gerais de organização e legalização, garantindo a base indispensável à manutenção do padrão de qualidade do trabalho pedagógico.

A Superintendência de Recursos Humanos da Educação (SUDEPE) é responsável pelo planejamento, coordenação, promoção, supervisão, controle, execução e avaliação das atividades de recursos humanos na Secretaria da Educação, bem como pela garantia e aprimoramento do padrão de qualidade dos serviços do pessoal da Rede Estadual de Ensino Público, em consonância com o Órgão Central do Sistema Estadual de Administração. (BAHIA, 2004)

Existe, na SEC, um programa estruturante que está em constante relação com os municípios, o Programa de Apoio à Educação Municipal – PROAM, que é responsável em promover a integração entre as políticas educacionais da SEC e as secretarias municipais de educação com a finalidade de estabelecer e fortalecer a cooperação entre os sistemas, apoiando os municípios na organização dos seus processos pedagógicos e burocráticos no campo educacional. (BAHIA, 2013)

Nesta perspectiva, o PROAM desenvolve ações como elaboração de Planos Municipais de Educação, formação de gestores escolares e conselheiros do setor educacional, o assessoramento, a elaboração e o acompanhamento do Plano de Ações Articuladas (PAR) e reestruturação administrativa de secretarias municipais de educação. O PROAM se situa na estrutura do Gabinete do Secretário.

Além do que já foi citado, o PROAM desenvolve a articulação institucional com os 417 municípios baianos, inclusive no apoio técnico e pedagógico, com programas como o Programa Nacional de Alfabetização na Idade Certa (PNAIC). Embora a Educação do Campo tenha como demanda prioritária os anos iniciais do Ensino Fundamental, por este nível apresentar a maior matrícula de alunos no campo, as ações políticas e pedagógicas implementadas pelo PROAM com os municípios não se articulam no âmbito da SEC com a SUDEB/CEC.

Ressaltamos, ainda, o desmembramento da educação profissional da SUDEB com a criação, pelo Decreto Lei nº 10.955, de 21 de dezembro de 2007, da Superintendência de Desenvolvimento da Educação Profissional (SUPROF), cuja competência é planejar, coordenar, promover, executar, acompanhar, supervisionar e avaliar, no âmbito do Estado, as políticas, programas, projetos e ações de Educação Profissional, incluindo orientação e certificação profissional. (BAHIA, 2013)

A SEC possui, ainda, as instâncias administrativas regionais que têm como função o desenvolvimento das ações fins junto às escolas, isto é, a execução e acompanhamento das ações, programas e projetos demandados pelo órgão central da SEC em cada região. Trata-se das Diretorias Regionais de Educação (DIREC), que são estruturas regionalizadas da SEC cuja finalidade é descentralizar as ações educacionais no âmbito do Estado, executando atividades técnico-pedagógicas e administrativo-financeiras. (BAHIA, 2004)

A SEC possui, atualmente, um projeto de gestão em rede, o Projeto de Monitoramento, Acompanhamento, Avaliação e Intervenção Pedagógica (PAIP). Composto por uma rede integrada sistêmica que envolve todos os atores da escola até o órgão central, formando uma rede de acompanhamento com a circulação de informações e intervenções no trabalho pedagógico desenvolvido nas escolas. O PAIP possibilita o exercício contínuo de reflexão e estudo sobre a prática e a busca coletiva de alternativas que visem a melhorar a gestão pedagógica repercutindo na melhoria do desempenho dos estudantes.

A SEC, por meio do Programa Todos pela Escola, assumiu, em 2011, alguns compromissos com uma política específica, com ênfase na diversidade e, neste aspecto, assumiu a educação das comunidades do campo.

Com o objetivo de atender à oferta educacional na Bahia e melhorar a qualidade da educação no Estado, a Secretaria da Educação instituiu o Programa Todos pela Escola, que é composto de 10 compromissos que visam garantir aos estudantes o direito de aprender. Organizados como política de educação, esses compromissos visam nortear as ações, garantir a mobilização de recursos técnicos, financeiros e de conhecimento de base científica para melhorar o desempenho dos estudantes.

Os dez compromissos são os seguintes: (1) Alfabetizar as crianças até os oito anos de idade e extinguir o analfabetismo escolar; (2) Fortalecer a inclusão

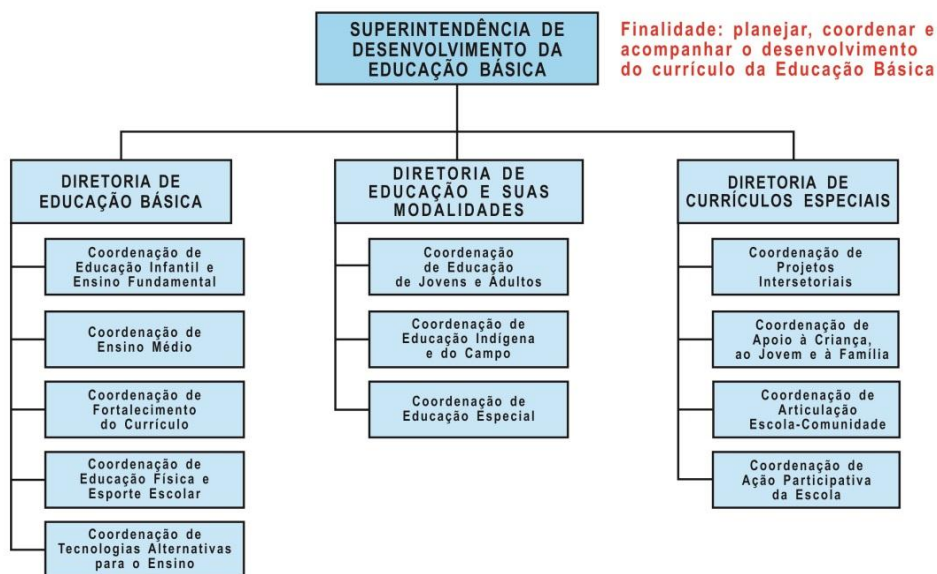
educacional; (3) Ampliar o acesso à Educação Integral; (4) Combater a repetência e o abandono escolar; (5) Assegurar a alfabetização e a escolaridade aos que não puderam efetuar os estudos na idade regular; (6) Valorizar os profissionais da educação e promover sua formação; (7) Fortalecer a gestão democrática e participativa na rede de ensino; (8) Inovar e diversificar os currículos promovendo o acesso ao conhecimento científico, às artes e à cultura; (9) Estimular as inovações e o uso das tecnologias como instrumentos pedagógicos e de gestão escolar; (10) Garantir o desenvolvimento dos jovens para uma inserção cidadã na vida social e no mundo do trabalho (SEC, 2012).

Estas são metas que visam melhorar o desempenho escolar com a elevação do índice de aprovação para um patamar de, no mínimo, 90% nas séries iniciais (grande demanda da educação do campo), 85% nas séries finais do Ensino Fundamental e, 80% no Ensino Médio. O esforço se desdobra em ações de alcance das projeções estabelecidas pelo MEC para o índice de desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) Dentre os 10 compromissos, destacam-se ações que visam fortalecer a inclusão educacional para assegurar o acesso, permanência e sucesso de todos os sujeitos que vivem e trabalham no campo.

A Coordenação de Educação do Campo faz parte da Superintendência de Desenvolvimento da Educação Básica, responsável por toda a política curricular deste nível de ensino. Conforme pode ser observado na Figura 2.

Compreender o lugar da SUDEB na estrutura geral da SEC e, por conseguinte, da Coordenação de Educação do Campo, nos ajuda a perceber quão necessário foi o desmembramento da Coordenação do Campo e Indígena, por tratar-se de duas modalidades de ensino distintas, que exigem tratamento específico, conforme são organizadas no âmbito federal, no Ministério da Educação.

Figura 2 – Organograma da SEC/SUDEB (2014)



Fonte: SEC, (2012).

A Coordenação de Educação do Campo é essa instância administrativa, responsável direta pela execução e monitoramento das ações relativas à política de Educação do Campo, por isso será trabalhada separadamente e de forma mais detalhada considerando que se constitui objeto deste estudo.

1.3.1 A Coordenação de Educação do Campo

A Educação do Campo passou a ocupar um lugar específico na Secretaria da Educação do Estado da Bahia, em 2004, quando o governo do Estado criou a Coordenação Estadual de Educação Indígena e do Campo (CIN) como uma unidade implementadora da política educacional para estas modalidades de ensino. Até este período, o atendimento era feito no âmbito da Educação Básica, sem nenhum caráter específico.

De acordo o Plano Estadual de Educação (PEE BA, 2006), a Coordenação tem como principais atribuições o desenvolvimento, acompanhamento e avaliação das ações para essas modalidades de ensino em articulação com os diversos setores da Secretaria e com outras instituições, assegurando condições necessárias ao pleno desenvolvimento das ações e metas que visem à melhoria da qualidade da educação para essas populações.

Conforme o Regimento da SEC, Lei 8.970, de 05 de janeiro de 2004, as competências da Coordenação de Educação Indígena e do Campo, no que se refere ao atendimento das populações do campo estão voltadas para:

[...] a implantação, implementação, acompanhamento e avaliação de diretrizes de Educação Básica para as populações do campo; elaboração, produção e disseminação de informações e materiais didáticos e de orientação técnico pedagógica para a Educação do Campo; a promoção da formação de professores e apoio a implementação de alternativas pedagógicas e estruturas organizacionais apropriadas as reais necessidades e interesses dos alunos e da natureza do trabalho na zona rural (BAHIA, 2004).

O que se observava com relação à CIN é que ela ao integrar duas grandes demandas sociais não conseguia atender equitativamente às duas modalidades de ensino. Assim, como já havia uma definição mais clara da política para educação escolar indígena, a gestão desta modalidade era priorizada em detrimento da Educação do Campo.

Merece destaque, neste aspecto, a pressão social de órgãos como o Instituto Nacional de Colonização na Reforma Agrária (INCRA), por meio do Pronera e dos movimentos sociais, para que a SEC pautasse a Educação do Campo na sua estrutura, criando uma unidade de gestão autônoma, o que só ocorre na nova gestão pública. (2007 a 2010)

Portanto, até 2007, a educação das populações do campo era vista de forma residual na estrutura da SEC e integrando as ações da CIN. As ações realizadas pela coordenação de Educação Indígena e do Campo estavam distantes das articulações para garantia da especificidade da Educação do Campo, conforme exigido pela lei 10.330/2006, que aprova o Plano Estadual de Educação. Segundo este documento,

A educação, enquanto organizadora e produtora da cultura de um povo, especificamente a cultura do campo, não pode permanecer seguindo a lógica da exclusão do direito à qualidade para todos e todas. Assim, ao se reconhecer uma territorialidade própria para o campo, pensa-se numa educação com características e necessidades próprias, sem abrir mão de sua pluralidade como fonte de conhecimento em diversas áreas. É um direito e uma oportunidade que o Estado brasileiro deve assegurar a todas as pessoas que vivem e trabalham no espaço rural. (BAHIA, 2006, p.47).

A inclusão da Educação do Campo no PEE foi resultado da ação política da CIN em articulação com os organismos sociais e como desdobramento do Seminário

Estadual e da implementação das Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo que favoreceu, inclusive, aos técnicos da CIN, uma formação básica para compreensão da especificidade desta modalidade de educação.

A Coordenação de Educação do Campo compreendia a urgência e a importância de pautar a educação das populações, na perspectiva do que estava sendo desenhado no âmbito nacional, e em consonância com o que o Fórum Estadual de Educação do Campo⁴ apresentava como demanda.

A Educação do Campo passou a ocupar, do ponto de vista legal, um espaço nas políticas educacionais do Estado, e a SEC passou a desenvolver projetos com vistas a atender os povos do campo.

A partir de 2007, a Educação do Campo foi desvinculada da CIN, passando a existir uma coordenação específica para ela: a Coordenação de Educação do Campo (CEC). A CEC foi desmembrada da CIN, enquanto estrutura física, e conta com dotação orçamentária própria, compreende toda a oferta educacional: Educação Básica (Educação Infantil, Ensino Fundamental, Ensino Médio, Educação Profissional e todas as modalidades de ensino) e Ensino Superior. Tem como atribuição promover a inclusão educacional das populações do campo na Bahia com implicações no atendimento diferenciado e, de acordo com os princípios e fundamentos específicos da Educação do Campo. O que significa atender à escolarização de crianças, jovens e adultos, uma população de 4 milhões de pessoas distribuída em 417 municípios de 27 territórios de identidade distintos.

A CEC integra a Diretoria de Ensino e suas Modalidades (DIREM), que congrega as modalidades e temáticas da diversidade: Educação do Campo, Educação Indígena, Educação Especial, Educação de Jovens e Adultos e Educação para as Relações Etnicorraciais de Gênero e Sexualidades que integra a Educação Escolar Quilombola, subordinadas à Superintendência de Educação Básica (SUDEB).

A Coordenação de Educação do Campo está organizada na estrutura da SUDEB, tem como atribuição o desenvolvimento, acompanhamento e avaliação das ações de Educação do Campo o que significa o atendimento da oferta da educação, da Educação Infantil ao Ensino Médio, e da Educação Profissional à Educação

⁴ Fórum Estadual de Educação do Campo – FEEC – formalizado em 1999, com o objetivo maior de ser o articulador e aglutinador de ideias e experiências relacionadas à educação do campo, como referência para definição de políticas públicas. (BAHIA, 2006)

Superior, envolvendo as várias dimensões da escola: infraestrutura, formação profissional, gestão e avaliação escolar.

Para assegurar a execução da política, a CEC possui uma equipe reduzida, com 06 profissionais, nenhum deles com formação específica ou com conhecimentos profundos acerca da Educação do Campo. São 03 pedagogos, 01 licenciado em Letras e 02 cursando Ensino Superior na área de engenharia industrial. Não há nenhum profissional com formação em Educação do Campo, em Sociologia, Antropologia ou áreas afins, o que possibilitaria outros olhares sobre a Educação do Campo e os processos de gestão.

Quadro 3- Distribuição das funções na CEC

Equipe Técnica	Formação	Função
Coordenadora	Pedagoga	Coordenação das ações, identificação das demandas, discussão e encaminhamentos das ações, programas e projetos da gestão com a SUDEB e DIREM, apresentação e participação em eventos, atividades formativas, realização de palestras.
Técnico 1	Licenciada em Letras	Substituição da coordenadora nas diversas atividades. Instrução, elaboração e acompanhamentos aos convênios da CEC. Participação em eventos, atividades.
Técnico 2	Pedagoga	Coordenação e acompanhamento dos projetos pedagógicos. Execução e acompanhamento dos Programas do MEC. Elaboração de projetos, pareceres e outros documentos correlatos.
Técnico 3	Pedagoga	Reuniões com movimentos e organismos sociais. Participação nas comissões e conselhos de representação. Organização logística das atividades de formação. Pesquisas internas e sistematização de dados.
Técnicos 4 Técnico 5	Engenharia industrial Engenharia do meio ambiente	Realização e controle dos procedimentos administrativos da CEC. Controle e atualização de dados. Controle da logística de deslocamentos. Apoio logístico as atividades da CEC.

Fonte: Elaborado pela autora, a partir das informações fornecidas pela SEC/CEC.

Observando a dinâmica da gestão da CEC, identificamos que, como não há uma equipe multidisciplinar e com formação específica, as diferentes atribuições da

gestão são assumidas pelos integrantes da equipe técnica que se ocupam e são envolvidos nas diferentes atividades que o trabalho requer.

A equipe utiliza, como procedimentos sistemáticos de gestão, de reuniões semanais para discussão, alinhamento das informações e organização de trabalho; participação em atividades externas e internas da CEC (seminários, colóquios, videoconferências, reuniões com outras instituições, entidades e movimentos sociais; atendimento às demandas sociais). O grupo também desenvolve outras ações, como elaboração, execução, acompanhamento de atividades diversas como cursos, oficinas, palestras bem como organização das tarefas rotineiras, definição de procedimentos emergenciais, respostas às solicitações do Gabinete do Secretário, Superintendência e Diretoria, elaboração de pareceres, nota técnica, resposta e encaminhamentos de processos, administração e execução de convênios e acompanhamento e resposta à agenda diária das diferentes atividades relativas à gestão da Educação do Campo.

A Coordenação de Educação do Campo é vinculada à SUDEB e, embora tenha como tarefa planejar, coordenar, acompanhar e avaliar o desenvolvimento do currículo da Educação Básica, sua atuação não tem alcance em todas as ofertas.

1.3.2 Programas desenvolvidos

De acordo com planejamento 2015 da CEC, relatórios, notas técnicas, planejamento, dentre as competências da coordenação, destaca-se o plano operacional que tem como objetivo fortalecer a inclusão educacional por meio do desenvolvimento da educação básica com ações que assegurem o acesso, permanência e sucesso de todos os sujeitos que vivem e trabalham no campo (SEC, 2013). Percebemos, neste sentido, que o objetivo não está restrito à questão curricular, mas, principalmente, na perspectiva de assegurar as condições objetivas para a oferta dos diversos níveis e modalidades de ensino a todos os sujeitos do campo, o que efetivamente perpassa pela gestão na perspectiva administrativa, curricular, da infraestrutura e de recursos humanos.

Nas ações desenvolvidas pela CEC, conforme relatório síntese da gestão 2011 a 2014 consta o Plano Plurianual (PPA) integrando o Eixo Estruturante Inclusão Social e Afirmação de Direitos, localizado no Programa Todos pela Escola como compromisso 2, Fortalecer a Educação e a Diversidade.

As ações estão estruturadas em linhas de ação, são elas: recursos pedagógicos, formação de profissionais da educação do campo, orientação e acompanhamento pedagógico, apoio financeiro e acompanhamento técnico pedagógico às escolas que desenvolvem a pedagogia da alternância e diálogo com a sociedade. As ações são planejadas e organizadas tendo como foco o desenvolvimento de ações da política nacional e a construção gradual de uma política no Estado.

O Quadro 4 apresenta as ações desenvolvidas pela CEC no ano de 2015.

Quadro 4- Ações em desenvolvimento na CEC – 2015

LINHA	AÇÃO	OBJETIVO
1. Orientações e acompanhamento pedagógico	Diagnóstico Educacional do Campo da Bahia	Realização do mapeamento das condições pedagógicas, físicas e de funcionamento das escolas do campo, identificando seus limites enquanto instituições de ensino e de aprendizagem, desafios apresentados para o cumprimento da sua missão e as potencialidades a elas vinculadas, com o propósito de buscar indicativos que subsidiem a formulação e a implementação de políticas de educação básica no/do campo, cujo relatório está sistematizado como o documento Diagnóstico das Escolas do Campo do Estado da Bahia.
	AÇÃO	OBJETIVO
	Elaboração das Diretrizes da Educação do Campo do Estado da Bahia	Aprovação, pelo CEE, e publicação das Diretrizes da Educação do Campo do Estado da Bahia”, possibilitando a implementação de uma política específica para os povos do campo. A publicação está programada para final de 2015.
	Elaboração dos Referenciais Político-Pedagógicos para as Escolas Públicas do Campo/Anos iniciais do Ensino Fundamental do Estado da Bahia	Documento para subsidiar os sistemas municipais de ensino e educadores no desenvolvimento de práticas de gestão administrativa e pedagógica, condizente com as especificidades das classes multisseriadas.
2. Recursos pedagógicos	Aquisição, distribuição de acervo específico e realização de oficinas com os educadores.	Dotar as bibliotecas escolares/espços de leitura de 200 escolas do campo de material paradidático específico, para subsidiar os educadores na sua prática docente.

3. Formação	Formação, gestão e acompanhamento do Programa Escola da Terra.	Formação continuada e acompanhamento pedagógico aos professores que atuam nas séries iniciais do ensino fundamental das escolas do campo e quilombolas.
4. Conteúdos pedagógicos virtuais	Conteúdos Pedagógicos Virtuais	Criação e manutenção do espaço da Educação do Campo no Portal da Educação da SEC.
5. Apoio/parcerias técnicas Financeiras	Apoio técnico e financeiro as Escolas Famílias Agrícolas (EFAs) e Casas Familiares Rurais (CFRs).	Celebração de convênio com escolas, por meio das redes Associação das Comunidades e Escolas Famílias Agrícolas da Bahia AECOFABA e Escolas Famílias Agrícolas do Semiárido- REFAISA, beneficiando aproximadamente 3.0160 (três mil alunos) do campo com a metodologia denominada de Pedagogia da alternância.
		Apoio técnico e financeiro na realização de atividades educativas realizadas anualmente pelos movimentos e entidades sociais visando contribuir com a melhoria do processo ensino e aprendizagem dos estudantes das escolas do campo e com as iniciativas de estímulo à permanência das populações no campo.
6. Diálogo político com a sociedade	Participação nos espaços de interlocução com os movimentos sociais e sindicais e	Apoio à realização de: reuniões com o Fórum Estadual de Educação do Campo (FEEC), GT de Educação do Campo, Comissão intersetorial de acompanhamento as demandas do MST, visando manter e fortalecer o diálogo e a articulação com os movimentos sociais e sindicais, para discussão, acompanhamento e atendimento das demandas das escolas e construção coletiva da política de Educação do Campo, consolidando uma gestão participativa

Fonte: Elaborado pela autora a partir das informações fornecidas pela SEC/CEC.

Assim, na CEC se destacam as ações voltadas para:

- recursos pedagógicos - a aquisição e distribuição de acervos de referência da educação do campo, visando dotar as bibliotecas escolares/espços de leitura das escolas da Rede Estadual com um acervo básico específico e complementação dos livros do PNLD para instrumentalizar os educadores na sua prática docente. A CEC fez duas aquisições para as escolas da Rede Estadual e para as escolas de assentamento, mas não conseguiu atender à demanda de mais de 700 espaços educativos da Rede Estadual de Ensino.

- formação de professores, a implantação do Pronacampo/Escola da Terra com atendimento a uma pequena parcela da demanda apresentada pela Bahia.

1.3.3 Desafios e perspectivas na gestão da Educação do Campo

A presente seção pretende ser um breve resumo do diagnóstico a respeito dos desafios e perspectivas na atuação da CEC na gestão da Educação do Campo. Para a construção desse diagnóstico foram utilizadas informações levantadas durante a atuação profissional da autora, que desenvolve sua atividade laboral junto à CEC. Dialogando com os sujeitos diretamente envolvidos com a gestão da política. Todas as informações resultantes desse movimento foram registradas em caderno de notas e sua sistematização caracteriza o texto que se segue. O trabalho é realizado em condições adversas o que impõe limitações no desenvolvimento das ações. Esses desafios têm reflexo em todas as ações que são desenvolvidas interna e externamente.

A Coordenação de Educação do Campo funciona num espaço físico inadequado, pequeno e sem acessibilidade, o que compromete a acomodação da equipe, o desenvolvimento do trabalho, e, inclusive, o atendimento ao público. Não há espaço para receber os parceiros da política: gestores, técnicos dos sistemas, lideranças e representantes dos movimentos e entidades sociais envolvidas com a Educação do Campo.

Os equipamentos, como computadores, são antigos, com desempenho ineficaz e com acesso vetado a programas e sites da internet necessários ao trabalho. Não há disponibilidade de transporte para realizar acompanhamento técnico-pedagógico às escolas, há dificuldades de contato com as unidades escolares do campo, que não possuem telefone fixo, pois a CEC não dispõe de acesso à linha telefônica habilitada para celular, dentre outras debilidades de infraestrutura, além de questões administrativas para o exercício da gestão.

A ausência de um processo formativo para os gestores e para a equipe da CEC; a falta de clareza nos procedimentos administrativos bem como a carência de profissionais acaba por produzir ações improvisadas, assistemáticas, descontínuas e com perda do foco na política curricular, atribuição maior da CEC. Esses aspectos foram observados na dinâmica de gestão da CEC por meio da observação, da vivência da autora e do registro em relatórios e memórias de reuniões da Coordenação de Educação do Campo com a Diretoria de Educação e suas Modalidades.

Outro entrave observado é com relação à compreensão da Educação do Campo dentro da estrutura dos sistemas públicos – gestores e técnicos das secretarias - tanto no âmbito do Estado, em suas instâncias internas, como no âmbito dos municípios. Essa dificuldade se traduz no trato do sistema público com as questões do campo no que se referem aos aspectos específicos, ao tratamento diferenciado presente na organização do tempo e espaço, nos conteúdos, metodologia e processos próprios de aprendizagem. Os sistemas utilizam-se de procedimentos uniformes, de instrumentos padrão que não se adequam a qualquer situação diferenciada. Gestores e técnicos não compreendem as especificidades dos povos do campo para atender às diferentes demandas advindas das necessidades das escolas do campo.

Para exemplificar a situação apresentada, citamos dois programas, um no âmbito nacional, o Censo Escolar, que não caracteriza os estudantes do campo na matrícula das escolas da zona rural, bem como os estudantes do campo que estudam nas escolas da cidade. Outro programa que serve como exemplo é o Sistema de Gestão Escolar (SGE)⁵⁵, criado em 2010, por meio da portaria nº 2.970. Este programa não permite a inclusão de matrizes curriculares diferenciadas, como as que devem ser utilizadas nas escolas do campo.

Desse modo, a atuação dos diferentes setores da SEC ignora as necessidades das modalidades educacionais, em especial, da Educação do Campo. Assim, não adequam a execução de suas competências e procedimentos técnicos às demandas de uma educação para inclusão e diversidade. Inclui-se, nesta situação, o sistema informatizado da SEC, Sistema de Gestão Escolar (SGE) ao que se refere ao registro das matrizes curriculares específicas, registro das avaliações, pareceres, conceitos e notas, assim como programação de pessoal, contratação de profissionais da educação, concessão de benefícios para professores com direito à insalubridade, difícil acesso, entre outros; além da adequação do sistema de transporte ao calendário escolar do campo.

⁵⁵ SGE - ferramenta gerencial da rede estadual de ensino criada com o objetivo de facilitar a administração das escolas no que se refere a execução, acompanhamento e controle das atividades escolares permitindo o registro no banco de dados e a atualização desses dados em tempo real. O sistema é utilizado no gerenciamento das informações o que permite a identificação das demandas das escolas, planejamento e controle das ações como o controle do transporte escolar, a padronização dos documentos escolares emitidos pelas escolas e a eficiência na gestão de cada uma das escolas (BAHIA, 2013).

Vale ressaltar também os entraves nas contratações de serviços (transporte, alimentação, consultorias), aquisição de mobiliário e equipamentos acessíveis. Enfim, toda a infraestrutura, logística administrativa e funcional necessária ao desenvolvimento da gestão da Educação do Campo. Como exemplo, apresentamos a situação de contratação de pessoal. A Superintendência de Desenvolvimento de Pessoal (SUDEPE) atende aos profissionais do campo, contudo, se ocorrer alguma falha, equívoco ou problema nestes procedimentos, o setor não busca compreender a particularidade que se apresenta. O problema é encaminhado para a CEC, que enfrenta dificuldades para resolver, devido à falta de conhecimentos de seus profissionais sobre gestão de recursos humanos.

Outro exemplo, que ilustra a ausência de uma definição de gestão para o atendimento às especificidades das populações do campo, está nas condições de existência das escolas rurais. Na Rede Estadual de ensino, há 101 escolas legalmente constituídas e em funcionamento, mas o maior universo atendido concentra-se nos 595 anexos que são espaços escolares que funcionam no campo, vinculados administrativamente a uma escola da sede ou de um distrito. As informações são geradas e mantidas na escola sede. Isso significa que o registro dos estudantes, no ato da matrícula, é feito na escola sede, em sua maioria, escolas urbanas. Não há o registro do público específico do campo. Sendo assim, se apresenta como dificuldade o mapeamento da necessidade de implantação de cursos no campo, considerando que os alunos do campo estão vinculados às escolas da sede, sem a identificação nos registros como alunos do campo.

Dentre as questões apontadas no “Relatório Diagnóstico das Escolas do Campo do Estado da Bahia” a mobilidade dos professores que atuam nas escolas do campo se destaca. De acordo com relatório da CEC, grande parte dos professores é contratada temporariamente. O mesmo relatório de trabalho da CEC aponta que esta é uma situação que dificulta o processo de formação continuada, na medida em que, há uma rotatividade de professor na escola, o que favorece a descontinuidade na implementação da proposta pedagógica, além de comprometer o processo formativo dos/as estudantes dessa modalidade.

Outra questão presente na ação da CEC é assumir, por exigência do trabalho, atribuição de responsabilidade de outras coordenações, alheias às suas competências. A CEC é envolvida em atividades que vão desde a instrução de processos de convênios, licitação, credenciamento, cotação de preços e até

responder a cobranças sobre pagamento de professores, transporte escolar, construção, ampliação e reforma de escolas. Além de sobrecarregar a coordenação, estas atividades comprometem a execução de suas atribuições curriculares.

Assumir essas atribuições é uma determinação dos dirigentes do órgão central e se estende às ⁶Diretorias Regionais de Educação (DIREC), na execução das ações deliberadas pela CEC em cada região administrativa do Estado. Isso deriva da cultura que está impregnada nos setores, de que se existe uma Coordenação do Campo para tratar da especificidade, todas as questões que envolvem a escola do campo, da matrícula ao transporte escolar devem ser tratadas pelo setor específico. Os setores se eximem de responder diretamente aos demandantes: as escolas e representantes dos movimentos sociais e transferem a tarefa para a CEC. Cria-se, assim, uma dinâmica de transferência dos problemas que chegam dos setores para a CEC e, assim, esses setores não se apropriam das questões específicas dos diferentes segmentos que compõem as populações do campo, indígena, quilombola. Logo, a CEC permanece atuando em questões emergenciais e no atendimento às demandas dos movimentos sociais.

Observa-se, também, como componente dificultador da ação da CEC, a morosidade e a burocracia nos processos internos da Secretaria Estadual de Educação, a exemplo do credenciamento para contratação de formadores, os processos licitatórios e credenciamento de outros serviços para cursos de formação, como: alimentação, hospedagem, aquisição de material, dentre outros. Há uma ausência de normatização da gestão de processos, além de diligências que são demandadas de forma fragmentada, o que resulta em perda de tempo e comprometimento da execução físico-financeira das ações. A equipe da CEC no intuito de organizar e de acelerar os procedimentos administrativos assume, por deliberação da Superintendência, o encaminhamento e acompanhamento desses processos em todo o seu percurso, o que ocupa boa parte do tempo da coordenação.

Na medida em que, nos sistemas, não há uma apropriação pelos seus diferentes setores das características específicas no atendimento à Educação do

⁶ DIREC – Diretoria Regional de Educação – 33 instâncias regionalizadas da Secretaria da Educação distribuídas no estado e que tem por finalidade descentralizar as ações educacionais, socioeducativas e comunitárias, no âmbito do Estado, executando atividades técnico-pedagógicas e administrativo-financeiras (SEC, 2014).

Campo, continuará a haver um setor que apenas responde pela complexidade que é a oferta educacional para essas populações ou a reincidência de um atendimento fragmentado, inadequado e descontextualizado. O que vem ocorrendo é uma concentração de todas as demandas do campo na CEC como se essa instância pudesse responder pelas questões de âmbito administrativo, financeiro e curricular.

Identifica-se, assim, um descompasso entre o que estabelece a legislação educacional para a Educação do Campo e as condições necessárias para a gestão, na perspectiva de garantir o direito à educação, o que se traduz no descompasso entre a gestão orçamentária e a gestão administrativa, isto é, o orçamento alocado para a Educação do Campo e suas demandas reais.

O Quadro 5 apresenta um resumo das principais dificuldades encontradas na Coordenação de Educação do Campo.

Quadro 5- Problemas/desafios identificados na gestão da Educação do Campo na SEC/Coordenação de Educação do Campo

Problema	Descrição	Fonte de identificação/evidência
Gestão da implementação das ações curriculares da Educação do Campo fragmentada na SEC, sem diálogo intersetorial.	A oferta da educação básica (Ensino Médio, EJA Ensino Fundamental séries finais) programas e projetos (Projovem Campo/ Saberes da Terra e EMITEC) gerenciada por diversos setores e sem mecanismos de interlocução entre os diversos setores.	Programas e projetos da SEC (SEC 2014) Plano operacional da CEC (2015) Relatórios anuais da CEC (2014) Observação direta da gestão na coordenação. na coordenação no período de 2013 e 2014
Desconhecimento da política de educação do campo pelos demais setores da SEC	Os programas e ofertas que atendem ao Campo, mas não compreendem os processos específicos desta modalidade, a exemplo da Educação Profissional, PDDE, PNATE, Educação integral, Mais Educação, PNAIC, Pacto pelos Municípios SGE, Censo Escolar, programas de Formação de Professores, gestores.	Relatórios de reuniões de dirigentes, Seminários, memórias de reuniões. Observação direta da gestão na coordenação na coordenação no período de 2013 e 2014
Ausência de mecanismos de gestão que contemplem as especificidades das escolas do campo.		

Fragilidade na qualificação da equipe técnica na quantidade de profissionais para atender as demandas Ausência do processo formativo para a equipe	A CEC conta com apenas 06 profissionais sem formação específica o que compromete o desenvolvimento das ações no setor.	Observação direta da gestão na coordenação na coordenação no período de 2013 e 2014.
Ausência de condições físicas e logísticas: espaço, equipamentos.	Espaço físico pequeno sem infraestrutura para acolhimento ao público. Equipamentos antigos e morosos	Observação direta da gestão na coordenação na CEC no período de 2013 e 2014 Relatório anual da CEC (2014)
Morosidade e excesso de burocracia dos processos internos na operacionalização da política	Tramitação interna dos processos a exemplo dos procedimentos do núcleo jurídico da SEC, os processos de contratação de profissionais e de serviços para as formações, aquisições de material específico.	Relatório anual SEC (2014) Observação direta da gestão na coordenação na CEC no período de 2013 e 2014.
Distanciamento entre o que prevê a legislação e a realidade atual da educação do campo com indicadores educacionais críticos (infraestrutura física e logística das escolas, deficiência na formação de professores, ausência de um currículo específico, do projeto político pedagógico que atenda a especificidade).	Descompasso entre as conquistas legais e institucionais da Educação do Campo e as condições concretas da oferta no estado.	Coleta de dados e informações da coordenação Documentos e referências legal da Educação do Campo.
Oferta da educação básica e profissional ocorre em anexos das escolas urbanas funcionando em área rural	Infraestrutura precária, precariedade na formação dos professores, formas de contratação de pessoal temporárias e falta de pessoal administrativo e apoio.	Relatório anual de atividades da CEC (SEC, 2014). Coleta de dados e informações da coordenação Observação direta da gestão na coordenação na CEC no período de 2013 e 2014
Ausência de interlocução da SEC com as Secretarias Municipais de Educação.	A SEC não estabeleceu mecanismos de articulação e diálogo com a UNDIME e secretarias de educação para apoiar a gestão da educação do Campo nos municípios.	Relatório anual SEC (2014) Observação direta da gestão na CEC no período de 2013 e 2014.

Fonte: Elaborado pela autora com base nos documentos da gestão da CEC (SEC, 2015).

Os fatores críticos ora apresentados já estiveram em várias mesas de discussão das instâncias de gestão no âmbito da SUDEB e do Gabinete do Secretário Estadual de Educação, e constituem uma síntese das dificuldades que não se restringe à ação da CEC, mas atinge a todas as coordenações que implementam ações específicas para os segmentos sociais mais vulneráveis, como populações indígenas, negras, quilombolas, portadores de necessidades educativas especiais, população jovem e adulta, enfim, os segmentos que integram a Diretoria de Educação e suas Modalidades.

Concluindo este cenário descritivo da política, buscamos, neste primeiro capítulo, traduzir a real dinâmica de gestão no desenvolvimento da Educação do Campo na Bahia, trazendo o panorama geral de direitos, demandas e realizações no âmbito da gestão da política. Nesta perspectiva, apresentar informações que revelem como a SEC vem efetivando a gestão da Educação do Campo tanto no que se refere à implementação da política nacional quanto na construção da política do Estado e da gestão da SEC.

Neste sentido, o próximo capítulo deste trabalho pretende investigar como tem se desenvolvido a gestão da política de Educação no Campo na Bahia, a partir das ações da SEC. O estudo visa possibilitar, por meio da pesquisa de campo, da confrontação de ideias e das reflexões acerca da realidade, dos teóricos e dos estudos na área de gestão, a ampliação de conhecimentos acerca da dinâmica da prática de gestão da SEC e a busca de estratégias de gestão pautadas nos princípios e fundamentos da Educação do Campo.

2 A GESTÃO DA EDUCAÇÃO DO CAMPO NA SEC: COMPROMISSOS E DESAFIOS

No primeiro capítulo, foi descrito o percurso de construção da Educação do Campo no Brasil e, mais especificamente, na Bahia. Foram abordadas as conquistas e os desafios dessa política, com foco na Gestão da Educação do Campo na Secretaria de Educação do Estado da Bahia/Coordenação de Educação do Campo (CEC), instância responsável pelo desenvolvimento dessa política no Estado.

No presente capítulo, analisamos os limites institucionais e operacionais da gestão da política educacional para o campo na CEC, com base nas concepções desenvolvidas por estudiosos como: Arroyo (2006), Arroyo, Caldart, Molina e Jesus, (2004); Tenório (1998), Paula (2005) e Lück (2010).

A discussão que se segue resultou da análise das informações coletadas, por meio dos instrumentos de pesquisa (consulta de dados e entrevistas) e da apreciação do referencial teórico que permitiu refletir sobre os impasses, os desafios e as possibilidades da gestão desta modalidade de ensino na SEC/CEC. Para tanto, foi necessário definir uma metodologia que possibilitasse ampliar o entendimento sobre os elementos da gestão da política a partir da interação com as informações obtidas em bancos de dados e pelo diálogo com os responsáveis ou envolvidos com a gestão analisada.

Neste sentido, organizamos o capítulo em quatro subseções, a saber: 2.1 “A Educação para os povos do campo”, que discorre sobre os pilares de sustentação da Educação do Campo, como a concepção de campo, de sujeito e de processo educativo construído e formulado enquanto política pública. 2.2 “O princípio democrático e participativo na Educação do Campo”, em que refletimos acerca da gestão participativa com foco no modelo de gestão social e as implicações que identificamos com a natureza da Educação do Campo. Por fim, na subseção 2.3, “Aspectos metodológicos e pesquisa de campo”, descrevemos o caminho metodológico trilhado pela pesquisa com a intenção de refletir sobre conceitos e fundamentos apresentados na gestão social na perspectiva da administração pública. Na subseção 2.4, apresentamos “a análise de dados”, cuja intenção é analisar a ação gestora da SEC/CEC, e identificar caminhos de aproximação da gestão social da perspectiva da Educação do Campo, como contributo aos desafios observados na condução da gestão institucional na SEC/CEC.

2.1 A educação para os povos do campo

Refletir sobre a educação para as populações do campo implica ampliar o foco para além do processo educativo formal. Há a necessidade de se compreender a concepção de Campo, expressão usada, intencionalmente, para provocar uma reflexão sobre o sentido do trabalho e das lutas sociais dos camponeses. A noção de Campo como possibilidade de produção de existência social (ARROYO, CALDART e MOLINA, 2004) é utilizada no sentido de superar a visão estereotipada/residual que sempre esteve atrelada aos sujeitos que tentam garantir a sobrevivência a partir do trabalho no meio rural, uma vez que, esse espaço, especialmente a parte ocupada pela agricultura familiar camponesa, foi tratado, ao longo dos anos, como lugar do atraso e de impedimento ao processo de modernização e desenvolvimento econômico. Assim, de acordo com a Resolução CNE/CEB 01/2002, o campo “[...] incorpora os espaços da floresta, da pecuária, das minas e da agricultura, mas os ultrapassa ao acolher em si os espaços pesqueiros, caçaras, ribeirinhos e extrativistas”. (BRASIL, 2002)

Nessa dimensão, não se trata apenas de espaços plurais, como sujeitos que integram uma diversidade social, cultural e política própria do espaço rural que compõe cada território, cada espaço produtivo e suas relações. As identidades dos sujeitos do campo são reconfiguradas coletivamente na produção política destes sujeitos, a partir das organizações em diferentes segmentos sociais e políticos aos quais estão integrados, isto é:

[...] seus sujeitos têm trajetórias humanas, de classe, de gênero, de etnia, de raça, em que vão se construindo como mulheres, indígenas, negros e negras, como trabalhadores, produtores do campo... Esses sujeitos têm rostos... têm identidade...; sujeitos coletivos concretos, históricos [...]. (ARROYO, 2006. p.10)

Nessa perspectiva as expressões campo e camponês hoje representam categorias políticas que definem, antes de tudo, o homem, a mulher, a família que trabalha na terra, conforme argumenta Martins:

Nesse plano, a palavra camponês não designa apenas o seu novo nome, mas também o seu lugar social, não apenas no espaço geográfico, mas pretende ser também a designação de um destino histórico. (MARTINS, 1986. p. 83)

Desse modo, afirmar esta concepção de Campo e de Camponês pressupõe pensar um projeto de campo que compreenda o fortalecimento da agricultura familiar desenvolvida por meio de práticas sustentáveis, o que pressupõe um projeto de educação voltado para cada realidade. Assim, a identidade da escola do campo não se resume ao espaço geográfico, ela está vinculada à identidade dos povos a quem ela se destina. Segundo a Resolução CEB/CNE nº1/2002:

A identidade da escola do campo é definida pela sua vinculação às questões inerentes à realidade, ancorando-se na temporalidade e saberes próprios dos estudantes, na memória coletiva que sinaliza futuros, na rede de ciência e tecnologia disponível na sociedade e nos movimentos sociais em defesa de projetos que associem as soluções exigidas por essas questões à qualidade social da vida coletiva no país. (BRASIL, 2002)

Com base nesta compreensão de campo e dos sujeitos que habitam e produzem na diversidade deste espaço social, foi configurado, nas diferentes frentes de luta dos povos do campo, um projeto de educação, cuja materialização só será possível se contemplar o que Fernandes (2006) defende, ou seja:

[...] para o desenvolvimento de um território camponês é necessária uma política educacional que entenda sua diversidade e amplitude, e entenda a população camponesa como protagonista, propositiva de políticas e não como beneficiários e ou usuários. (FERNANDES, 2006. p.30)

Seguindo este caminho, Munarim (2006) chama a atenção para a operacionalização dos princípios da Resolução CNE/CEB nº 1/2002.

[...] indicações concretas de responsabilidades dos entes estatais e de como se deve cumprir o direito à educação em se tratando de populações socialmente desiguais e culturalmente diversas. Mais que um eventual “ponto de encontro” entre Estado e Sociedade [...] as Diretrizes Operacionais têm o significado de construção democrática na forma de ampliação do Estado como espaço, por excelência, da política. (MUNARIM, 2006, p. 18)

Assim, pensar e propor uma educação para essas populações não pode prescindir de uma revisão de conceitos que, ao longo da história, foram se construindo socialmente, que configuram a desqualificação dos sujeitos e espaços do campo. Estes são fruto de uma visão estereotipada, que foi enraizada na cultura campesina, conforme afirma Comilo:

[...] Muitas vezes o camponês recusa-se a assumir sua identidade, pois, ao longo da sua história, foi considerado como “rude” e inferior. O próprio campo é visto como um espaço inferior à cidade. A consciência de classe passa pela consciência de identidade, que, no caso aqui discutido, é da cultura camponesa [...] (COMILO, 2008. p.21)

O processo educativo, portanto, vai além da escolarização e abrange dimensões do desenvolvimento econômico. São processos que contemplam uma revisão histórica e conceitual do campo reconhecendo este espaço como lugar de trabalho, de cultura, da produção de conhecimento que comporta diferentes sujeitos, contextos, cultura, valores, modos de viver e de se relacionar. Portanto, diferentes formas de conceber e vivenciar seu processo educativo, formativo. (ARROYO, CALDART e MOLINA, 2004)

Trata-se de processos que possibilitam uma educação que deve recriar o campo como espaço onde se renovam os valores, conhecimentos, práticas, atitudes de pertencimento com a terra. O campo é concebido como um espaço rico e diverso, ao mesmo tempo, produto e produtor de cultura. É essa capacidade produtora de cultura que o constitui em espaço de criação do novo e do criativo e não de mera produção econômica ou do atraso. O campo é, acima de tudo, o espaço da cultura.

A educação pensada, nessa dimensão, é permeada de sentidos, valores e lutas dos povos que, historicamente, foram alijados dos espaços e processos de produção do conhecimento, em especial das escolas. Essa constatação nos reporta a necessidade de esclarecer que, tratando-se da educação das populações do campo, existem dois conceitos que precisam ser bem compreendidos: a educação escolar, que era ofertada aos camponeses brasileiros, denominada educação rural, cujo objetivo central era treinar os estudantes para torná-los mais produtivos, e para atender às constantes mudanças introduzidas nos processos da agricultura ou prepará-los para migrar e buscar meios de sobrevivência nos espaços urbanos; e a Educação do Campo, que é um projeto de educação escolar específica, que contempla as especificidades do processo educativo dos sujeitos do campo e de suas comunidades. Este é o projeto defendido pelos camponeses e que, ao longo da última década, vem se transformando na política educacional construída por meio do diálogo do poder público com os movimentos e organismos sociais do campo. (MOLINA e JESUS, 2004)

Nesse contexto, não basta ser escola, não interessa uma escola fundamentada no currículo urbano, como foi feito ao longo da trajetória de

escolarização dos povos do campo, mas, uma escola conforme define o Plano Estadual de Educação (2006), imersa na realidade dos povos do campo, que atue de acordo com as necessidades e as peculiaridades do grupo a que se destina, o espaço educativo de convivência e diálogo cultural, no qual os modos, os valores, as normas, os conceitos e formas de conviver se inter-relacionem numa perspectiva de continuidade e mudança. (BAHIA, 2006) A educação, assim, cumpre a função social de contribuir com as possibilidades de desenvolvimento local.

A defesa da educação pelas populações do campo traz, em sua essência, o direito de acesso, permanência e sucesso numa escola que ofereça uma formação contextualizada, que promova uma formação específica para docência permeada por uma concepção de campo, de sujeito e do processo ensino-aprendizagem em consonância com os fundamentos históricos e políticos da Educação do Campo.

O estado brasileiro, no atendimento às populações do campo, tem o desafio de atender a uma escola que faz parte de um projeto maior dos trabalhadores do campo, uma escola que, além de promover a escolarização com formação de qualidade, contribua com o fortalecimento das lutas camponesas e dos movimentos de resistência à expansão capitalista em seus territórios e na defesa das condições de produção de vida dos diversos povos do campo. (MOLINA e FREITAS, 2011).

2.2 O princípio democrático e participativo na gestão da Educação do Campo

Vimos avançando, nas últimas décadas, na conquista da democracia no país, especialmente, após a Constituição de 1988, que legitima o princípio democrático nas relações Estado/Sociedade. O avanço vem se traduzindo na efetivação dos direitos sociais legalmente conquistados.

A efetivação desses direitos é organizada no âmbito das políticas públicas. As políticas públicas específicas de um grupo, a exemplo da Educação do Campo, de acordo com Dorneles, 1990 (apud FERNANDES, CERIOLI e CALDART, 2005) pode ser entendida como:

[...] um conjunto de ações resultantes do processo de institucionalização de demandas coletivas, constituído pela interação Estado/Sociedade. O Estado é percebido como um sistema em permanente fluxo, internamente diferenciado, sobre a qual repercutem, também diferencialmente, demandas e contradições da sociedade civil; é um interlocutor das demandas sociais dos diferentes movimentos reivindicatórios, assim como agente indutor das

políticas que regulam a dinâmica geral da sociedade. Assim o surgimento de determinadas demandas, como emergência de práticas coletivas articuladas, tem como resultado o surgimento de políticas públicas específicas [...] Pode-se dizer que as políticas públicas delimitam os espaços de possibilidade da ação institucionalizada e da interlocução entre Estado/Sociedade. (Dorneles 1990 apud FERNANDES, CERIOLI e CALDART, 2005. p.49)

Para reafirmar essa perspectiva, Duarte (2008) define políticas públicas como formas concretas de implementar as diretrizes constitucionais para a efetividade de um determinado direito e que devem ser universalizantes, mas também, devem ser específicas, para que determinados grupos vulneráveis da sociedade possam ter acesso aos direitos previstos nos documentos oficiais.

Considerando os povos do campo como um dos grupos em situação desfavorável, como tal deve ser tratado de forma distinta, Duarte (2008) destaca que a garantia de acesso diferenciado à educação não é um privilégio, mas sim uma política que pode ser justificada racionalmente, a partir de uma situação de desigualdade imposta a determinado segmento social. O que torna pertinente a afirmação de Souza (2010, *apud* MOLINA, 2008.p.29): “[...] os sujeitos sociais têm o direito a igualdade quando a diferença os inferioriza; e tem o direito a serem diferentes quando a igualdade os descaracteriza”.

Arroyo (2006), advogando em defesa de políticas públicas educacionais específicas para os povos do campo também nos alerta:

[...] Temos que defender o direito à educação como direito universal, mas como direito concreto, histórico, datado, situado num lugar, numa forma de produção [...].(ARROYO, 2006, p. 10).

Assim, o projeto educativo que atende a esses sujeitos não pode prescindir de um processo participativo, construído de forma colaborativa. Neste sentido a prática da gestão participativa deve ser a tônica na implementação de políticas que atendam, de forma equitativa, à educação dos povos do campo na sua diversidade social, econômica e cultural.

No bojo da gestão de políticas, compreendemos que uma proposta de Educação do Campo para se caracterizar de forma democrática exige o envolvimento dos diversos atores sociais do campo e que seja sustentada pela democratização dos espaços locais, o que tem respaldo no que afirma Santos (2007. p.62), ao considerar a “[...] democracia como a substituição das relações de poder

por relações de autoridade partilhada”, o que pressupõe uma participação ativa dos cidadãos no conjunto dos processos decisórios que dizem respeito à sua vida cotidiana, sejam eles vinculados ao poder do Estado ou a processos interativos nos demais espaços estruturais nos quais estamos todos inseridos.

Neste sentido, a participação assume a forma de um instrumento de fortalecimento da sociedade civil. Para isso, é preciso que haja um engajamento nas decisões, um consenso entre os diversos grupos, categorias constituindo um processo de interação. Assim, se desenha um processo democrático e participativo de gestão.

Importa reafirmar que, a gestão democrática e participativa da educação encontra fundamentos na Constituição Federal de 1988, cujo artigo 37 preconiza os princípios básicos que norteiam e regulam a administração pública, que são: a legalidade, a impessoalidade, a moralidade, a publicidade e a eficiência. (BRASIL, 1988) Princípios que explicitam que, na gestão pública, deve haver transparência nas ações, o diálogo como princípio das relações, a justiça como parâmetro de equidade e a competência técnica como exigência no cumprimento do serviço público. Estes constituem elementos centrais para a conquista da cidadania democrática. (PAULA, 2005)

Amparada por esses princípios constitucionais definidos para a administração das políticas públicas, a sociedade civil, por meio das organizações sociais, defende a garantia do direito à educação para todos como premissa básica para a conquista da democracia no país.

O princípio da gestão democrática se desdobra em instrumentos legais que referendam uma gestão que contemple essas dimensões, a exemplo da Constituição de 1988 que, no artigo 206⁷ define a gestão democrática como princípio. No campo educacional, a gestão democrática é retomada pela LDBEN 9.394/96⁸. Soma-se a esta temática as metas do PNE, Lei nº 13.005/2014⁹, que reafirma, no artigo 2, o

⁷ 9 [1] Constituição da Federal de 1988, art. 206 – O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios: [...] VI – gestão democrática do ensino público, na forma da lei; [...].

⁸ 10 [2] Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei nº 9.394/96 - Art. 3º. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios: [...] VIII - gestão democrática do ensino público, na forma desta Lei e da legislação dos sistemas de ensino e no Art. 14º. Os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios: [...].

⁹ 11 PNE 2014-2015 – Lei nº 13.005/2014. Art. 2º São diretrizes do PNE, [...] VI – promoção do princípio da gestão democrática da educação pública; [...].

compromisso do plano decenal com a promoção deste princípio na educação pública.

Contribuindo com essa afirmativa Arroyo defende que a gestão democrática é a possibilidade de construção coletiva da autonomia e da cidadania e que objetiva superar as “[...] tradicionais formas privatistas e patrimonialistas do controle do poder na sociedade, no Estado, nas formulações de políticas e na gestão de instituições”. É uma gestão que se pauta na tomada de decisão de forma coletiva e com base em princípios e valores éticos que desafiam a alteração nas estruturas de poder que, por vezes, se reproduzem nos sistemas educacionais como instrumentos de manutenção de estruturas rígidas e injustas cristalizadas e não o seu rompimento. (ARROYO, 2008, p 40)

Nessa perspectiva, vale destacar que, nos limitamos, nesta discussão, a duas modalidades de gestão presentes nas práticas gestoras contemporâneas: a gestão estratégica e a gestão social. Conforme afirma Tenório (1998), citado por Oliveira (2009), a gestão estratégica tem como fundamento a razão instrumental, o que implica numa gestão que prima pela crença de que só é possível realizar algo guiado pela forma instrumental, lógica Taylorista que sustentou o surgimento do conceito de administração instrumental. É uma gestão voltada para o êxito, com referência de aplicação consolidada em empresa, no mercado e busca alinhamento entre os meios e os fins. A ênfase nos meios e a prioridade no produto, no resultado, potencializam estratégias para afastar os obstáculos ou impulsionar os meios, incluindo as pessoas, que, neste modelo, são vistas como meios. Neste sentido, é a razão instrumental que orienta a ação.

A gestão social, segundo o mesmo autor, tem como premissa a razão comunicativa, o diálogo, a interação social, é o exercício do diálogo como princípio na condução dos embates e conflitos amparados na linguagem nas relações entre estado e sociedade. Nesta perspectiva, as decisões são compartilhadas e os participantes são protagonistas e ocorre em qualquer tipo de sistema social. O foco passa a ser o processo, os atores e sua efetiva participação. Portanto, há corresponsabilidade nas decisões (TENÓRIO, 1998).

Neste sentido, a Educação do Campo, por ter se constituído a partir do protagonismo dos seus povos, no bojo das mobilizações sociais, na luta pela garantia de direitos, incorpora e defende a legitimidade da participação efetiva dos

povos do campo e suas organizações na elaboração, implementação, acompanhamento e controle social das políticas públicas educacionais.

A perspectiva da gestão, no contexto que tratamos, se aproxima da administração pública societal, que, conforme Paula (2005), surge como reivindicação dos movimentos sociais com desdobramentos nas décadas de 1970, 1980 e 1990. Contudo, este modelo de administração se resume a experiências pontuais e localizadas, ainda não foi institucionalizada ou consolidada no sistema público, visto que a administração, nessa perspectiva, exige uma reestruturação no aparelho e na forma de gerir o estado brasileiro (PAULA, 2005). Pressupõe assim, no que se refere aos processos de construção da Educação do Campo, que o conceito de participação preconizado por Habermas se aproxima do que julgamos expressar a participação dos povos do campo nessa trajetória histórica. Para o autor, a participação pressupõe consciência e compreensão do que está sendo envolvido, ou seja, a liberdade de escolha por sua livre vontade e decisão, bem como o benefício que essa participação traz, tanto para a comunidade quanto para o poder público, para o gestor, enfim, o processo de aprendizado que resulta desse encontro, da gestão partilhada dos desafios e avanços conquistados. (TENÓRIO, 2005)

Na perspectiva de gestão da Educação do Campo, consideramos necessária a aproximação do modelo de gestão social defendido por Habermas que é o caminho de construção com base na capacidade de dialogar, interagir, possibilitar o confronto e a busca do consenso, a partir desta ação gestora compartilhada. Nesta perspectiva, há uma corresponsabilidade com as decisões tomadas e deliberadas no consenso coletivo. Visto que, esta perspectiva envolve os diferentes atores sociais beneficiados pelas ações gerenciais, num equilíbrio de forças e como contempla as aspirações, necessidades, compreensões do mundo desses sujeitos, possibilita o desenvolvimento do protagonismo cidadão, que pode ter desdobramento em práticas coletivas, conquista da cidadania deliberativa. (TENÓRIO, 2005)

Para compreender mais profundamente a gestão, na vertente societal, assim denominada por Paula (2005), trazemos referências da sua pesquisa que apresentam e explicam as dimensões essenciais de um modelo de administração pública societal classificadas como: “Nova visão do desenvolvimento; Concepção participativa e deliberativa e a gestão social; Reinvenção político-institucional; Novo tipo de gestor público”. (PAULA, 2005)

Segundo a autora, essas dimensões trazem em si um redimensionamento nas relações estado/sociedade no sentido de potencializar e reorganizar o ambiente institucional para novas formas de gestão, em que o estado não atua isoladamente, mas de forma colaborativa com diversos atores e organismos sociais e com inovações nos formatos institucionais.

Assim, com relação à nova visão de desenvolvimento, é a aposta na capacidade produtiva e criativa da população envolvida no processo de gestão, isto é, os sujeitos sociais com estímulo à sua participação, o que pode resultar em boas alternativas para ampliação de recursos e efetiva melhoria das condições materiais e humanas das comunidades envolvidas. (PAULA, 2005)

Com relação à concepção de gestão, a autora defende que ser participativa e deliberativa se constitui em elementos propulsores da gestão social no sentido de possibilitar o protagonismo com autonomia dos grupos sociais na defesa dos interesses coletivos, pautados no diálogo com as esferas públicas. (PAULA, 2005)

Com relação à reinvenção político institucional, Paula (2005) busca reconfigurar o ambiente estatal e materializar a ideia de criação e organização de mecanismos legais para possibilitar esta relação estado/sociedade. É a criação de instâncias institucionais para a interlocução em que serão discutidas e negociadas questões de interesse da sociedade/coletivo representada. Essas instâncias vêm se configurando em fóruns, conselhos de políticas, espaços de confronto e defesa de ideias e práticas que vão se concretizar na elaboração e execução de políticas que respondam as necessidades específicas dos segmentos sociais. (PAULA, 2005)

Por fim, ao apontar o novo tipo de gestor público, o perfil profissional do gestor capaz de atuar neste novo cenário e com condições de exercer as funções que exigem uma ampliação no olhar, na organização e na coordenação da gestão. A autora enfatiza que os gestores “[...] deverão analisar criticamente as condições econômicas, culturais e políticas das populações e comunidades que atuam [...]”. Ressalta, ainda, que o perfil profissional deste gestor é “[...] tecnopolítico [...] com habilidades apuradas de negociação para transitar entre o gerencial e político em contextos democráticos e de participação comunitária [...]”. (PAULA, 2005. p.4)

Traduzindo para nosso escopo de pesquisa, a gestão da Educação do Campo, consideramos válido recorrer ao pensamento desta autora quando apresenta um trajeto teórico que descreve as dimensões da gestão como:

1) a dimensão econômico-financeira, que se relaciona com os problemas do âmbito das finanças públicas e investimentos estatais, envolvendo questões de natureza fiscal, tributária e monetária; 2) a dimensão institucional-administrativa, que abrange os problemas de organização e articulação dos órgãos que compõem o aparato estatal, como as dificuldades de planejamento, direção e controle das ações estatais, e a questão da profissionalização dos servidores públicos para o desempenho de suas funções; 3) a dimensão sociopolítica, que compreende problemas situados no âmago das relações entre o Estado e a sociedade, envolvendo os direitos dos cidadãos e sua participação na gestão. (PAULA, 2005. p.4)

Os elementos apresentados pela autora auxiliam na discussão sobre formas de gestão que contemplam as especificidades da Educação do Campo. As dimensões trazidas por Paula como a dimensão econômica, a da organização institucional, a da formação profissional, a da relação entre poder público e movimentos sociais, constituem questões a serem discutidas e resolvidas no âmbito da gestão da política de Educação do Campo.

De acordo com Tenório (2005), a gestão social é um caminho que vem sendo trilhada nos setores públicos com a adoção de práticas que possibilitem o diálogo constante, a criação de espaços de interação e interlocução para se construir políticas públicas, a partir das demandas reais e das possibilidades concretas identificadas e deliberadas nesta construção coletiva. É uma tarefa complexa, desafiadora e em processo de construção, o que prioriza o aprendizado tanto para os gestores públicos quanto para os diversos movimentos e organismos sociais na condução da gestão, enquanto prática democrática e cidadã.

Este percurso de estudos sobre gestão nos aponta que não é possível discutir políticas públicas e gestão da educação sem nos atentarmos para os papéis exigidos para um gestor público, na contemporaneidade, e ainda, o seu desempenho na perspectiva de uma gestão centrada na participação e na construção compartilhada.

Como já afirmado, anteriormente, a sociedade passou por transformações, conquistas sociais que trazem como exigência um novo olhar para a gestão pública, a necessidade de construção e implementação de políticas públicas pautadas no reconhecimento e no atendimento das necessidades sociais dos diversos sujeitos portadores de direitos, de identidades, histórias, relações, necessidades, demandas, experiências e projetos de futuro (CENPEC, 2009). Portanto, a lógica e a ação gestora tem de ser exercitada na perspectiva de responder, como traz o relatório do Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária e

Pesquisas (CENPEC): “[...] ao projeto de desenvolvimento local, à autonomia dos serviços, à integração das ações públicas e ao controle público”. (CENPEC, 2009)

Assim, espera-se que o gestor público seja um articulador, um estimulador e coordenador de políticas e que, na sua prática, possa reunir atributos capazes de assegurar e estimular a participação dos segmentos sociais envolvidos, estabelecer relações de diálogo e de corresponsabilidade nas decisões, em substituição às tradicionais relações centralizadas e hierarquizadas, que possua e desenvolva conhecimentos sobre a política pública e estratégias de execução; que proponha, elabore e desenvolva ações conectadas com os sujeitos e organizações sociais vinculadas à política educacional, que valorize e possibilite a circulação do conhecimento e da informação (CENPEC, 2009).

2.3 Aspectos metodológicos e pesquisa de campo

Para compreender a dinâmica da gestão da Educação do Campo, na CEC, foi realizada pesquisa nos documentos e dados oficiais sobre a Educação do Campo, e entrevistas com os protagonistas do caso, são eles: a Superintendente de Educação Básica, uma ex-coordenadora de Educação do Campo e um representante do Fórum Estadual de Educação do Campo. Estes são sujeitos que estão ou estiveram diretamente relacionados à gestão da política da Educação do Campo na Bahia.

A metodologia utilizada foi de natureza qualitativa com a ação centrada na observação e no contato direto e interativo com os atores. Foram utilizadas a entrevista e a pesquisa documental. O Quadro 6 apresenta o perfil dos sujeitos pesquisados e a sua inserção no universo analisado.

Quadro 6 - Perfil acadêmico e profissional dos entrevistados

Entrevistado	Formação	Tempo de atuação na função	Referência na pesquisa
Superintendente da SUDEB	Graduação em Ciências Sociais. Especialização em Antropologia. Mestrado em História Social.	De 2011 a final de 2014.	G1
Ex-coordenadora da CEC	Pedagogia com Habilitação em Educação Infantil.	2001 a 2005 ¹⁰ Fundescola/Coordenação do Programa	G2

¹⁰ O Fundo de Fortalecimento da Escola (Fundescola) era um programa do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE/MEC), com a interface das secretarias estaduais e municipais

	Licenciatura em História Mestrado em Educação e Políticas Públicas	Escola Ativa (classes multisseriada). 2007 a 2010 na CEC na função de técnico. Dois anos na função de Coordenadora/CEC 2010 a 2013.	
Secretária do FEEC BA	Licenciatura em Letras. Especialização em Metodologia e Prática de Ensino em Língua Portuguesa. Mestrado em Desenvolvimento e Gestão Social pela UFBA.	Há 04 anos faz parte da RESAB-BA e do FEEC na condição de Secretária Geral (2011 a 2015). Há 10 anos atua como gestora de uma Escola Família Agrícola (2005 a 2015). Atua como formadora do curso de formação para professores do Campo dos Municípios que fazem parte do Território Bacia do Jacuípe (2010 a 2015).	G3

Fonte: Elaboração própria a partir das informações coletadas nas entrevistas realizadas com os gestores no percurso da pesquisa. (2015)

Lançamos mão também da análise das ações e projetos desenvolvidos pela Coordenação de Educação do Campo, nos anos de 2013 e 2014, para compreender a dinâmica da ação da coordenação, como vem ocorrendo a implementação das ações na gestão da política e quais os resultados observados no desenvolvimento dessas ações. A intenção é que estes dados subsidiem as análises e conclusões acerca da gestão da Educação do Campo na SEC/Coordenação de Educação do Campo.

Para tanto, buscamos subsídios no diálogo com alguns protagonistas. Realizamos entrevistas com um gestor responsável pelas ações da Educação do Campo na SEC: a Superintendente de Educação Básica. Este é um ator responsável pela coordenação das ações para a educação básica, responsável pelo diálogo com os gestores de todos os programas e ações da SEC, inclusive aqueles que atendem aos povos do Campo. Na função de Superintendente, este ator também responde

de Educação das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste e financiamento proveniente do Banco Mundial (BIRD). Tinha como objetivo promover um conjunto de ações para a melhoria da qualidade das escolas do ensino fundamental, ampliando a permanência das crianças nas escolas públicas, assim como a escolaridade nessas regiões do país. Dentre os produtos que integrava o Fundescola estava o Programa Escola Ativa, que é voltado para o atendimento específico para as escolas/classes com organização multissérie, composto da formação do professor, material didático específico e acompanhamento técnico pedagógico. (MEC/FNDE, 2009)

pela elaboração e execução da política curricular para a educação básica, instância à qual a Coordenação de Educação do Campo está vinculada.

Também foi entrevistada uma profissional que já desempenhou a função de gestora da CEC no período de 2010 a 2013. A experiência acumulada por esta pessoa no exercício da gestão da Educação do Campo no Estado da Bahia contribuiu com as nossas reflexões, visto que se trata de uma profissional que também cursou o mestrado em Educação do Campo no período em que esteve à frente da gestão da CEC. Consideramos necessária também a participação de representantes de movimentos sociais, sindicais e entidades vinculadas a Educação do Campo, neste sentido, entrevistamos um representante do Fórum Estadual de Educação do Campo, instância que congrega os movimentos e entidades do campo.

No desenvolvimento da pesquisa, oferecemos um roteiro de questões previamente elaboradas e centradas nos pontos discutidos acerca da gestão da política. O roteiro foi composto de três blocos. No primeiro foi abordado o perfil acadêmico e profissional, a identificação dos entrevistados e sua vinculação com a questão estudada. No segundo, que discorria sobre a gestão da política de Educação do Campo, havia questões que objetivaram coletar informações que pudessem subsidiar a compreensão dos limites e possibilidades apresentados por esses protagonistas na gestão da CEC. Já o bloco 3, que tratava da articulação da política com questões voltadas para o entendimento acerca do atendimento e das formas de articulação interinstitucional, abrangia questões cujo propósito era coletar informações, frutos da experiência profissional dos três atores com a gestão da política de Educação do Campo. As entrevistas foram gravadas em áudio, e cada uma teve duração aproximada de uma hora e trinta minutos, cada entrevista foi transcrita para melhor análise das informações fornecidas.

A interlocução com os atores da política, por meio das entrevistas, bem como a análise dos resultados da pesquisa documental, nos forneceram subsídios para o entendimento dos entraves na execução da política de Educação do Campo no âmbito da SEC/CEC, o que nos possibilitou, a partir dos elementos apontados e estudados neste trabalho, desenhar um plano de intervenção capaz de contribuir com a gestão da Educação do Campo na Bahia.

2.4 Apresentação e análise dos dados

Nesta seção, analisamos, com base nos dados apurados nas pesquisas documentais e nas entrevistas com representantes da Superintendência de Desenvolvimento da Educação Básica e do Fórum Estadual de Educação do Campo e com a ex-Coordenadora de Educação do Campo as dificuldades enfrentadas pela Secretaria Estadual de Educação da Bahia para articular as ações direcionadas para a Educação do Campo. Para tanto, o foco das reflexões recai sobre três pontos específicos: a forma como vem sendo gestada a Educação do Campo pela CEC; a descentralização da gestão, considerando como espaço gerencial a CEC no contexto da SUDEB; e a integração entre os diferentes setores da SEC envolvidos com a Educação do Campo e a articulação da CEC com os setores externos, mas que se constituem instâncias vinculadas às políticas para as populações do campo, portanto estão vinculadas à Educação do Campo, como as outras secretarias de estado, universidades públicas, as entidades de representação das secretarias municipais de educação, conselhos, bem como as instâncias de interlocução com os movimentos e organismos sociais e sindicais do campo.

O objetivo é compreender como a SEC se organiza para responder ao desafio de gerenciar a política por meio da CEC, quais desafios e possibilidades são identificados nessa instância, e em que medida, a gestão que vem sendo desenvolvida favorece a implementação das ações educacionais às populações do campo.

2.4.1 A gestão da política pela CEC

Na última década, tem se intensificado o movimento de reconhecimento da Educação do Campo como política do Estado da Bahia, conforme descrevemos ao longo deste trabalho. São avanços, no âmbito legal, desta especificidade educacional com a criação e organização de uma instância específica para a condução da política, tanto no que se refere à implementação da política nacional quanto na construção da Educação do Campo no âmbito do Estado. A Coordenação de Educação do Campo é objeto de estudo desta pesquisa, assim como a sua dinâmica de gestão, aspecto analisado nesta seção, com o intuito de responder

como vem sendo desenvolvida a gestão da política pela CEC, instância legítima de operacionalização das ações da Educação do Campo na Secretaria da Educação.

Iniciamos nossa análise ressaltando o que confirmamos de imediato na implementação da política: existem dois movimentos distintos que precisam ser analisados, são eles: o movimento interno da SUDEB, por meio da CEC, para a construção de ações efetivas como a garantia da oferta, a formação de professores, a construção de instrumentos para legitimar essa modalidade no Estado, o apoio às escolas multisseriadas e o atendimento parcial das demandas apresentadas pelos movimentos e organismos sociais. Existe, também, um segundo movimento da CEC, que é o de buscar se integrar e ser “ouvida e atendida” nos diversos setores da SEC.

O movimento de gestão da CEC é isolado do conjunto da SEC, e mesmo na instância da SUDEB, encontra obstáculos para se integrar no corpo da gestão. É o que afirma G1 quando declara que a estrutura é compartimentada e que há problemas dentro da SUDEB para fazer a conexão entre os diversos programas e projetos no âmbito da superintendência.

[...] Então, eu acho que há um desnível, há dentro da secretaria, dentro da superintendência. Dentro da coordenação há uma articulação de preposições, claro que tem problemas dentro da coordenação em vários sentidos. Problema pessoal, problema de formação inclusive, desse pessoal para lidar com as demandas. Têm também problemas dentro da superintendência para fazer esse link, essa articulação, que ainda é compartimentada. A gente não consegue unificar isso, mesmo com o PAIP [Projeto de Monitoramento, Acompanhamento, Avaliação e Intervenção Pedagógica], que é o projeto onde as ações de gestão pedagógica devem estar articuladas. Então o problema maior é esse descompasso de andar, o andar de baixo com o andar de cima [...]. (G1. Entrevista concedida em 28 de setembro de 2015).

Conforme afirma a G1, há um programa na SEC que tem o propósito de articular as diversas ações pedagógicas, o Projeto de Monitoramento, Acompanhamento, Avaliação e Intervenção Pedagógica (PAIP), descrito como ação estruturante da SEC, no capítulo 1 desta dissertação, mas isso ainda não ocorre, ao que ela atribui o descompasso que há entre as ações da SUDEB e o Gabinete do Secretário – instância de decisões políticas que afetam diretamente a condução pedagógica, na elaboração e implementação da política curricular.

Compreendemos, no relato da G1, que este “descompasso entre o andar de baixo e o andar de cima” refere-se aos limites que, segundo Paes de Paula (2005) há dentro de uma administração pública no estilo gerencial com característica de

concentração do poder decisório, de estratificação nas dimensões estruturais da gestão.

Entretanto, de acordo com a G2, a CEC, atualmente, tem mais clareza do seu papel na gestão da Educação do Campo. Antes, havia um movimento muito interno para entendimento da política, mas isso tem se fortalecido nos últimos anos, a partir de 2007. Segundo seu depoimento, há uma aceitação da identidade dos povos do campo dentro da SEC, embora, ainda, apresente muitas dificuldades no entendimento, nos procedimentos didáticos metodológicos e políticos, enfim, na condução dos processos para atendimento, respeitando a especificidade dos sujeitos e seus contextos diversos. A G 2 ao responder como avalia a gestão da Educação do Campo na SEC, afirma:

[...] Hoje ela já tem uma clareza maior que antes. Antes foi um movimento interno da secretaria para o entendimento dos sujeitos que estavam lá. Hoje já se pensa na política de forma mais segura, mais definida, com parceiros internos e externos mais fortalecidos. Isso, a partir de 2007. Foi um movimento de aceitação da identidade dos povos do campo e das escolas do campo dentro da própria estrutura da secretaria. A secretaria ainda tem algumas dificuldades de entender essa identidade e os procedimentos didáticos, metodológicos, políticos, até chegar ao chão da sala de aula. Reconhecer esses sujeitos, reconhecer que a matriz pedagógica dessas escolas precisa de alterações significativas que atenda a especificidades dessas populações [...] (G2. Entrevista concedida em 30 de setembro de 2015).

É interessante verificar, na afirmativa de G2, uma descrição semelhante ao que é apresentado no capítulo 1 como dificuldades e desafios na gestão da CEC. Este fato reafirma a persistência dos problemas na condução da gestão e a necessidade de estudo no sentido de buscar alternativas para esses entraves administrativos. A esse respeito G1 declara que

[...] Existiu uma interlocução muito interessante, exatamente porque a SUDEB buscou romper as caixas. Esse foi um princípio inicial quando a gente assumiu a gestão, em 2011, que foi romper com as caixinhas da diretoria, educação e suas modalidades, diretoria da educação básica aqui e a diretoria de projetos especiais aqui. A gente tentou romper com isso trazendo e construindo esse projeto de acompanhamento que estaríamos todos lá. Foi uma dificuldade enorme porque a gente não conseguiu fazer com que todo mundo fosse para dentro do PAIP, porque não podia mesmo, pois as especificidades existem e a gente tinha que entender isso. Foi um aprendizado muito grande de entender que não dá pra desarticular a coordenação da educação do campo, indígena, mas, por outro lado, como era que a gente fazia esse diálogo? (G1. Entrevista concedida em 30 de setembro de 2015)

Conclui-se, portanto que, entre os gestores, há clareza quanto aos entraves que a CEC encontra para promover essa articulação interna e que algumas iniciativas neste sentido têm sido adotadas, a exemplo do PAIP, que é um programa de gestão com objetivo de articular os diferentes setores da SEC para a confluência das ações de melhoria do processo ensino e aprendizagem na Rede Estadual. Contudo, ressalta-se que, a estrutura atual não possibilita a integração. Fica evidente nos depoimentos dos entrevistados que eles compreendem a ausência de integração e têm clareza do prejuízo que essa desarticulação causa à condução da política de Educação do Campo. Ficou evidente também que as iniciativas de interação entre os setores para atendimento da política são tomadas isoladamente, a partir de um ou outro gestor, e não do conjunto da superintendência, enquanto definição política, pedagógica com respaldo das estruturas macro da SEC. É o que confirma G1, quando questionada se considera que a CEC com a estrutura atual consegue gerenciar e atender às demandas da Educação do Campo do Estado da Bahia:

[...] Falta muito. O que salva a coordenação é que têm ativistas lá dentro. São educadores que são ativistas. Militantes da Educação do Campo. E isso faz uma grande diferença. Agora, eu não tenho dúvidas, para que a Educação do Campo tenha um papel importante de fato, que possa ser desenvolvido ações realmente efetivas para sua institucionalização, a gente tem que pensar em uma mudança na sua coordenação, em uma ampliação, em uma robustez que ela precisa para fazer o processo andar (G1. Entrevista concedida em 30 de setembro de 2015).

Analisando essa estrutura da CEC, G2 é mais enfática ainda trazendo outros elementos que ilustram a ausência de autonomia, a fragilidade política e administrativa da Coordenação e os efeitos desses limites na esfera da gestão das ações da política, quando questionada se a CEC com a estrutura que possui consegue gerenciar a Educação do Campo:

[...] Não tem condições nem ontem nem hoje. A gente depende sempre de outros setores para resolver questões que a coordenação acha que é simples, mas quando passa para um setor jurídico, financeiro ele emperra, porque a coordenação não tem força política interna, só externa. Então a coordenação do campo tinha que não pertencer a uma superintendência pedagógica. Hoje eu tenho uma clareza pela experiência que passamos de que nós precisávamos estar “ligados” em uma estrutura maior e que a gente tivesse acesso direto aos outros processos, por exemplo, se a gente tem um repasse para as escolas família agrícola, é um sofrimento para a coordenação e também para os sujeitos que esperam por esse recurso. E se a coordenação do campo tivesse uma estrutura maior, mais elástica, não passaria por tantas “mesas”. Hoje a gente depende de “n” assinaturas para poder chegar a uma ação de fato. A gente leva um ano inteiro e não

consegue executar um planejamento [...]. (G2. Entrevista concedida em 28 de setembro de 2015).

Avançando no entendimento da ausência de definições políticas e de autonomia da CEC nas decisões e na implementação da política de Educação do Campo, reafirmamos essa tônica também pela resposta de G3, quando questionada como avalia a gestão da Educação do Campo na SEC.

O Fórum como um todo tem feito algumas reflexões sobre esse tema. Considera que apesar de ser uma demanda que vem dos Movimentos Sociais, que têm o FEEC como seu representante legítimo, ela não cumpriu o papel que se esperava. As pessoas que assumem a coordenação não têm a autonomia e a força política necessária para atender às demandas da Educação do Campo do nosso Estado. Apesar de constituída para ser um importante espaço de articulação, não conseguiu assegurar e acompanhar as demandas da Educação do Campo, conforme os princípios da mesma, já estabelecidos na Legislação do País. (G3. Entrevista concedida em 26 de setembro de 2015).

Na opinião de G3, faltam autonomia e decisão política na CEC para atender às demandas da educação do campo, e, embora esta seja uma instância constituída para avançar enquanto espaço de articulação e de execução da política, não conseguiu assegurar o atendimento e o acompanhamento das demandas da educação do campo, conforme as atribuições da CEC, estabelecidos no PEE (2006) e nos instrumentos legais que respaldam a política de Educação do Campo.

Essa afirmativa da G3 traduz a ressonância das dificuldades internas da gestão nos desdobramentos das ações junto aos movimentos sociais. Embora haja um reconhecimento da importância da CEC enquanto instância de articulação e execução da política, há uma opinião explícita das fragilidades na condução do processo de implementação da política em consonância com o que está estabelecido legalmente e que integra o universo de demandas dos povos do campo.

Aprofundando essa discussão no seio da gestão da CEC, vale refletir sobre o lugar da Educação do Campo na estrutura da SEC, enquanto localização, numa superintendência de currículo, o que, segundo G2, limita sua ação, considerando a complexidade de sua natureza, não apenas pedagógica, mas imersa em outras dimensões presentes num projeto educativo complexo como vimos compreendendo se tratar da educação das populações do campo.

[...] Pensamos em ações, dialogamos com o sujeito e a gente não consegue executar, porque temos que passar por várias mesas que a coordenação não tem autonomia, não tem o mínimo de condições políticas para avançar no fazer dela. E ela não é pedagógica apenas, ela é política, é financeira, é de formação do sujeito, ela tem várias dimensões organizativas. Então, por que ela está ligada à superintendência de currículo? Ela não trabalha com currículo, apesar da centralidade da educação do campo precisa também do currículo, mas tem outras questões maiores, por exemplo, a própria existência de escola, a própria existência de uma estrutura de transporte que garanta o sujeito estudar em um lugar mais próximo da sua casa. E a coordenação do campo não tem estrutura para trabalhar nem as escolas, imagina centralizar no currículo apenas e não ter escola. E não ter professor. Não ter formação para esse sujeito. Não ter um transporte digno e que atenda à especificidade do campo. Então, são várias dimensões organizativas que a coordenação do campo não tem domínio, nem condições para executar [...] (G2. Entrevista concedida em 28 de setembro de 2015).

Lück (2009) defende no artigo *A evolução da gestão Educacional, a partir de mudança paradigmática*, que a desarticulação é um caminho para o fracasso na gestão da educação quando afirma que

Qualquer ação isolada tem demonstrado resultar em mero paliativo aos problemas enfrentados, e a falta de articulação entre eles explicaria casos de fracasso e falta de eficácia na efetivação de esforços e despesas para melhorar o ensino, dispendidos pelos sistemas de ensino. (LÜCK, 2009. p. 1)

A afirmação de Lück (2009) reflete o que se percebe na ação da CEC, no sentido de agir no isolamento, no esforço sobre-humano de tentar preencher as lacunas de demandas que não serão conformadas de forma isolada, dependendo apenas de um setor.

Constata-se, ainda, em especial na fala de G1 que a estrutura de gestão da SEC é compartimentada e possui uma dinâmica de funcionamento que não tem clareza do trato que deve ser dado aos níveis e modalidades da educação. Traz, como exemplo, as iniciativas ocorridas, no interior da SUDEB, visando articular os diversos setores da própria superintendência e não conseguiu.

[.....] Então o que mais marcou a minha vivência na gestão da educação básica foi trabalhar com essas duas pontas, que na verdade pra mim, deveriam ser pensadas de uma maneira articulada e que dentro da estrutura da educação do Estado, elas são partilhadas, elas não se integram. E que isso já é um problema, do ponto de vista da organização da oferta de educação básica, porque a gente tem um problema sério quando a gente reparte isso, e são, digamos assim, a educação universal, a oferta mais universal e essas outras são ofertas que envolvem um procedimento e uma disputa interna maior [...]. (G1. Entrevista concedida em 28 de setembro de 2015).

Na opinião desta gestora, há questões de disputa interna entre níveis e modalidades e o lugar do atendimento das modalidades. Em sua opinião, a estrutura administrativa reforça a disputa interna, no qual se configura, de um lado, os setores que cuidam dos níveis de ensino e, de outro, as modalidades de ensino. Acrescenta, ainda, que não há clareza da SEC no trato da especificidade, ao que atribui como ausência de entendimento dos gestores e da instituição, que não contempla, nos seus procedimentos, mecanismos e posturas dessa especificidade educacional.

Neste sentido, é justo dialogar com a reflexão de Arroyo (2011), quando se refere aos grupos coletivos que são desiguais. Ele interroga como estão sendo tratados esses desiguais na gestão das políticas.

Se pretendemos avançar na compreensão das políticas, de sua gestão e análise, teremos de aprofundar como esses coletivos sociais têm sido pensados na história de nossa formação política e cultural. Caberia a pergunta: têm sido pensados como desiguais? Ou as formas de pensá-los e colocá-los têm sido muito mais radicais e mais inferiorizantes? (ARROYO, 2011. p.87)

Arroyo aprofunda esta análise, na medida em que, amplia o olhar para questões que estão no bojo da discussão no âmbito da Educação do Campo. Faz-se necessário compreender que assumir e gestar a implementação da Educação do Campo na perspectiva apontada por G1 perpassa pela observação deste aspecto no seio da instituição. Como esses coletivos são vistos, tratados, percebidos, entendidos? Enquanto sujeitos portadores de direitos à educação que responda às suas necessidades específicas ou a processos educativos que deem conta da escolarização na perspectiva universal?

Analisando as condições da gestão da CEC, um aspecto é ressaltado pelas entrevistadas G1 e G2 e se refere ao quadro de pessoal. Há ausência de formação da equipe para lidar com a gestão e com a especificidade das demandas de Educação do Campo, o que limita a implementação da política.

No contexto da gestão da Educação do Campo, vimos a necessidade de investimento nas condições básicas de gestão para fazer a Educação do Campo avançar, o que exige como premissa um quadro de profissionais com formação na área, e que estes contem com processos formativos que favoreçam a ação gerencial e pedagógica da Educação do Campo.

Em relação a este ponto, os entrevistados foram unânimes em afirmar que há, na CEC, um quadro de militantes, defensores da Educação do Campo. Contudo, no quadro de profissionais, não há funcionários com formação específica em Educação do Campo ou gestão pública. Outras questões apontadas pelas entrevistadas ampliam este quadro de dificuldades gerenciais, como: a ausência de autonomia, o descompasso entre a CEC e os demais setores da SUDEB e a indefinição da estrutura macro da SEC quanto à implementação da política. Neste sentido, G3, quando indagada sobre qual seria a estrutura ideal da CEC para o melhor gerenciamento da política de Educação do Campo destaca que em primeiro lugar

[...] a Instituição de uma Política Pública de Educação do Campo, e em segundo, uma estrutura que fosse capaz de implementá-la contemplando os sujeitos do campo nas suas especificidades o que para isso seria necessária uma equipe técnica e pedagógica mais ampliada e com poder nas decisões políticas para responder à demanda da Educação do Campo no Estado da Bahia. Seria necessária, ainda, a regulamentação da Gestão da Educação do Campo na estrutura administrativa da Secretaria da Educação do Estado da Bahia, com dotação orçamentária condizente para atender às demandas e especificidades da Educação do Campo do Estado. (G3 Entrevista concedida em 26 de setembro de 2015)

Nessa perspectiva, compreendemos que o gestor da CEC precisa desenvolver ações e estratégias de formação e de fortalecimento da equipe de trabalho com a potencialização da dimensão pedagógica da CEC, uma vez que, a questão da descontextualização do currículo também é um desafio na Educação do Campo no Estado. Outras dimensões da gestão a serem desenvolvidas são os da responsabilização, do compromisso, da visão estratégica e da liderança, que devem ser exercidas junto aos parceiros da política. O desenvolvimento de habilidades como o poder de articulação, o domínio de conhecimentos e os procedimentos do gerenciamento e capacidade de mobilizar recursos e esforços também são fatores essenciais ao exercício da gestão.

Compreendemos, nesse sentido, que o desenvolvimento da gestão da CEC perpassa pelo processo formativo da equipe, pela ação compartilhada, resultante da capacidade de mobilização da SUDEB, no sentido de implantar e consolidar uma gestão que consiga articular os diversos setores que integram a SUDEB, e que são responsáveis pela oferta dos níveis e modalidades da educação básica. E, nessa perspectiva, a especificidade da Educação Básica do Campo. Este é um desafio que a SUDEB, imbuída da responsabilidade de promover uma educação

contextualizada, deve superar para produzir e viabilizar a operacionalização de orientações educacionais que atendam aos diferentes segmentos presentes na educação básica. Para tanto, a CEC deve estar revestida de condições para elaborar, executar e consolidar as ações pedagógicas específicas da política de Educação do Campo no exercício constante de articulação e alinhamento com os níveis e modalidades da educação básica e superior.

2.4.2 Descentralização da gestão

Ao analisar a dinâmica e os mecanismos utilizados na gestão da Educação do Campo, é possível confirmar, nas falas dos entrevistados, a forma descentralizada das ações para atendimento das ofertas educacionais para as populações do campo no interior da SEC, isto é, existe uma distribuição das ofertas, dos níveis e modalidades da educação em diferentes setores, conforme descrito no capítulo 1.

A mencionada descentralização se justifica pela complexidade que envolve a Educação do Campo, que abrange questões como a infraestrutura, a formação de profissionais, as diferentes ofertas que vão da educação infantil ao ensino profissional, o sistema de colaboração com os municípios e a perspectiva curricular integrada aos projetos de desenvolvimento local e regional.

[...] A Educação do Campo não é pedagógica apenas, ela é política, é financeira, é de formação do sujeito, ela tem várias dimensões organizativas. Então, por que ela está ligada à superintendência de currículo? Ela não trabalha com currículo, apesar de que a centralidade da educação do campo precisa também do currículo, mas tem outras questões maiores, por exemplo, a própria existência de escola, a própria existência de uma estrutura de transporte que garanta o sujeito estudar em um lugar mais próximo da sua casa, a formação para esse professor que atende a esse sujeito, a especificidade do Campo. São várias dimensões organizativas que a coordenação não tem domínio e nem condições para executar. (G2. Entrevista concedida em 30 de setembro de 2015)

Constatamos, no relato de G2, as limitações impostas à CEC em função da organização estrutural e administrativa da SEC. O relato nos leva a refletir como um Estado como o da Bahia, com um elevado contingente de estudantes do campo, portanto, com demanda significativa de implementação da política em consonância com os ordenamentos legais, não possibilita as condições básicas para execução da política. É um cenário que produz duas interpretações, presentes no mesmo ambiente: uma da CEC, consciente do seu papel e da necessidade emergencial do

atendimento do direito à especificidade da Educação do Campo, mas desprovida das condições essenciais para execução das ações da política, e uma segunda, da SEC, enquanto instância macro com os demais setores, ocupados com um atendimento que não considera essa diversidade, portanto, ainda dentro de uma visão de oferta da escolarização nos padrões da educação rural.

Com relação à oferta do Ensino Fundamental no Campo, a predominância da oferta está sob responsabilidade dos sistemas municipais, visto que, a grande concentração de Escolas do Campo são as pequenas escolas com oferta dos anos iniciais do Ensino Fundamental. Concentram-se, nesse contexto, as escolas e classes multisseriadas. Considerando que, a efetivação da política de Educação do Campo pressupõe um conjunto de diretrizes, orientações, mudanças estruturais e novo formato de gestão, a SEC por meio da CEC, tem a responsabilidade de apoiar técnica e pedagogicamente os municípios com o fortalecimento do regime de colaboração na implementação da Educação do Campo nos municípios, em especial, no atendimento ao Ensino Fundamental, cuja incumbência legal é dos sistemas municipais de ensino. Entretanto, o apoio aos municípios está sob a responsabilidade de outra instância da SEC: o Programa de Apoio à Educação Municipal (PROAM), que tem como principal atribuição: “[...] apoiar os municípios na organização dos seus processos pedagógicos e burocráticos no campo educacional”. (BAHIA, 2007)

O PROAM presta assistência aos municípios no atendimento da oferta do Ensino Fundamental e de outros programas que integram o regime de colaboração. Entendemos que, essa atribuição que envolve toda a política educacional deve estar localizada numa coordenação específica como o PROAM. Contudo, as especificidades educacionais exigem um tratamento diferenciado, no sentido de contemplar os fundamentos e concepções que estão imbuídos na política da Educação do Campo. Assim, o que acontece é que o PROAM dialoga e orienta os municípios nos “[...] seus processos pedagógicos e burocráticos no campo educacional”, mas, como não existe este diálogo interinstitucional com a CEC, não pauta sua ação de orientação contemplando as especificidades da Educação do Campo.

A forma de gestão do PROAM traz, na prática, consequências para a implementação da política, na medida em que sua ação com os municípios ocorre de forma isolada, o que deixa transparecer duas orientações distintas na SEC: uma

que não trata da especificidade, a exemplo da coordenação do PNAIC¹¹, realizada pelo PROAM, que atende às series iniciais do Ensino Fundamental no campo, e a outra orientação, que trabalha na perspectiva de implementar a política diferenciada, a exemplo do Programa Escola da Terra, coordenado pela CEC, destinado ao mesmo público e que possui uma orientação pautada nos princípios da Política Nacional de Educação do Campo. A esse respeito, G1 argumenta, em depoimento, que a SEC não entende o processo de inclusão da Educação do Campo, o que exige da SUDEB e da CEC esforço constante para pautar esta política no interior da instituição:

[...] Não há entendimento dentro da gestão da educação básica da secretaria de educação desse processo de inclusão da educação no campo. Então, se isso não está na cabeça de quem promove a gestão, a gente fica numa luta interna para que a política de educação do campo tenha uma posição de importância e de articulação [...] (G1. Entrevista concedida em 28 de setembro de 2015)

Ela também acrescenta a seguinte constatação:

Tem duas coisas que a gente tem que pensar na implementação dessa política. Uma coisa é o que é gestado dentro da superintendência de educação básica através da coordenação da educação do campo. Aí eu acho que a gente construiu ações efetivas de implementação de políticas de educação do campo através da garantia das ofertas, da multisseriada, da construção de escolas do campo, da formação de professores, de garantir uma estrutura, ou seja, de pensar na verdade, uma estrutura que pudesse garantir essa oferta. A outra coisa, é o que depende da gestão de outros setores dentro da Secretaria de Educação pra que a oferta, ela seja uma oferta de fato inclusiva, e que garanta o acesso e a permanência dos nossos estudantes. Então, acho que há um descompasso [...]. (G1. Entrevista concedida em 28 de setembro de 2015).

A fala da entrevistada reforça a postura desarticulada da gestão da SEC no que se refere à Educação do Campo, o que confirma a necessidade de repensar a gestão da política de forma articulada e integrada, visto que, como a educação do campo é tratada pela SEC fragiliza sua execução. Concluímos, então, retomando a afirmativa da G1, que é “[...] preciso vencer a separação que há entre os níveis e

¹¹ O Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC) uma iniciativa do MEC em parceria com estado e municípios, em regime de colaboração, cujo objetivo principal é promover a alfabetização de todas as crianças até os oito anos de idade. Na Bahia o referido programa incorporou “O Pacto com Municípios pela Alfabetização”, que tinha objetivos semelhantes com vistas a melhoria da educação básica nas escolas públicas estaduais e municipais da Bahia, tendo como foco os anos iniciais de escolaridade dos estudantes, o processo de alfabetização. (BAHIA, 2015).

modalidades e unificar um pensamento dentro da gestão, da educação, dentro da Secretaria da Educação”. (G1. Entrevista concedida em 30 de setembro de, 2015)

Discutindo a construção de uma concepção de gestão, Lück (2010) ressalta que, no contexto da educação, há uma superação do enfoque da administração para o de gestão, no sentido de avançar para um novo paradigma de gestão. Segundo a autora, enquanto a administração está voltada para os processos administrativos com uma concepção técnico-racional, a gestão se volta para as questões político-administrativas pautada nos princípios de participação, autonomia e responsabilidades. Nesta perspectiva, a autora apresenta algumas características que marcam a transposição de uma ótica limitada de gerenciamento para o que ela denomina: “[...] um nível mais complexo e significativo de ação”. Refletindo sobre o aspecto “Da ótica fragmentada para a ótica organizada pela visão de conjunto” (LÜCK, 2010) reflete sobre as dissociações que ocorrem no processo educacional e destaca:

[...] Em sistemas de ensino é possível identificar a existência de vários departamentos ou unidades de trabalho, cada um com seus focos de ação específicos, exercendo sua influência, de forma desarticulada [...] (LÜCK, 2010. p.67).

Continuando esta reflexão, retomamos a questão da oferta do Ensino Médio e da Educação Profissional para as populações do campo que é responsabilidade direta da SEC.

Quanto ao Ensino Médio, a demanda é atendida fora do contexto da CEC e da própria Educação do Campo. A predominância no atendimento do Ensino Médio no campo se dá por meio do Programa Ensino Médio com Intermediação Tecnológica (EMITEC) coordenado por uma instância específica, uma coordenação vinculada ao gabinete do secretário, ou seja, este é um exemplo de fragmentação de níveis e modalidades de ensino que foge às ações da CEC e recai a setores que não se pautam no atendimento das diferenças próprias da Educação do Campo.

Assim, algumas reflexões se fazem necessárias. A primeira refere-se ao modelo de educação oferecida no EMITEC, que é uma proposta urbana, descontextualizada do universo rural e distante da proposta pedagógica e curricular da Educação do Campo. Uma segunda reflexão diz respeito à ausência de um diálogo do EMITEC com a CEC, no sentido de adequar, redimensionar a proposta

curricular, considerando que é efetivamente essa proposta do Ensino Médio que está sendo desenvolvida para atender à educação dos adolescentes e jovens do campo.

Então, o que se apresenta, efetivamente, na Rede Estadual de Educação são duas formas diferenciadas de atendimento do Ensino Médio: de um lado o EMITEC, de acordo com a descrição já detalhada, e do outro, algumas poucas experiências de atendimento específico nas escolas da Rede Estadual vinculadas aos movimentos sociais, em especial o MST.

Com relação à Educação Profissional, a oferta é coordenada pela SUPROF como já descrito no capítulo 1, e segue a mesma dinâmica do EMITEC, no que se refere à ausência de diálogo com a CEC, sendo o diferencial, a proposta pedagógica, que se aproxima dos fundamentos e conceitos da política de Educação do Campo. Contudo, não está estabelecida a articulação entre a SUPROF e a SUDEB no que se refere a esta oferta e suas particularidades no sentido de integrar uma proposta para a Educação Profissional na perspectiva do atendimento articulado.

A esse respeito G2 expôs alguns questionamentos quando questionada se considera que a Coordenação de Educação do Campo, com a estrutura que possui, consegue gerenciar e atender às demandas da Educação do Campo do Estado da Bahia:

[...] Nós somos apenas uma caixinha isolada. E aí que eu digo que é um fazer solitário, porque não são os outros que buscam a educação do campo, a coordenação tem que ir atrás, tem que ir em busca de articulação. E nem sempre o sujeito quer e compreende a necessidade da coordenação do campo. Por exemplo, a formação da escolarização do sujeito da educação básica, a CEC lida com o que mesmo? A profissionalização desses sujeitos no ensino médio está tendo o diálogo com a educação do campo? Qual o distanciamento disso? Porque tem o ensino médio, e dentro do ensino médio tem o viés profissionalizante. Que profissionalização é esta, que não há um diálogo com a educação do campo? A educação básica fragmentada. A educação do campo tem o que hoje de 10 anos pra cá? Tem ações pontuais. Hoje a gente tem uma formação da escola da terra, por exemplo, que é o ensino fundamental I e que os sujeitos de lá não tem o diálogo dentro da secretaria de educação. Que diálogo tem a educação básica, ensino fundamental com a educação do campo no processo de formação dos professores nesse segmento? A coordenação do ensino superior é a entidade responsável pela formação dos professores com a educação do campo e não há articulação, não há um diálogo. (G2. Entrevista concedida em 30 de setembro de 2015).

Conforme verificamos, na fala de G2, a gestão da política de Educação do Campo não pode prescindir de uma rede de relações, de ações de complementariedade que envolvem diferentes setores da SEC e que ultrapassam suas instâncias gerenciais. É necessário, portanto, construir, implementar e monitorar no interior da SEC uma rede organizada e alinhada institucionalmente capaz de aglutinar e potencializar as ações para a Educação do Campo.

Neste sentido, concluímos com o que afirma Lück (2010), isto é: “As organizações e sistemas são formados por uma rede de relações de pessoas, ideias e ações de cuja articulação depende seu desenvolvimento e a realização de seus objetivos” (LÜCK, 2010. p.85).

2.4.3 Articulação interinstitucional: formas de integração e de diálogo externos

A Educação do Campo reconhece nos povos do campo sujeitos de direito. Esse é um princípio básico na constituição da política e como tal não há como pensar a gestão de seus processos sem considerar a efetiva participação dos seus sujeitos. Segundo Souza (2010) a gestão da Educação do Campo implica comprometimento com a “consolidação de processos educacionais mais participativos [...] conectados às demandas das comunidades, atribuindo novos sentidos à escola, à educação”. (Souza, 2010, p.08)

Este princípio reafirmado por Souza (2010) amplia nossa reflexão, visto que retoma a trajetória de efetivação de uma concepção de educação, de políticas públicas que contemplem a escolarização dos povos do campo na dimensão de um projeto de desenvolvimento. Compreende-se, assim, conforme destaca Hage (2007), que os sujeitos do campo são reconfigurados com referências de sociabilidade a partir de suas lutas e das dimensões humanas que vão conquistando: a luta pela conquista da terra, de territórios de pesca, florestas e a defesa de políticas de fortalecimento da produção de base familiar e garantia de direitos que possibilitem uma vida com dignidade. Esses construtos redimensionam identidades, configuram princípios da Educação do Campo, já conformados legalmente no Decreto 7352/2010, no seu artigo 2º:

I respeito à diversidade do campo em seus aspectos sociais, culturais, ambientais, políticos, econômicos, de gênero, geracional e de raça e etnia;

Il incentivo à formulação de projetos político-pedagógicos específicos para as escolas do campo, estimulando o desenvolvimento das unidades escolares como espaços públicos de investigação e articulação de experiências e estudos direcionados para o desenvolvimento social, economicamente justo e ambientalmente sustentável, em articulação com o mundo do trabalho. (BRASIL, 2010)

A gestão da Educação do Campo exige uma rede de articulação de diferentes áreas para atender às suas várias dimensões. São instâncias como as secretarias de estado, universidades públicas, entidades representativas da educação, bem como movimentos sociais e sindicais do campo. Neste sentido, faz-se necessário analisar como se dá esta articulação interinstitucional, quais formas de integração e de diálogo externos à SEC são adotados no processo de gestão pela SEC/CEC.

Nós temos uma relação muito profunda de articulação com a secretaria de agricultura, hoje secretaria de desenvolvimento rural (CDR) que é hoje o que desmembrava o diálogo mais profundo com as dimensões da produção de vida. Obviamente que a gente também dialogava com a [SEPROMI], que é a secretaria de promoção da igualdade racial, porque lá dentro da SEPROMI tinha as populações de fundos de pasto, tinha as comunidades tradicionais, porque na verdade a educação quilombola ela está no campo, e é um problema interno da secretaria essa separação (G1. Entrevista concedida em 28 de setembro de 2015).

A articulação com as demais Secretarias de Estado de que trata a G1 se dá também de forma pontual, considerando que embora esse diálogo seja mais intenso com a Secretaria de Desenvolvimento Rural (SDR), não existe uma institucionalização desse diálogo no sentido de organizar de forma coletiva a operacionalização das ações, o que poderia produzir a otimização de esforços humanos e financeiros nas instâncias de gestão, tanto da SEC como das outras secretarias que desenvolvem ações voltadas para as populações do campo.

Ainda sobre a articulação, G2 pontua diversos aspectos que precisam ser observados no processo de integração dessas políticas, considerando outros segmentos sociais.

Temos várias articulações como CONTAG, FETAG, as universidades, a UNDIME, a UNCME. O que precisa é serem chamados mais vezes, porque, por exemplo, a Resolução Estadual de Educação do Campo vai precisar do apoio dos conselhos municipais para regulamentar. Os conselhos escolares municipais precisam ser formados. A gente tem na UFBA, por exemplo, a formação de conselheiros das escolas. Porque quem legitima a gestão democrática de uma escola é o conselho. Então esses sujeitos precisam ser formados até para reconhecer quais são as suas atribuições dentro dessa gestão.

Com relação à secretaria de Desenvolvimento Rural que é uma secretaria da agricultura familiar, sempre foi um grande parceiro para mobilização, para fomento de políticas que ajudam a educação do campo no seu fazer. A coordenação do campo realiza atividades em parceria com essa secretaria, como os seminários da juventude que tem sido momentos de aprendizagem para a coordenação do campo. Isso mostra a importância dessa diferentes comissões de trabalho, porque antes não existia, a gente não tinha esse fazer colaborativo. Foi, a partir dessa articulação, que a gente conseguiu estar com a juventude, discutindo qual o papel da coordenação do campo nesse segmento. E aprender e perceber o distanciamento de alguns programas da efetiva necessidade da juventude. Com relação à profissionalização social desses jovens, o empoderamento desses sujeitos no seu fazer do campo. E, às vezes, a gente desconhece até por onde começar. Há uma limitação tão grande nossa, que a gente nem consegue visualizar a nossa ação além da escolarização, porque a gente fica cuidando da escolarização de um determinado movimento e esquecendo os outros, esquecendo a juventude, por exemplo. Mas hoje eu não sei se o ideal seria isso para acolher toda a demanda do campo, sair da escolarização e ir para algo maior. Será que o lugar de Educação do Campo é na Secretaria de Educação? Porque quando ela vai pra educação e só tem a escolarização do sujeito, e educação do campo é muito mais que escolarização. A Secretaria de Educação sozinha não dá conta, precisa de outros sujeitos. A coordenação do campo só tem sentido se garantir a articulação com outros sujeitos. Ela é só um espaço de algumas discussões preliminares, mas a qualificação dessas discussões não se restringe a ela, se amplia em outras direções. (G2. Entrevista concedida em 30 de setembro de 2015).

Conforme descreve G2, são muitas instâncias que precisam estar presentes neste processo de articulação para atender à educação dos povos do campo nas suas várias dimensões. Nos seus apontamentos, ela se refere não só às instâncias de educação como conselhos, universidades, movimentos e organismos sociais e sindicais, como outras Secretarias de Estado como a Secretaria de Desenvolvimento Rural (SDR), a Secretaria do Meio Ambiente (SEMA), a Secretaria de Cultura (SECULT) e outras que desenvolvem ações e programas para as populações do campo, em especial para a juventude rural.

Há o reconhecimento, por parte de G1 e G2, da necessidade de articulação interinstitucional, considerando que a natureza do atendimento das populações do campo não está restrita à escolarização, mas ao direito a uma educação que desempenhe um papel estratégico no desenvolvimento humano, profissional, socioeconômico de quem vive e trabalha no campo. Essa é uma perspectiva de integração, de reunião de esforços das instituições e organismos que, efetivamente, respondem pelas políticas públicas para as populações do campo.

Contudo, considerando o que reunimos como informações, a SEC apresenta dificuldades de articulação com esses parceiros, ficando evidente a ocorrência de iniciativas pontuais de determinados gestores, ainda sem um formato institucional.

A esse respeito, G3, quando questionada sobre os mecanismos existentes de articulação com os movimentos sociais, afirma que

O que há é uma atuação pontual do Fórum Estadual de Educação do Campo (FEEC), em alguns momentos específicos, a exemplo dos Seminários desenvolvidos nos Territórios, a construção/revisão das diretrizes para a Educação do Campo do Estado da Bahia e uma consulta pública quando da elaboração da resolução, aprovada nesta semana. Mas, não há um calendário que situe o FEEC do que vem sendo desenvolvido pela Coordenação da Educação do Campo da Bahia. (G3. Entrevista concedida em 26 de setembro de 2015).

De acordo com a fala de G3, a articulação da SEC com os movimentos sociais e, em especial, com o FEEC, ocorre de forma pontual, não sistemática, como deveria. Entretanto, verificando as ações desenvolvidas pela CEC, conforme descrito no capítulo 1, mais especificamente, no Quadro 4, é possível perceber que há uma ação voltada para essa articulação, que é a realização de reuniões com o FEEC, visando manter e fortalecer o diálogo e a articulação com os movimentos sociais e sindicais, para discussão, acompanhamento e atendimento das demandas das escolas e a construção coletiva da política de Educação do Campo. Conclui-se que na gestão da política, a articulação da SEC/CEC com os sujeitos do campo e suas representações deve ocupar papel de destaque.

Reconhecemos que nesta interlocução do poder público com os movimentos e organismos sociais, a relação se dá à base de tensões e conflitos, conforme nos lembra G1.

A relação com a Secretaria, com o órgão, é uma relação de conflito, de disputa. As mesas de negociação da Secretaria de Educação com o fórum de Educação do Campo e com os movimentos do campo é sempre uma discussão tensa, porque é cobrança, é disputa por espaço, e nesse sentido, é barra pesada. Agora há espaço para discussão, nós temos mesa de negociação, sempre. Tem o abril vermelho. Tem rodadas de negociação e discussão com os movimentos sociais que envolvem inclusive os altos escalões da Secretaria de Educação, de secretário sentar-se à mesa, superintendente, diretores gerais, chefe de gabinete, para poder encaminhar as demandas. Internamente, a gente vota e faz a disputa interna. O movimento social faz a pressão maior na Secretaria de Educação. A coordenação, a partir dessa articulação, faz a pressão interna para que as demandas sejam encaminhadas nos diversos setores da SEC. É tensão, conflito e disputa o tempo todo. Disputa mesmo, para que a pauta da Educação do Campo tenha a relevância que é colocada pelos movimentos. Mas, assim, há espaços para negociação, e isso eu acho importante, porque a gente sabe que o estado é um estado branco, heteronormativo, masculino e sua estrutura de poder é arcaica, burocrática e cristã (G1. Entrevista concedida em 28 de setembro de 2015).

G1 traz na sua fala o ambiente de tensão natural que há entre o poder público e os movimentos sociais. Ela ressalta que se trata do embate, do conflito de interesses. Neste sentido, Caldart (2008), ao refletir acerca dos desafios da Educação do Campo, afirma que, se trata de um conceito novo e que só pode ser compreendido na dinâmica específica dos sujeitos sociais do campo e que deve ser pensada/materializada sempre na tríade: Campo – Política – Educação. A autora reafirma tratar-se de um conceito em disputa, exatamente porque o contexto que ele busca expressar é marcado por tensões e contradições sociais muito fortes, originados da dinâmica histórica que produziu a Educação do Campo com suas lutas sociais pela terra, trabalho, direitos; enfim, um campo de contradições e de lutas de classe.

Sendo essa a perspectiva da Educação do Campo, a necessidade de construção e efetivação da política educacional torna-se uma exigência, o que implica na criação de espaços, mecanismos e formatos de gestão que consiga responder às necessidades públicas desses povos, condição fundamental para que se possa caminhar na solução dos problemas encontrados na consolidação da política.

Apresentamos, neste capítulo, os resultados da pesquisa realizada com o objetivo de analisar o desenvolvimento da Educação do Campo na Bahia, com enfoque na dinâmica de gestão da SEC/CEC, refletindo sobre os limites institucionais e operacionais dessa instância de gestão na condução da política de Educação do Campo. Na análise do gerenciamento da política, pode-se constatar problemáticas, dificuldades e limites que permeiam a implementação da Educação do Campo pela CEC, em destaque, a fragilidade institucional da CEC materializados em três aspectos mais evidentes: I) a ausência de formação da equipe de gestão da CEC na atuação, levando-se em conta que é instância de operacionalização da política; II) a descentralização das ofertas e ações educacionais para as populações do campo em vários setores da SEC e sem mecanismos e estratégias de diálogo entre os setores e com a SUDEB/CEC e III) a fragilidade na articulação institucional com os diversos segmentos (instituições, entidades, movimentos) vitais para a implementação da política para as populações do Campo.

Constatamos no estudo, que esses problemas são desafiantes, na medida em que, fragilizam a ação da CEC e retardam o avanço da Educação do Campo no Estado. Assim, diante dos desafios apresentados, conseguimos traduzir como fruto

deste estudo o esforço de apontar possibilidades efetivas que contribuam para o avanço na operacionalização da Educação do Campo utilizando de instrumentos e mecanismos que favoreçam uma ação gestora alinhada e articulada institucionalmente.

É nessa direção que conduzimos o capítulo 3 onde propomos ações de intervenção que buscam reverter o quadro de dificuldades e de limites no exercício da gestão para a implementação da Educação do Campo, no sentido de fortalecer a ação colaborativa dos diversos setores da SEC para responder aos desafios apresentados e para articular e fomentar a implementação da política no Estado da Bahia.

Assim nossas proposições estão desenhadas como: 1. Curso de Aperfeiçoamento da equipe técnica da CEC, no sentido de possibilitar a incorporação de conhecimentos específicos acerca da gestão da educação na perspectiva da Educação do Campo; 2. Criação de Grupo de Trabalho Intersetorial da SEC envolvendo os diversos setores da SUDEB para socialização e alinhamento das ações específicas de cada coordenação e planejamento das interfaces entre os diversos programas e projetos; 3. Criação da Comissão Estadual de Educação do Campo (SUDEB, PROAM SUPROF, EMITEC, CODES, IAT) com integrantes dos diversos setores que atendem à Educação do Campo no interior da SEC com o objetivo de alinhar e socializar ações da política de forma articulada e com acompanhamento sistemático na operacionalização; 4. Criação do Comitê Estadual de Educação do Campo visando fortalecer as parcerias entre a SEC/CEC e outras secretarias de Estado, entidades representativas dos gestores municipais, universidades, e movimentos sociais e sindicais do campo que implementam e acompanham políticas públicas para as populações do campo.

Discutiremos, de maneira efetiva, essas ações, no capítulo 3 desta dissertação, destinado a apresentar propostas que resolvam ou minimizem os problemas relatados neste capítulo.

3 PROPOSTA DE INTERVENÇÃO PARA A GESTÃO DA EDUCAÇÃO DO CAMPO NA SECRETARIA DA EDUCAÇÃO DO ESTADO/COORDENAÇÃO DE EDUCAÇÃO DO CAMPO

O estudo sobre a gestão da Educação do Campo na Bahia nos possibilitou aprofundar conhecimentos acerca da construção e desenvolvimento desta modalidade de educação no Estado, tendo como parâmetro o marco normativo e regulatório da política e sua materialização nas ações desenvolvidas pela Secretaria de Educação do Estado da Bahia, via, principalmente, Coordenação de Educação do Campo.

Com o propósito de compreender como a SEC vem desenvolvendo a gestão da política no Estado, identificar os limites e possibilidades políticas e operacionais, no sentido de avançar na sua operacionalização, lançamos mão da análise de documentos e entrevistas, realizadas com gestores diretamente envolvidos na gestão da política.

Organizamos o trabalho de modo a apresentar, no primeiro capítulo, o cenário da política de Educação do Campo, o que permitiu ampliar a nossa compreensão sobre a complexidade da Educação do Campo, retratada no registro histórico de sua construção. Reafirmamos sua imersão no embate provocado pelos organismos sociais junto ao poder público, e que vem, ao longo das últimas décadas, subsidiando a elaboração e implementação de ações, programas e projetos para atender a essa especificidade educacional.

No segundo capítulo, analisamos a gestão da política pela SEC com foco na CEC. Assim, pudemos identificar entraves como o descompasso institucional no exercício da gestão pela SEC e que se torna um desafio ao real desenvolvimento da política. Dentre os principais entraves encontrados, podemos destacar: 1. a ausência de formação específica na área de Educação do Campo ou de gestão pública da equipe de gestão da CEC na atuação enquanto instância de operacionalização da política; 2. descentralização das ofertas e ações educacionais para as populações do campo em vários setores da SEC e ausência de mecanismos e estratégias de diálogo entre esses; e 3. a fragilidade na articulação institucional com os diversos segmentos (instituições, entidades, movimentos) necessários para a implementação da educação para as populações do Campo.

Constatamos que, as dificuldades reveladas, neste estudo, impactam diretamente no desenvolvimento da política no Estado, na medida em que, a desarticulação limita e fragiliza a ação da CEC no desenvolvimento das ações da política e dificultam as ações educativas, visto que, essas dependem de um processo de articulação e de interfaces com outros programas e projetos locados nas outras instâncias da SEC. Nessa perspectiva, esse terceiro capítulo se constitui num Plano de Ação Educacional (PAE), com elementos propositivos que incidam sobre as questões identificadas e estudadas na gestão da SEC nos capítulos anteriores e que justificam a necessidade de proposição de ações para enfrentamento dos desafios apurados. Assim, sugerimos neste PAE três ações que visam contribuir com o redimensionamento da gestão da CEC e a articulação dos diversos setores em torno das ações de Educação do Campo, de forma a potencializar a gestão, possibilitando avançar na implementação da política pela SEC/CEC.

As ações de intervenção que compõem o PAE serão explicadas de forma detalhada nas seções 3.1.1. Curso de Aperfeiçoamento da equipe técnica da Coordenação de Educação do Campo; 3.1.2 Criação do Grupo de Trabalho Intersetorial da SEC; 3.1.3 Criação da Comissão Estadual de Educação do Campo e, por fim, 3.1.4 Criação do Comitê Estadual de Educação do Campo.

3.1 Considerações para a construção do Plano de Ação Educacional

A pesquisa realizada sobre a gestão da Política de Educação do Campo permitiu analisar a dinâmica de gestão da SEC e os elementos desta gestão, especialmente, como a CEC se articula institucionalmente e com outros setores para a condução da política de Educação do Campo. Foi possível compreender que, o avanço na efetividade das ações da política na CEC exige investimento na capacidade operacional da equipe e na mobilização de forças internas e externas à SEC, o que possibilitará uma gestão eficiente e participativa.

Assim, fez-se necessário desenhar o Plano de Ação Educacional/PAE considerando que, a gestão da Educação do Campo precisa atuar num contexto de desafios e tensões próprios do processo democrático e, em especial, dessas populações, que exigem e efetivam a participação. Portanto, pensar no desenho da ação proposta é, antes de tudo, reconhecer que a atuação gestora deve equilibrar a

ação política, técnica e social, pautando o atendimento das demandas e da implementação da política na busca de resultados, na eficiência e no processo de participação por meio de instâncias legais de consulta e de construção dialogada com os diversos organismos sociais.

Outra característica essencial para elaboração do PAE é a capacidade de enfrentar e vencer a fragmentação da Educação do Campo no interior da SEC, desenvolvendo estratégias de articulação entre os setores que atendem às diversas ofertas da educação básica do campo, numa atuação em rede de forma sistêmica e alinhada. Soma-se a esse esforço, a necessidade de articulação e estabelecimento de parcerias com outras instâncias do governo que elaboram e operam as políticas públicas voltadas para as populações do campo, considerando que o projeto educativo não se restringe à escolarização, mas deve contemplar a perspectiva de melhoria na produção de vida dos sujeitos e espaços do campo.

Entende-se, assim, que o exercício maior a ser realizado pela gestão da SEC/CEC é a busca de alternativas no sentido de fomentar, estabelecer e manter as instâncias que integrem os diferentes atores que atuam na Educação do Campo. Para tanto, estamos apresentando como proposições, neste PAE, ações com duração de um quadriênio, em consonância com as Diretrizes estabelecidas para a elaboração do Plano Plurianual (PPA 2016-2019) que compreende três anos do atual governo e o primeiro ano do próximo, em destaque para as Diretrizes III, V, X, XIII e XIV, conforme Decreto nº 16014, de 20 de março de 2015, que trata da elaboração do PPA 2016- 2019.

III - Educação e Cultura: ampliar o acesso à educação, cultura, esporte educativo e lazer de qualidade com a valorização da diversidade, identidade e memória; V - Cidadania e Direitos Humanos: promover a inclusão social, o trabalho decente e a universalização do acesso a serviços públicos de qualidade, priorizando os grupos historicamente discriminados da sociedade, respeitando as características de geração, gênero e étnico-racial e a diversidade. X - Convivência com o Semiárido, Desenvolvimento Rural e Agricultura Familiar: promover o desenvolvimento e a adoção de tecnologias apropriadas, o associativismo, o cooperativismo, o empreendedorismo e os arranjos produtivos locais no meio rural; XIII - Democracia e Participação Social: garantir a participação da sociedade; ampliando o diálogo social, a transparência da ação pública, a comunicação social e fortalecendo as instâncias gestoras locais, a governança e o planejamento territorial; XIV - Planejamento e Gestão Pública: fortalecer a cultura de planejamento e gestão do Estado, valorizando a ética no serviço público, a qualidade dos serviços prestados ao cidadão, a intersetorialidade e transversalidade das políticas públicas. (BAHIA, 2015)

No âmbito da SEC, as proposições dialogam com o objetivo geral do governo atual no Programa Educar para Transformar,¹² estruturado para o quadriênio 2016-2019, cujo objetivo é “Garantir o direito de aprender dos estudantes”. Essa garantia do direito está contemplada no objetivo da SEC/SUDEB no quadriênio que é “Assegurar a inclusão educacional fortalecendo e implementando políticas”, e ainda, alinhado ao plano operacional da SUDEB, que assegura o “Fortalecimento da Educação Básica” e em cuja estrutura estão contempladas na meta 8, ações voltadas para a ação articulada do poder público com a sociedade civil no desenvolvimento da política educacional:

Fortalecer o diálogo e a articulação com o poder público e organismos da sociedade civil através da promoção de reuniões ampliadas com o Fórum estadual de Educação do Campo, criação de comissões e GT para construção, acompanhamento e controle das ações educacionais para as populações do campo. (BAHIA, 2015)

Compreendemos, assim, que as ações como Curso de Aperfeiçoamento da equipe técnica da Coordenação de Educação do Campo, de Criação do Grupo de Trabalho Intersetorial da SEC, de Criação da Comissão Estadual de Educação do Campo e de Criação do Comitê Estadual de Educação do Campo, estão amparadas legalmente nos instrumentos políticos e administrativos do Estado, e em especial, no âmbito da SEC.

3.1.1 Formação da equipe técnica da Coordenação de Educação do Campo

O estudo realizado apontou fragilidades na equipe técnica da CEC tanto no que se refere à quantidade de técnicos disponíveis como a formação desses profissionais. Ficou evidente que esses aspectos observados impactam no desenvolvimento do trabalho da Coordenação, limitando sua ação à execução de

¹² O Programa Educar para Transformar é um pacto para melhorar a educação na Bahia tendo como metas “todas as crianças alfabetizadas até oito anos de idade e todas as crianças e todos os jovens na escola, com desempenho adequado à sua série e com sucesso na trajetória escolar”. O Programa reúne como parceiros: Prefeitos, educadores, estudantes, gestores e servidores, além de instituições públicas e privadas, universidades, empresas, organizações sociais, e principalmente, as famílias. Tem como eixos estruturante 1. Colaboração entre Estado e Municípios II – Fortalecimento da Educação Básica na Rede Estadual III – Educação Profissional IV - Parceiros da Escola (universidades, empresas e outras organizações sociais) V - Integração Família-Escola. (BAHIA, 2015).

programas e projetos e atendimento às demandas emergenciais. Reafirmando essa premissa a G2 argumenta:

[...] A própria estrutura da secretaria não é favorável para as demandas que a coordenação do campo recebia. Era difícil ter um quadro, além de mínimo, ele não tinha qualificação ao trabalho e entendimento sobre o que era educação do campo. Eu acho que a dificuldade maior foi não ter uma equipe preparada, mobilizada para entender o que era educação do campo [...] (G2 Entrevista concedida em 30 de setembro de 2015).

Considerando a natureza e a especificidade da Educação do Campo, é preciso que as pessoas envolvidas detenham o domínio de seus aspectos conceituais, políticos, pedagógicos, mais especificamente a equipe da CEC, o que pode ser conduzido por meio de um processo formativo gradual. Assim, a ação de formação que propomos será centrada nos pontos de fragilidades identificadas nesta pesquisa, e pela própria equipe. Para tanto propomos a formação continuada e em serviço, através do Curso de Aperfeiçoamento da Equipe Técnica da CEC com metodologia que possibilite a ampliação dos conhecimentos, a contínua reflexão sobre a prática, sobre a gestão da administração da política pública, sobre a gestão de informações, sobre a concepção, princípios e fundamentos da Educação do Campo.

Para tanto, apresentamos a primeira ação do PAE, Curso de Aperfeiçoamento da equipe técnica da Coordenação de Educação do Campo, Quadro 07.

Quadro 07 - Curso de Aperfeiçoamento da Equipe Técnica da CEC

Ação	Curso de aperfeiçoamento da equipe técnica da CEC na modalidade de formação continuada em serviço, com carga horária total de 128h
Objetivo	Subsidiar a equipe técnica da CEC, a fim de fortalecer os conhecimentos sobre a especificidade da Educação do Campo e da gestão, considerando os aspectos conceituais, políticos, pedagógicos, legais e administrativos.
Estratégia	Formação da equipe técnica da CEC
Atividades/Etapas	Realização de duas reuniões com a SUDEB e DIREM para discutir e definir: o curso de aperfeiçoamento, na modalidade de formação continuada em serviço, realizado por módulos, com carga horária total de 128h; operacionalização e forma de contratação de consultor e formadores. Reunião com consultor para discutir sobre a elaboração da proposta do curso de aperfeiçoamento da equipe técnica da CEC, (conceitos a ser estudados, relação teoria/prática, formatação dos módulos do curso, monitoramento e avaliação), forma de contratação e definição da equipe de formadores. Reunião com o consultor para apresentação e ajustes da proposta do curso de aperfeiçoamento da equipe técnica da CEC. Reunião com consultor e equipe de formadores para estudo do “Projeto do Curso de Aperfeiçoamento da Equipe Técnica da CEC” para compreensão necessidades da SEC/CEC, dos objetivos do curso, configuração da metodologia, definição das ementas, monitoramento e avaliação. Reunião com consultor e formadores para ajustes do “Projeto do Curso de Aperfeiçoamento da Equipe Técnica da CEC”. Mobilização da equipe dos participantes do curso, através de reunião com os gestores dos diversos setores da SEC da SEC Realização de 08 módulos de formação, com 16h cada, totalizando 128h, sendo os módulos com realização bimensal.
Responsável	Gestores da SUDEB, DIREM e CEC.
Público Alvo	Equipe técnica da SEC, sendo: todos os técnicos da CEC [06], 22 técnicos dos diversos setores da SUDEB, 2 técnicos do Proam, 2 técnicos da SUPROF, 06 técnicos da SUPAV, 02 técnicos da SUPEC, totalizando 40 participantes.
Período	Março/2016 a dezembro/2017
Custo	R\$ 32.000,00 (trinta e dois mil reais), referentes à alimentação e pagamento de consultor e formadores.
Local	Instituto Anísio Teixeira – IAT
Avaliação	Monitoramento e avaliação serão definidos no “Projeto do Curso de Aperfeiçoamento da Equipe Técnica da CEC”.

Fonte: elaborado pela autora tendo como referência de custos o planejamento orçamentário da SEC/CEC quadriênio 2016/2019

16 Em virtude do Instituto Anísio Teixeira (IAT), ser o espaço de formação de professores da Secretaria da Educação do Estado da Bahia, despesas com auditório, sala de aula, equipamentos e vídeo conferência não são cobrados por serem da própria instituição.

Conforme verificamos, na ação 1, a formação se dará no percurso do ano de 2016, e terá um custo já previsto no planejamento da CEC, o que facilita sua execução. Outro destaque é para o alcance de público a ser beneficiado, que não se restringe aos integrantes da CEC, mas atende aos técnicos da SEC, os quais, no segundo capítulo, adentramos mais detalhadamente para a gestão da política pela SEC com foco na CEC quando pudemos identificar entraves como o descompasso institucional no exercício da gestão pela SEC/CEC e que desafiam a busca de alternativas.

O desenho curricular da proposta prevê como conteúdos prioritários com relação à Educação do Campo: as concepções de campo, sujeito que respaldam os fundamentos e princípios da Educação do Campo; Políticas Sociais Públicas na Educação do Campo - os mecanismos legais e operacionais da política com análise crítica dos programas e projetos e seus reflexos na implementação da política no Estado. Com relação à administração pública e gestão: fundamentos da administração pública e da gestão; a legislação que ampara a gestão da Educação do Campo na SEC; estudo sobre gestão na perspectiva de conhecer e analisar mecanismos e estratégias de gestão para a Educação do Campo num estudo comparativo à ação desenvolvida na SEC, identificando e analisando os impasses e possibilidades na condução da gestão.

3.1.2 Formação do Grupo de Trabalho Intersetorial da SEC

Este trabalho apontou, como fragilidade da gestão, a ausência de mecanismos e estratégias de diálogo entre os diversos setores da SEC. Essa deficiência ocorre até no interior da Superintendência a qual está vinculada a CEC, conforme afirma G1:

[...] Então eu acho que há um desnível, há dentro da Secretaria, dentro da superintendência, dentro coordenação uma articulação de proposições [...] Têm também problemas dentro da Superintendência para fazer esse link, essa articulação que ainda é compartimentado [...] a gente não consegue unificar isso, mesmo com o PAIP, que é o projeto onde as ações de gestão pedagógica devem estar articuladas [...] . Foi uma dificuldade enorme porque a gente não conseguiu fazer com que todo mundo fosse para dentro do PAIP, porque não podia mesmo, pois as especificidades existem e a gente tinha que entender isso [...] Então houve várias gestões no sentido de estabelecer essa articulação. A gente nunca conseguiu efetivar isso completamente [...]. (G1. Entrevista concedida em 28 de setembro de 2015)

O que essa fala indica é que, mesmo na superintendência que abriga a CEC, ainda não foi possível estabelecer a interlocução entre as diretorias e coordenações que tratam da questão curricular. Isso significa que não há um ambiente no interior da SUDEB de interlocução, no sentido de fortalecer a política curricular envolvendo as diferentes modalidades educacionais, e, nessa perspectiva, a Educação do Campo. Reafirmando a necessidade do processo formativo envolvendo os setores da SEC, G2 é enfática ao afirmar que

[...] A secretaria ainda tem algumas dificuldades de entender essa identidade e os procedimentos didáticos, metodológicos, políticos, até chegar ao chão da sala de aula. Reconhecer esses sujeitos, reconhecer que a matriz pedagógica dessas escolas precisa de alterações significativas que atenda às especificidades dessas populações. (G2. Entrevista concedida em 30 de setembro de 2015)

Com relação a essa questão que se apresenta nas práticas de gestão da SEC propomos como ação Formação do Grupo de Trabalho Intersetorial da SEC no sentido de estabelecer um espaço de diálogo formativo entre os técnicos das diretorias e coordenações que lidam diretamente com as orientações curriculares para cada nível e modalidade de ensino, responsáveis pela elaboração, socialização e acompanhamento das orientações curriculares para a educação básica na Rede Estadual de Ensino e, conseqüentemente, para as escolas do campo.

O objetivo desta ação é promover a formação por meio dos encontros aqui denominados Diálogos Formativos. Formativo porque tem como propósito fomentar a inclusão na política curricular da SEC dos aspectos específicos e da contextualização curricular da educação básica do campo. Para efetivar esta inclusão é necessário promover o entendimento da especificidade do currículo, o que tem desdobramentos na orientação passada às escolas, na formação de professores, no material didático e na organização do tempo e do espaço pedagógico. Para ampliar as possibilidades deste espaço de diálogo será promovida também a socialização das ações desenvolvidas no âmbito de cada diretoria/coordenação com o intuito de possibilitar as interfaces entre os programas e projetos curriculares.

Nessa perspectiva, apresentamos, a seguir, a ação de Formação do grupo de Trabalho Intersetorial da SEC, conforme Quadro 08:

Quadro 08 – Formação do Grupo de Trabalho Intersectorial da SEC

Ação	Formação do Grupo de Trabalho Intersectorial da SEC
Objetivo	Potencializar a inclusão da Educação Básica do Campo na política curricular da Secretaria da Educação do Estado da Bahia.
Estratégia	Implementação dos Diálogos Formativos/Educação do Campo.
Atividades/Etapas	Realização de reunião com a SUDEB e DIREM para discutir e definir a criação do Grupo de trabalho intersectorial da SEC.
	Elaboração de plano de trabalho para definição de objetivos, metodologia, cronograma de execução, monitoramento e avaliação do Grupo de trabalho intersectorial da SEC.
	Composição e instituição do Grupo de trabalho intersectorial da SEC, com representantes das equipes técnicas dos diversos setores que compõe a SUDEB, com perfil pedagógico e indicados pelos gestores.
	Realização de Seminário Interno da SEC para apresentar e socializar o propósito da criação do GT de trabalho para toda a equipe técnica da SUDEB.
	Realização de reuniões bimensais para socialização e alinhamento das ações em desenvolvimento por cada Diretoria/Coordenações
	Videoconferência com as DIREC ¹³ para apresentar e socializar o propósito da criação do Grupo de Trabalho para toda a equipe técnica da SUDEB.
Responsável	CEC e equipe técnica indicada pelos gestores da SUDEB.
	Público Alvo
Período	2016, 2017, 2018 e 2019.
Custo	Ação sem custo, a ser desenvolvida no próprio espaço da Secretaria da Educação do Estado da Bahia.
Local	Auditório da SEC, Sala de reunião da SUDEB e Instituto Anísio Teixeira (IAT)
Avaliação	Todas as atividades deverão constar de pauta contendo observações das atividades realizadas, identificação de entraves e demandas, deliberações acordadas, pendências a serem resolvidas e atribuições de responsabilidades dos encaminhamentos.

Fonte: Elaborado pela autora.

Portanto se faz necessário dispor de espaços em que seja possível estabelecer e manter o diálogo para o entendimento das particularidades do trato curricular da Educação do Campo, dos conceitos, fundamentos, princípios,

¹³ A Secretaria da Educação do Estado da Bahia possui um sistema integrado de infraestrutura tecnológica, com objetivo de viabilizar ações relacionadas a política de Educação a Distância, sob forma de videoconferências, com transmissão e interação em tempo real entre os participantes, localizado nas Diretorias Regionais de Educação e Instituições de Ensino Superior, com 40 auditórios/tele salas (BAHIA, 2004).

orientações curriculares que possibilitem a construção do currículo diferenciado, contextualizado, conforme determina os preceitos legais da educação para os sujeitos do campo.

Neste espaço de aprendizagem colaborativa poderão ser construídos procedimentos, instrumentos curriculares e formas de socialização com as Diretorias Regionais de Educação e com os municípios. É um espaço de construção, socialização, alinhamento e acompanhamento de uma agenda coletiva da SUDEB onde se possa configurar ações partilhadas entre as diretorias/coordenações.

Assim, propomos ações que possam enfrentar os desafios da desarticulação interna e, assim, permitir efetividade na gestão, a partir de procedimentos orquestrados no interior da SUDEB, o que se espera-se, tenha como resultado o entendimento da especificidade da Educação do Campo e a organização e desenvolvimento de ações com os demais setores da SUDEB, no sentido de maior reconhecimento e empoderamento da CEC no âmbito das ações da SUDEB.

3.1.3 Criação da Comissão Estadual de Educação do Campo

Conforme descrito neste trabalho, as políticas para Educação do Campo na SEC não ficam restritas às definidas no âmbito da Coordenação de Educação do Campo: integram e perpassam pelos níveis e modalidades educacionais e estão nos diversos setores responsáveis pela promoção da educação básica. Portanto as ações da política educacional da SEC devem contemplar o campo em suas necessidades. Vimos, também, que pela complexidade desta modalidade educacional, não é possível fixá-la ou organizar seu atendimento em apenas uma instância de gestão.

Assim, a Educação do Campo na SEC, de acordo com o que foi verificado nesta pesquisa, tem suas ofertas e ações descentralizadas em vários setores, mas sem mecanismos e estratégias de diálogo entre esses setores e, desses com a SUDEB/CEC. Esses fatores comprometem o desenvolvimento da política, na medida em que, se percebe a fragmentação das ações, a fragilidade da própria coordenação na execução da política, visto que as ações dependem necessariamente de um processo de articulação que possibilite, em primeiro plano, essa partilha de informações, cruzamento de dados, entendimento das particularidades deste

atendimento educacional e, depois de um ordenado diálogo, a busca de alternativas para situações e demandas novas, que desafiam a estrutura rígida dos sistemas.

Visando enfrentar este limite na gestão, propomos a criação de uma Comissão Estadual de Educação do Campo para o diálogo, a interlocução com os diversos setores que desenvolvem ações e programas relacionados à Educação do Campo, no âmbito da Secretaria de Educação do Estado. A referida comissão será composta dos seguintes setores: DIREM e CEC; SUPROF; EMITEC; PROAM; IAT; SUPAV; SUDEPE e a participação especial do Programa de Monitoramento e Avaliação (PAIP), sob a coordenação da CEC.

A criação e formalização deste espaço institucional, cujo propósito é atender às necessidades detectadas, são apresentadas no Quadro 09.

Quadro 09 – Criação e instituição da Comissão Estadual de Educação do Campo

Ação	Criação e instituição da Comissão Estadual de Educação do Campo.
Objetivo	Aproximar os gestores das necessidades específicas da Educação do Campo, com vistas a implementação da política educacional tendo como princípio o diálogo, a discussão, análise das demandas e encaminhamentos pautados nas ações e programas prioritários na implantação da política no Estado.
Estratégia	Espaço interinstitucional de interlocução e proposições
Atividades/Etapas	Realização de reunião com a SUDEB e DIREM para discutir e definir a criação da Comissão Estadual de Educação do Campo.
	Elaboração de plano de trabalho para definição de objetivos, metodologia, cronograma de execução, monitoramento e avaliação da Comissão Estadual de Educação do Campo.
	Composição e instituição da Comissão Estadual de Educação do Campo da SEC, com representantes das equipes técnicas dos diversos setores da SEC, com perfil técnico adequado para tomada de decisões e indicados pelos gestores.
	Realização de Seminário Interno da SEC para apresentar e socializar a proposta de criação da Comissão Estadual de Educação do Campo para toda a equipe técnica da SEC.
	Realização de reuniões bimensais para socialização e alinhamento das ações em desenvolvimento por cada Diretoria/Coordenações.
Responsável	CEC e equipe técnica indicada pelos gestores dos diversos setores da SEC.
Público Alvo	Gestores e técnicos da SEC.
Período	2016, 2017, 2018 e 2019.
Custo	Ação sem custo, a ser desenvolvida no próprio espaço da Secretaria da Educação do Estado da Bahia.
Local	Auditório da SEC, Sala de reunião da SUDEB.
Avaliação	Através do acompanhamento às atividades e com base nos instrumentos como pauta contendo observações das atividades realizadas, identificação de entraves e demandas, deliberações

	acordadas, interface das ações, pendências a serem resolvidas e atribuições de responsabilidades dos encaminhamentos e resultados apontados em relatórios bimestrais.
--	---

Fonte: Elaborado pela autora, (2015).

Conforme identificado na pesquisa, a CEC compreende e tem interesse no estabelecimento da parceria com os demais setores justamente por constatar no exercício de execução das atividades sob sua responsabilidade, que só por meio dessa integração será possível, tanto a organização do atendimento das demandas como a junção de esforços no desenvolvimento de ações que são de responsabilidade da SEC, a exemplo das demandas relacionadas à matrícula, ao censo, ao transporte escolar, ao quadro pessoal das escolas, à formação de professores, às articulações com as políticas dos municípios, dentre outros. Ficou evidente que, justamente por não compreender essa necessidade de integração na gestão da Educação do Campo, os demais setores da SEC não respondem adequadamente às demandas encaminhadas pela CEC. Por isso, consideramos pertinente que ao ser institucionalizada, a Comissão tenha, na presidência, o Superintendente da SUDEB que juntamente com a CEC será responsável pela coordenação da Comissão, visando garantir o seu funcionamento pelos superintendentes e diretores, a prioridade das suas pautas bimestrais, de forma que esses setores respondam diretamente à SUDEB, que é uma instância de poder político maior, no fiel cumprimento da atribuição de cada setor.

A estratégia de realização do seminário tem como propósito envolver os técnicos da SEC, mesmo dos setores que só possuem ações pontuais. A socialização da Comissão vai permitir divulgar em toda a SEC a existência deste espaço de interlocução específico para o trato com as questões das escolas do campo e possibilitar que os setores tenham, nesta comissão, os esclarecimentos e orientações necessárias na condução das particularidades da Educação do Campo.

A duração do quadriênio se deve à necessidade desta prática ser enraizada no seio da instituição. Para funcionamento desta Comissão, serão criados procedimentos administrativos e gerenciais que favorecerão o registro sistemático, os instrumentos de controle de participação e desenvolvimento das ações e propostas encaminhadas no coletivo, como pauta contendo observações das atividades realizadas, identificação de entraves e demandas, deliberações

acordadas, interface das ações, pendências a serem resolvidas e atribuições de responsabilidades de cada encaminhamento.

A institucionalização da Comissão Estadual de Educação do Campo tem como objetivo aproximar os gestores das necessidades específicas da Educação do Campo, estabelecer parcerias, discutir e promover o enraizamento da concepção de campo, Educação do Campo expressas nas Diretrizes Operacionais da Educação do Campo, o Decreto 8471/2010, as Diretrizes Estaduais de Educação do Campo em fase de publicação que norteiam as políticas para a Educação do Campo.

3.1.4 Ação – Criação do Comitê Estadual de Educação do Campo

No processo de implementação de políticas públicas para os povos do campo, é preciso estar atento para a diversidade desses povos e de seus contextos. Isso significa que uma política idêntica para todos os povos não atende ao que está legitimamente estabelecido. Assim, se faz necessário promover a ampla participação desses sujeitos e de suas organizações na construção, execução e controle social das políticas educacionais. A diversidade, não apenas cultural, geográfica, mas econômica, social presente no processo educativo torna complexa a Educação do Campo e exige a interlocução do poder público, tanto dos gestores da política entre si quanto dos organismos da sociedade civil organizada.

Neste sentido, o diagnóstico de fragilidade identificada na relação institucional da SEC com os diversos segmentos: instituições, entidades, movimentos sociais e sindicais que se vinculam à Educação do Campo foi reafirmada pela G2 quando declara:

[...] Será que o lugar de Educação do Campo é na Secretaria de Educação? Porque quando ela vai pra educação só tem a escolarização do sujeito e Educação do Campo é muito mais que escolarização. A Secretaria de Educação sozinha não dá conta, precisava de outros sujeitos. A coordenação do campo só tem sentido se garantir a articulação com outros sujeitos. Ela é só um espaço de algumas discussões preliminares, mas a qualificação dessas discussões não acontece aí [...]. (G2 Entrevista concedida em 30 de setembro de 2015).

Corroborando com o que declara G2 e compreendendo a importância da junção de esforços institucionais, a fim de responder às exigências de uma educação imersa na diversidade, proponho integrar ao PAE a ação de criação do

comitê para o fortalecimento institucional da SEC/CEC com as secretarias de estado que desenvolvem ações e programas voltados para as comunidades rurais, entidades representativas das gestões da educação nos municípios, bem como com os organismos sociais e sindicais do campo, no sentido de potencializar a elaboração e desenvolvimento de ações colaborativas entre os diferentes segmentos no atendimento do direito à educação que contemple as necessidades e especificidades dos sujeitos do campo e articulada ao projeto de desenvolvimento das comunidades rurais, assim, cumprindo a implementação da Educação do Campo.

Quadro 10 - Ação – Criação do Comitê Estadual de Educação do Campo

Ação	Criação do Comitê Estadual de Educação do Campo.
Objetivo	Fortalecer as relações institucionais da SEC com as demais secretarias de estado, entidades representativas dos municípios, universidades públicas e organismos sociais para alinhar, potencializar e otimizar as ações educacionais e que permeiam a Educação do Campo, no sentido de atender as premissas orientações.
Estratégia	Fortalecimento institucional
Atividades/ Etapas	Realização de reunião com a SUDEB e DIREM para discutir e definir a criação do GT de Educação do Campo
	Elaboração de uma versão preliminar do plano de trabalho para definição de objetivos, metodologia, cronograma de execução, monitoramento e avaliação do Comitê Estadual de Educação do Campo.
	Realização de reunião da SEC com gestores das instituições públicas, entidades municipais e organismos sociais para apresentação da versão preliminar, análise e ajustes do plano de trabalho, bem como para indicação dos titulares e suplentes que irão compor o comitê com perfil técnico adequado para tomada de decisões referentes as responsabilidades definidas pela referida comissão.
	Composição, instituição e publicação do Comitê de Educação do Campo da SEC em Diário Oficial do Estado da Bahia.
	Realização de seminários/ano do Comitê, com carga horária de 24h [três dias] para aprofundamento de estudo, busca de subsídios científicos, troca de experiências como possibilidades de superação dos desafios identificados para a gestão pública das demandas dos povos do campo, com a participação externa de estudiosos que pesquisam a gestão da Educação do Campo no Brasil, dentre outros organismos sociais nacionais não integrantes da comissão.
	Realização de reuniões bimensais para identificação de demandas, proposição de alternativas para superação, controle social da política pública e alinhamento das ações de governo.
Responsável	Gestores, técnicos da SEC e representantes das instituições e organismos sociais indicados para compor o Comitê
Público Alvo	Representantes que compõem o Comitê Estadual de Educação do Campo da SEC (titular e/ou suplente).
Período	2016, 2017, 2018 e 2019.

Custo	Ação a ser desenvolvida no próprio espaço da Secretaria da Educação do Estado da Bahia, com exceção dos seminários com valor estimado em R\$ 55.680,00 e que já está previsto no Plano Plurianual (PPA) da SEC.
Local	Auditório da SEC, sala de reunião da SUDEB, Instituto Anísio Teixeira (IAT) e espaço existente na sede das DIREC.

Fonte: Elaborado pela autora, (2015)

A ação de Criação do Comitê Estadual de Educação do Campo tem como finalidade atender à perspectiva de contemplar no projeto educativo outras dimensões importantes neste processo como a terra, a produção de vida, a tecnologia, a cultura, o lazer. Nessa perspectiva, integrarão este Comitê várias secretarias de estado que já se vinculam à Educação do Campo como Agricultura, Desenvolvimento Rural, Ciência e Tecnologia, Cultura e outras, além das Comissões internas de Educação do Campo das Instituições de Ensino Superior. Serão membros deste Comitê, também, entidades como a representação dos secretários municipais de educação, a União dos Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME/Bahia) e os organismos sociais como Fórum Estadual de Educação do Campo e os conselhos territoriais. O comitê deve se constituir num espaço de identificação de demandas, proposição de alternativas para superação, controle social da política pública e alinhamento das ações de governo.

O espaço proposto visa a potencializar as ações que são desenvolvidas no âmbito de cada instância e que seja relacionada com o projeto de educação. A título de exemplo, temos a necessidade de discutir e elaborar um projeto de educação profissional para o campo e para tanto se faz necessário ampliar a discussão com a participação das secretarias que cuidam da produção no campo, com as universidades que estão formando os profissionais que atuam nesses projetos, com as representações dos sistemas municipais de educação e, especialmente, com os movimentos sociais que trazem, discutem e pautam as reais demandas da juventude do campo bem como as possibilidades, potencialidades, experiências produtivas, alternativas já desenvolvidas.

A dinâmica pensada de reuniões bimestrais e seminários objetiva alinhar, potencializar e otimizar as ações educacionais que permeiam a Educação do Campo, no sentido de atender às premissas e orientações da política. O esforço é no sentido, deste Comitê, se constituir também no espaço de aprofundamento de estudo, busca de subsídios científicos, troca de experiências como possibilidades de

superação dos desafios identificados para a gestão pública das demandas dos povos do campo, com a participação externa de estudiosos que pesquisam a gestão da Educação do Campo no Brasil, dentre outros organismos sociais nacionais não integrantes da comissão.

Esta ação pretende organizar a participação dos movimentos sociais na elaboração, desenvolvimento e acompanhamento das ações da política da Educação do Campo no Estado. Vimos que as ações voltadas para o diálogo da SEC com as representações dos movimentos sociais não vem se desenvolvendo de forma satisfatória nem para a SEC que necessita contar, na sua gestão, com este ambiente de construção colaborativa, nem para o FEEC, instância de representação dos movimentos e organismos sociais e sindicais do campo. A ação responde à demanda de participação dos organismos sociais de forma sistemática e num ambiente oficial de discussão e deliberação. Atende também a um formato de gestão a ser implementado pela SEC, em especial na condução da política de Educação do Campo, que prioriza o diálogo como princípio na construção da política, a audiência pública, o debate e as deliberações acordadas neste coletivo.

Neste sentido, a gestão da educação para essas populações depende do diálogo contínuo tanto com as instituições do próprio governo, entidades, quanto com esses sujeitos por meio de suas estruturas organizativas, no sentido de compreender e atuar sobre as reais demandas educacionais, expressas, reivindicadas, analisadas e deliberadas nesses espaços sociais, bem como desenvolver estratégias para enfrentamento dos desafios presentes na gestão da política para povos e contextos tão diversos, complexos e historicamente excluídos.

Ao longo deste capítulo reafirmamos os principais desafios identificados na gestão da SEC/Coordenação de Educação do Campo para atender à política. São desafios que revelam um descompasso na gestão das ações e programas, configurando, neste formato de gestão, alguns entraves que reunimos em basicamente três pontos: questões relacionadas às carências de formação da equipe técnica para desenvolver as ações da política; a forma desarticulada de como as ações da política estão distribuídas na instituição e a fragilidade nas relações com os principais parceiros no desenvolvimento da política.

Esses desafios identificados se constituíram em elementos chave para a elaboração das ações de intervenção propostas neste trabalho, organizadas no Plano de Ação Educacional como proposta final da dissertação. As proposições

elencadas visam reverter o quadro e potencializar os elementos de gestão a partir da articulação institucional.

No PAE estão reunidas e detalhadas ações, objetivos, estratégias, atividades/etapas planejadas tendo em vista a viabilidade de sua operacionalização com custo relativamente baixo, do ponto de vista de novo orçamento. Todas as ações estão previstas financeiramente no Plano Plurianual da SEC. Contudo, o esforço maior consiste na capacidade de mobilização da SUDEB e CEC de pautar e conduzir a formalização desses espaços. Para tanto, o fortalecimento da equipe através da formação e da articulação dentro da SUDEB são elementos facilitadores deste processo.

Outro elemento facilitador nesta execução é o fortalecimento interinstitucional com a criação do Comitê Estadual, o que certamente potencializa a questão do campo dentro da SEC, visto que a educação passa a ser refletida e conduzida no conjunto de questões que envolvem o campo e não apenas a educação. Assim, se compreende que o Comitê terá o papel de ampliar a visão sobre o campo, agregando elementos que fortalecem a Educação do Campo na SEC.

O propósito, neste PAE, é que as ações possam dialogar, o que compete à CEC articular este diálogo. Assim, provocar a ressonância entre as ações no sentido de uma proposição fortalecer a outra, isto é o Curso de Aperfeiçoamento da Equipe Técnica da CEC possibilitar maior mobilidade e capacidade de articulação. Por conseguinte, o intuito é que a Formação do Grupo de Trabalho Intersetorial da SEC facilitem a coesão interna e, portanto, sejam estrategicamente facilitadores na interlocução com os outros setores da SEC para viabilizar a condução da criação da Comissão estadual de Educação do Campo, outro espaço de interlocução, agregando os demais pares da instituição.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O debate sobre Educação do Campo é um tema relativamente novo na agenda da política educacional do país, o que se estende à Bahia. Envolvida nas lutas das populações que deram origem a essa especificidade educacional, a Educação do Campo é a reafirmação do direito dos povos do campo de serem educados nos seus espaços geográficos, sociais, culturais e respeitando a sua sociodiversidade.

A partir do meu envolvimento com a Educação do Campo, me propus a estudar a gestão da política, na Bahia, com ênfase na Coordenação de Educação do Campo, meu espaço de atuação profissional. Foi o movimento de construção de caminhos que possibilitasse, desde o esforço de descrever a política, a reunião de informações e a análise dos instrumentos de pesquisa, ampliar a compreensão da complexidade desta especificidade educacional e dos desafios que se constituem para o poder público e, em especial, para a SEC/CEC, gestar esta política no Estado.

A relevância dessa temática se constitui por se tratar a Bahia de um estado com um universo populacional composto de 30% da população residente no campo. O estado tem predominância rural, considerando que 90% dos municípios baianos possui população abaixo de 50 mil habitantes. Compõe este universo de informações a existência de baixos índices educacionais, a oferta de uma educação descontextualizada no campo, a carência na dotação e formação de professores que atuam nas escolas do campo, debilidade nas questões de infraestrutura, a aceleração do processo de fechamento de escolas e de adoção da nucleação, a ausência de interlocução com as secretarias municipais de educação para apoio a implementação da Educação do Campo, precariedade das condições físicas e logísticas da CEC para execução das ações sob sua responsabilidade, dentre outros.

Neste cenário de dificuldades para o avanço da Educação do Campo na Bahia, nos debruçamos no estudo, buscando compreender a operacionalização da política, levantando o seguinte questionamento: como tem sido desenvolvida a gestão da política de Educação no Campo na Bahia a partir das ações da Secretaria de Educação do Estado? Para responder a questão traçamos como objetivo analisar as ações da SEC voltadas para a Educação do Campo a fim de compreender em

que medida a gestão desenvolvida atende as necessidades da implementação da educação do Campo, identificar os limites e possibilidades na gestão da política.

Para atingir este objetivo realizamos estudo – análise de dados, relatórios, fontes bibliográficas –, no qual foram identificadas evidências que traçam um ambiente dificultador na gestão da política na SEC/CEC, exigindo que nos debruçássemos sobre a realidade apresentada e com base nos estudos e pesquisas pudéssemos compreendê-la. Assim, identificamos e analisamos o quadro de dificuldades presentes na gestão da política como: a carência no quadro pessoal e ausência de formação da equipe técnica da CEC; o isolamento e desarticulação institucional da CEC; a descentralização das ofertas educacionais no interior da SEC sem mecanismos de interlocução; e a fragilidade na articulação com as instâncias de atendimento a políticas públicas estruturantes para os povos do campo, na organização com os sistemas de ensino e com os organismos sociais, protagonistas da Educação do Campo no estado, dentre outros.

Essas evidências foram identificadas ao longo da pesquisa e para confirmá-las se fez necessário o aprofundamento de estudos por meio dos estudiosos da Educação do Campo, da gestão e da administração pública, bem como a análise das entrevistas com os gestores da Educação do Campo, atores efetivos envolvidos com essa política, sendo constatadas as evidências.

Analisar este formato de gestão, a partir dos estudos de pesquisadores da Educação do Campo, gestão e administração pública, possibilitou um diálogo reflexivo tanto entre os autores como desses com as entrevistas trazendo a compreensão de que esses entraves constituem elementos dificultadores da ação gerencial, produzem a morosidade, a ineficiência no atendimento, os equívocos conceituais no processo de implementação da política no estado, portanto no atendimento às demandas educacionais dos povos do campo.

Os subsídios para análise: o contexto da gestão da SEC/CEC coletado por meio da pesquisa documental, as informações coletadas nas entrevistas, a observação e vivência na gestão nos levou a organizar e sistematizar evidências que comprovam o distanciamento que há entre o aparato legal e operacional das ações da política na Bahia e sua efetividade no âmbito da SEC enquanto gestão pautada nos princípios e fundamentos da Educação do Campo.

As revelações desse estudo conduziram à busca de alternativas para reversão do quadro apresentado, isto é, alternativas de melhoria da ação gerencial

por meio de instrumentos, estratégias que favoreçam uma relação sistêmica que possibilite a integração, a articulação entre as ações da política de Educação do Campo, reduzindo o efeito da compartimentalização verificada no contexto atual de gestão na SEC. Para isso, o Plano de Ação Educacional proposto é formado por ações que visam redimensionar a atuação da CEC, fortalecer os mecanismos de gestão da política e impulsionar o avanço na implementação da Educação do Campo.

As ações pensadas no PAE visam responder à necessidades historicamente diagnosticadas e apresentadas às instancias de gestão do gabinete da Superintendente e do Secretário, contudo de forma isolada por cada coordenação. O propósito é mobilizar esforços no âmbito da SUDEB e DIREM e pautar neste coletivo, considerando que esse estudo pode referenciar as proposições a serem apresentadas na Secretaria.

Outro elemento que pode ser facilitador é o fato das ações estarem organizadas de forma a dialogarem entre si, o que compete à CEC propor e sustentar. A expectativa, portanto é que nesta interlocução os gestores e técnicos se fortaleçam no conhecimento da especificidade, na compreensão e acolhimento à diversidade e no enfrentamento coletivo dos entraves.

Contudo é necessário ressaltar que as conquistas relacionadas à construção e implementação da Educação do Campo se dão a partir do campo de disputas, fruto dos conflitos e tensões sociais e culturais que permeiam a luta dos povos do campo na defesa da educação e outros direitos legitimamente conquistados, mas ainda vilipendiados ou negados. Este campo de disputas está latente na gestão da política entre os setores da SEC, conforme vimos nesse estudo e estará como toda ação política da Educação do Campo, fortalecida ou não pela atuação política dos sujeitos do campo nos diversos espaços organizativos. A Educação do Campo como vimos possui um caminho próprio, sujeitos autores dessa história, permanentemente atentos na busca de caminhos, parceiros, estratégias para que a educação seja de fato, instrumento de transformação, de mudança social como nos ensinou Paulo Freire ao defender que a finalidade do ato educativo é transformar a realidade e a transformação não ocorre sem luta pelo poder, sem o ato de modificar o mundo, para quem, com quem e contra quem. (FREIRE, 1978)

A pesquisa realizada apontou elementos que dependem da tomada de decisões políticas, no entanto sabemos que essas decisões dependem de vontade

política, estão balizadas por interesses e objetivos políticos que podem não se alinhar com as ações propostas. Conquanto foi possível identificar a disposição dos atores envolvidos na gestão direta da política em buscar estratégia de alinhamento e articulação da Educação do Campo.

A pesquisa sobre a gestão da Educação do Campo é relevante, ela se constitui no estudo sobre populações por muito tempo estigmatizadas, excluídas do processo de desenvolvimento. Os estudos voltados para esta área são um contributo ao processo de revitalização das identidades dos povos do campo e, conseqüentemente, na melhoria de condições de vida para os sujeitos e espaços do campo.

Portanto as ações aqui propostas surgem num contexto de busca de alternativa considerando de um lado um quadro preocupante de negação de atendimento desse direito na instancia de gestão da SEC pelos aspectos já mencionados e de outro lado um ambiente bastante favorável para fomentar essa integração e articulação que é o fato de estarmos iniciando a gestão do novo PPA contendo ações específicas na dimensão apontada pelos PAE; a criação de uma secretaria de estado específica para o desenvolvimento de políticas para as populações do campo, a Secretaria de Desenvolvimento Rural. Acrescentamos como indicativo positivo também a exigência de atendimento aos novos planos decenais de educação no âmbito nacional e estadual, ambos com metas e estratégias claras no sentido de potencializar as ações da política; a criação no Ministério da Educação de um Grupo de Trabalho no interior do Programa Nacional de Educação do Campo para fortalecer a Educação do Campo.

Assim faz-se necessário reiterar que as estratégias de ação apresentadas no PAE serão apresentadas e devidamente defendidas como possibilidades de avanço na dinâmica de gestão da política, estão fundamentadas na pesquisa da realidade e no estudo que apontam essas possibilidades e estão devidamente planejadas no âmbito do orçamento da SEC. Contudo temos plena consciência que os problemas identificados têm origem também na visão institucional de que a prioridade é a política com maiores impactos, segmentos sociais com maior visibilidade dentre outras nuances dessa questão. Sabemos do desafio que será a institucionalização desses espaços, mas acreditamos poder contar com a mobilização interna da Superintendência, a SUDEB, nossa instância superior de gestão e na defesa dessas ações pela SUDEB e outros pares como a SDR e o FEEC.

O trabalho aqui desenvolvido se propõe ser uma produção na perspectiva de mais um passo para alargar o caminho diante das necessidades de organização e sistematização de produções com esta tônica. Assim, esse estudo não se esgota aqui, mas se inicia na dimensão de outras possibilidades compreendidas neste percurso, em especial no âmbito da gestão da Educação do Campo, tema ainda tão pouco estudado.

As ações propostas para o redimensionamento da gestão na CEC estão pensadas e organizadas na perspectiva de ampliar o nível de participação dos sujeitos sociais do campo, legítimos autores da Educação do Campo. Apostar em mecanismos de participação, de trabalho colaborativo é investir num modelo de gestão que priorize o protagonismo dos povos do campo e se aproxime de práticas democráticas que possibilitem o avanço na efetividade do direito à educação das populações camponesas.

REFERÊNCIAS

ARROYO, Miguel Gonzalez; CALDART, Roseli Salete; MOLINA, Mônica Castagna (Org.). **Por uma Educação do Campo**. Petrópolis: Vozes, 2004.

ARROYO, Miguel González. A escola do campo e a pesquisa do campo: metas. In: MOLINA, Mônica Castagna. **Educação do campo e pesquisa: questões para reflexão**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2006, p. 103-116.

ARROYO, Miguel Gonzalez. Políticas de formação de educadores (as) do campo. **Cad. CEDES** [online]. 2007, vol.27, n.72, pp. 157-176.

ARROYO, Miguel Gonzalez. Políticas educacionais, igualdade e diferenças. **Revista Brasileira de Política e Administração (RBPAE)** da Associação Nacional de Política e Administração da Educação. Editora: Maria Beatriz Luce. Porto Alegre, v. 27, n. 1, p.83-94, jan-abr 2011.

BAHIA. Secretaria da Educação do Estado da Bahia. **Programa de Apoio à Educação Municipal**. Salvador. 2007.

BAHIA . Secretaria da Educação do Estado da Bahia. **Relatório Diagnóstico das Escolas do Campo da Bahia**. 2012. Bahia (relatório parcial n/publicado)

BAHIA. **Regimento da Secretaria da Educação do Estado da Bahia**. Disponível em: <<http://www.educacao.ba.gov.br>>. Acesso em: 15 jul. 2013

BAHIA. **Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia – SEI**. Disponível em: <<http://www.sei.ba.gov.br/>>. Acesso em: 12 set. 2014.

BAHIA. Lei n. 10.330, de 15 de setembro de 2006. **Aprova o Plano Estadual de Educação da Bahia – PEE e dá outras providências**. Disponível em: <<http://www.educacao.ba.gov.br/system/files/private/midiateca/documentos/2013/pla-no-estadual-de-educacao-item-5.pdf>>. Acesso em: 12 ago. 2014

BAHIA. **Plano Plurianual Participativo**. 2016-2019. Disponível em: <<http://www.ppaparticipativo.ba.gov.br/o-ppa>>. Acesso em: 03 nov. 2015.

BAHIA. Secretaria da Educação do Estado da Bahia. **Plano Operacional 2013 e 2014. Educação do Campo: construindo políticas públicas, garantindo direitos, 2013 e 2014. Bahia** (plano n/publicado)

BRASIL. **Constituição Federal de 1988**. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: 20 dez. 2005.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional** Nova LDB (Lei no 9394/96). Rio de Janeiro: Qualithmark Editora, 1997.

BRASIL. Ministério da Educação – **Diretrizes operacionais para a educação básica nas escolas do campo**. Brasília, DF, 2002.

BRASIL, Ministério da Educação. **Referências para uma Política Nacional de Educação do Campo**, Caderno de subsídios, GPT Educação do Campo, Brasília, 2003.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Decreto nº 7.352/2010. DOU 05.11.2010. **Dispõe sobre a política de educação do campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – PRONERA**. Brasília, 2010.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. 9. ed. Biblioteca Digital da Câmara dos Deputados, Brasília, 2014. Disponível em: <<http://bd.camara.gov.br/bd/handle/bdcamara/17820>>. Acesso em: 25 mai. 2014.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. Resolução CNE/CEB 1, de 3 de abril de 2002. Institui diretrizes operacionais para a educação básica nas escolas do campo. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, 9 de abril de 2002. Seção 1, p. 32. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/ldb.pdf>>. Acesso em: 15 mar. 2014

BRASIL, Plano Nacional de Educação 2014-2024 [recurso eletrônico]. Lei nº 13.005 de 25 de junho de 2014. **Aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências**. Brasília, Câmara dos deputados, Edições Câmara, 2014.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. CNE/CEB. Resolução CNE/CEB nº 1, de 3 de Abril de 2002. **Diretrizes operacionais para a educação básica nas escolas do campo**.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. CNE/CEB. Parecer nº 1 em 15 de Março de 2006. **Dias letivos para a aplicação da Pedagogia de Alternância nos Centros Familiares de Formação por Alternância (CEFFA)**. CNE/CEB.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. Resolução CNE/CEB 2, de 28 de abril de 2008. Estabelece diretrizes complementares, normas e princípios para o desenvolvimento de políticas públicas de atendimento da Educação Básica do Campo. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, 29 de abril de 2008. Seção 1, p. 25. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/resolucao_2.pdf>. Acesso em: 15 jun. 2014.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. CNE/CEB nº 2, de 28 de Abril de 2008. **Diretrizes Complementares para o atendimento da Educação Básica do Campo**. CNE/CEB. Resolução nº 4, de 13 de Julho de 2010. Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica II.

CAPANEMA, Clélia de Freitas. Gênese das mudanças nas políticas públicas e na gestão da educação básica. In: BITTAR, Marluce. et al. (orgs.) **Gestão e políticas da Educação**. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.

CENPEC. Coleção Diálogos sobre a Gestão Municipal. **O cotidiano do gestor: temas e práticas**. Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária (Cenpec), caderno 3, 2009

COMILO, Maria Edi da Silva. **A construção coletiva da escola: a Escola Chico Mendes e sua História**. In: ANGHINONI, Celso; MARTINS, Fernando José (Org). Educação d campo e formação continuada de professores. Porto Alegre; Campo Mourão: EST Edições; FECILCAM, 2008.

DUARTE, Clarice Seixas. A Constitucionalidade do Direito à Educação dos Povos do Campo. In: SANTOS, Clarice Aparecida dos (Organizadora). **Educação do Campo: campo-políticas públicas-educação**. Coleção Por uma educação do campo. Vol.7. Brasília: Incra;MDA:2008. p. 33- 38.

FERNANDES, Bernardo Mançano; CERIOLI, Paulo Ricardo; CALDART, Roseli Salete. “Primeira Conferência Nacional. **Por uma educação básica do campo: texto preparatório**”. In: Mônica Castagna (Org.). Por uma Educação do Campo. Petrópolis: Vozes, 2004.

FERNANDES, Bernardo Mançano; CERIOLI, Paulo Ricardo; CALDART, Roseli Salete. “Primeira Conferência Nacional. **Por uma educação básica do campo: texto preparatório**”. In: Mônica Castagna (Org.). Por uma Educação do Campo. Petrópolis: Vozes, 2005.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Os campos da pesquisa em Educação do Campo: espaço e território como categorias essenciais. In: MOLINA, Mônica Castagna. **Educação do Campo e Pesquisa: questões para reflexão**. Brasília/MDA, 2006.

FONEC - Fórum Nacional de Educação do Campo – **Carta de criação do Fórum Nacional de Educação do Campo**. Brasília, 17 de agosto de 2010.

FONEC - Fórum Nacional de Educação do Campo – **Relatório de Fundação do Fórum Nacional de Educação do Campo. Brasília, 2010**. (relatório final, n/publicado).

FREIRE, Paulo. (1979). **Educação e Mudança**. 31ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2008.

HAGE, Salomão Mufarrej. Por uma escola do campo de qualidade social: transgredindo o paradigma (multi)seriado de ensino. **Em Aberto**. Brasília, v. 24, n. 85, p. 97-113, abr. 2011

INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/basica-censo-escolar-sinopse-sinopse>>. Acesso em: 09 jul. 2014

LÜCK, Heloisa. **A evolução da gestão educacional, a partir de mudança paradigmática**. 2009. Disponível em: <<https://progestaoead.files.wordpress.com/2009/09/a-evolucao-da-gestao-educacional-h-luck.pdf>>. Acesso: 21 out. 2015

LÜCK, Heloisa. **Gestão Educacional: uma questão paradigmática**. 7ª ed., Petrópolis, RJ. Vozes, 2010. Série Cadernos de Gestão.

MARTINS, José de Souza. **Os camponeses e a política no Brasil**: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo política. Petrópolis: Vozes, 1986.

MOLINA, Mônica Castagna; JESUS, Sônia Meire Santos Azevedo de (orgs.). **Contribuições para a construção de um projeto de Educação do Campo**. Coleção por uma Educação do Campo, nº 5. Brasília: Articulação Nacional Por uma Educação do Campo, 2004.

MOLINA, Monica Castagna e FREITAS, Helana Celia de Abreu. Avanços e desafios na construção da Educação do Campo. **Em Aberto**. Brasília, v 24 nº 85 p 17-31, abril 2011.

MOLINA, Mônica Castagna, organizadora. **Educação do Campo e Pesquisa II**: questões para reflexão. Brasília: MDA/MEC, 2010. 212 P 21 x 28 cm - (Série NEAD Debate ; 20)

MOLINA, Mônica Castagna; SÁ, Laís Mourão. A Licenciatura em Educação do Campo da Universidade de Brasília: estratégias político-pedagógicas na formação de educadores do campo. In: MOLINA, Mônica Castagna; SÁ, Laís Mourão (Orgs.). **Licenciaturas em Educação do Campo**: registros e reflexões a partir das experiências-piloto (UFMG; UnB; UFBA e UFS). Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

MUNARIM, Antonio. Elementos para uma política publica de educação do campo. In: MOLINA, Mônica Castagna (Org) **Educação do Campo e Pesquisa**: questões para reflexão. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2006.

JESUS, Olgalice dos Santos Suzarte de **Educação do campo**: uma análise da implementação da política nacional pelo município de Cachoeira nas escolas de educação básica da comunidade de Santiago do Iguape-Bahia. Dissertação. UNEB. Salvador, 2012.

PAULA, Ana Paula Paes de. **Por uma nova Gestão Pública**, Editora FGV, 2005 e do Capítulo VIII – A Administração Pública Popular da sua tese de doutorado Entre a Administração e a Política: os desafios da gestão pública democrática, UNICAMP, 2003 (resumo). Disponível em: <http://www.ppgp2013.caedufjf.net/file.php/71/Paes_de_Paula_Resumo_2012_1_Administracao_Publica_Societal_.pdf>. Acesso em: 22 set. 2013.

PAULA, Ana Paula Paes de. Administração pública brasileira entre o gerencialismo e a gestão social. **Revista de Administração de Empresa**. RAE Debate. Vol 45, n 1, jan/mar 2005.

SANTOS, Boaventura de Souza (Org.). **Democratizar a democracia**: os caminhos da democracia participativa. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira: 2002.

SANTOS, Boaventura de Souza. **Renovar a teoria crítica e reinventar a emancipação social**. São Paulo: Boitempo, 2007.

SEC. Secretaria da Educação do Estado da Bahia. **Relatório Diagnóstico das Escolas do Campo da Bahia**. Bahia, 2012. (relatório parcial n/publicado).

SEI-BA. **Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia – SEI**. Disponível em: <<http://www.sei.ba.gov.br/>>. Acesso em: 12 out. 2014.

SILVA, L. H. **As experiências de formação de jovens do campo**: alternância ou alternâncias? Viçosa: Editora UFV, 2003.

SOUZA, Ivânia Paula Freitas de. **A Gestão da Educação Contextualizada no Semiárido**: indagações de um processo. 138 f. 2010. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2010.

TENÓRIO, Fernando Guilherme. Gestão social: uma perspectiva conceitual. **Revista de Administração Pública**, v. 32, n. 5, p. 7-23, 1998.

TENÓRIO, Fernando Guilherme. **(Re) Visitando o Conceito de Gestão Social**. Desenvolvimento em questão. Ensaios. Ano 3, n. 5, jan./jun. 2005.

TENÓRIO, Fernando Guilherme. (Re)visitando o conceito de gestão social. In.: **Gestão Social**: práticas em debate, teorias em construção./ Jeová Torres Silva Júnior, Rogério Teixeira Mâsih et ali. [organizadores]. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2008. pp. 39-60.

UNICEF. **Fundo das Nações Unidas para a Infância**. Disponível em:<http://www.unicef.org/brazil/pt/media_21076.htm>. Acesso em: 16 ago. 2015

UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA. **Revista da FAEBA**: Educação e contemporaneidade Departamento de Educação I – v. 20, n. 36 (jan./jun., 2011) - Salvador: UNEB, 2011.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS (SP). **Revista eletrônica de Educação**. Programa de Pós Graduação em Educação, 2007 -, Semestral. ISSN 1982 7199. Disponível em: <http://reveduc.ufscar.br>. Acesso em: 16 ago. 2015.

APÊNDICE A



Universidade Federal de Juiz de Fora

Mestrado Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública

A GESTÃO DA POLÍTICA DA EDUCAÇÃO DO CAMPO NA BAHIA
ROTEIRO DE ENTREVISTA

Respondente: Superintendente de Desenvolvimento da Educação Básica

Pesquisadora: Givandete Evangelista dos Santos

Bloco 1: Perfil acadêmico e profissional
1. Qual a sua formação inicial e continuada, se houver?
2. Há quanto tempo atua na SUDEB e o que exercia antes de atuar nesta Superintendência?
3. Quais as principais características de sua função aqui na SUDEB
Bloco 2: A gestão da política de Educação do Campo
1. Como a política da Educação do Campo vem sendo implementada pela SEC? (elencar formas estruturantes e mecanismos utilizados pela gestão)
2. Quais as implicações da atuação da SUDEB nas ações da Educação do Campo?
3. Como é a relação da SUDEB com a CEC?
4. Considerando que a Educação do Campo perpassa por todas as etapas, níveis e modalidades de ensino e envolve as várias dimensões da escola (infraestrutura, formação dos profissionais da educação do campo, gestão e

avaliação educacional), que dimensões desta política a SUDEB consegue desenvolver?

5. Quais limites você enxerga na execução da política de Educação do Campo pelo estado?
6. Quais potencialidades você enxerga na execução da política de Educação do Campo pelo estado?
7. Como você descreveria o funcionamento do sistema de colaboração dos entes federados (União-Estado, Estado-Município) na implementação das ações referentes à Educação do Campo?
8. Você considera que a Coordenação de Educação do Campo com a estrutura que possui consegue gerenciar e atender as demandas da Educação do Campo do Estado da Bahia?

Bloco 3: A articulação da política

1. Existem mecanismos institucionais de articulação com outras Secretarias que respondem por questões relacionadas as populações do campo no estado da Bahia? Quais?
2. Como é o diálogo com os movimentos sociais representantes das populações do campo no tocante à educação dessa população?
3. Quais são os mecanismos com o coletivo das populações do campo (sindicatos, associações, fundações, entidades, fóruns, etc), no sentido de promover espaços de diálogo para atender na elaboração, execução, acompanhamento e avaliação da implementação da política da Educação do Campo na Bahia?

APÊNDICE B



Universidade Federal de Juiz de Fora

Mestrado Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública

A GESTÃO DA POLÍTICA DA EDUCAÇÃO DO CAMPO NA BAHIA ROTEIRO DE ENTREVISTA

Respondente: Ex Coordenadora de Educação do Campo

Pesquisadora: Givandete Evangelista dos Santos

Bloco 1: Perfil acadêmico e profissional
1. Qual a sua formação inicial e continuada, se houver?
2. Há quanto tempo atuou na CEC e que outra função ligada à Educação do campo já exerceu ou exerce?
3. Quais as principais características de sua função exercida na CEC?
Bloco 2: A gestão da política de Educação do Campo
1. Como você avalia a gestão da Educação do Campo na SEC?
2. Quais as principais dificuldades que encontrou como gestor na CEC?
3. Como resumiria as principais fragilidades na gestão da política da Educação do Campo na Bahia?
4. Como está organizado o atendimento específico à Educação do Campo na SEC?

5. Considera que a Coordenação de Educação do Campo, com a estrutura que possui, consegue gerenciar e atender as demandas da Educação do Campo do Estado da Bahia?
6. Qual seria a estrutura ideal da CEC para o melhor gerenciamento da política de Educação do Campo?
7. Como você descreveria o funcionamento do sistema de colaboração dos entes federados (União-Estado, Estado-Município) na implementação das ações de responsabilidade de cada ente federado, com relação a Educação do Campo?
8. Quais potencialidades identifica na execução da política da Educação do Campo?
9. Há um monitoramento efetivo das ações da política por parte da CEC ou de qualquer outro órgão da SEC? Como seria esse monitoramento?

Bloco 3: A articulação da política

1. Todas as ações da política estão concentradas na CEC? Se não, quais outros setores detêm projetos, programas e ações nesse sentido e por quê?
2. Existem mecanismos institucionais de articulação entre a CEC e outros setores ou secretarias que estejam envolvidos em projetos, ações e programas da Educação do Campo? Se afirmativo, quais são as formas de interlocução. Se for negativo, por que não ocorre?
3. Como é o diálogo com os movimentos sociais representantes das populações do campo no tocante à educação dessa população?
4. Quais são os mecanismos com o coletivo das populações do campo

(sindicatos, associações fundações, entidades, fóruns, etc.), no sentido de promover espaços de diálogo para atender na elaboração, execução, acompanhamento e avaliação da implementação da política da Educação do Campo na Bahia?

APÊNDICE C



Universidade Federal de Juiz de Fora

Mestrado Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública

A GESTÃO DA POLÍTICA DA EDUCAÇÃO DO CAMPO NA BAHIA

ROTEIRO DE ENTREVISTA

Respondente: Secretária Geral do Fórum Estadual de Educação do Campo (FEEC BA)

Pesquisadora: Givandete Evangelista dos Santos

Bloco 1: Perfil acadêmico e profissional
1. Qual a sua formação inicial e continuada, se houver?
2. Há quanto tempo atua na SUDEB e que outra função ligada à educação do campo já exerceu ou exerce?
3. Quais as principais características de sua função aqui no FEEC BA?
Bloco 2: A gestão da política de Educação do Campo
10. Como você avalia a gestão da Educação do Campo na SEC?
11. Quais fragilidades identifica na gestão da política da Educação do Campo?
12. Considera que a Coordenação de Educação do Campo, com a estrutura que possui, consegue gerenciar e atender as demandas da Educação do Campo do Estado da Bahia?
13. Qual seria a estrutura ideal da CEC para o melhor gerenciamento da política

de Educação do Campo?

14. Como você descreveria o funcionamento do sistema de colaboração dos entes federados (União-Estado, Estado-Município) na implementação das ações de responsabilidade de cada ente federado, com relação a Educação do Campo?

15. Quais potencialidades identifica na execução da política da Educação do Campo?

16. Quais as implicações da atuação do FEEC BA nas ações da Educação do Campo?

17. Há um monitoramento efetivo pelo FEEC BA da gestão da política? Como?

Bloco 3: A articulação da política

5. Existem mecanismos institucionais de articulação da Secretaria com o FEEC BA? Quais são esses mecanismos?

6. Como é o diálogo com os movimentos sociais representantes das populações do campo no tocante à educação dessa população?

7. Quais são os mecanismos com o coletivo das populações do campo (sindicatos, associações, fundações, entidades, fóruns, etc), no sentido de promover espaços de diálogo para atender na elaboração, execução, acompanhamento e avaliação da implementação da política da Educação do Campo na Bahia?